

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	9

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	10
3.2 - Medições não contábeis	11
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	12
3.4 - Política destinação de resultados	17
3.5 - Distribuição de dividendos	19
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	20
3.7 - Nível de endividamento	21
3.8 - Obrigações	22
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	23

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	24
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	29
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	30
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	31
4.5 - Processos sigilosos relevantes	32
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	33
4.7 - Outras contingências relevantes	34
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	35

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	36
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	37
5.3 - Descrição - Controles Internos	38

Índice

5.4 - Programa de Integridade	42
5.5 - Alterações significativas	43
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	44
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	45
6.3 - Breve histórico	46
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	48
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	49
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	50
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	51
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	52
7.3 - Produção/comercialização/mercados	53
7.4 - Principais clientes	55
7.5 - Efeitos da regulação estatal	56
7.6 - Receitas relevantes no exterior	59
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	60
7.8 - Políticas socioambientais	61
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	62
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	63
8.2 - Alterações na condução de negócios	64
8.3 - Contratos relevantes	65
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	66
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	67
9.1.a - Ativos imobilizados	68
9.1.b - Ativos Intangíveis	69
9.1.c - Participação em sociedades	72
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	79
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	80

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	86
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	88
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	90
10.5 - Políticas contábeis críticas	91
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	97
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	98
10.8 - Plano de Negócios	99
10.9 - Outros fatores com influência relevante	101
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	102
11.2 - Acompanhamento das projeções	103
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	104
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	110
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	113
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	114
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	115
12.7/8 - Composição dos comitês	120
12.9 - Relações familiares	125
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	126
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	129
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	130
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	135
13.2 - Remuneração total por órgão	139
13.3 - Remuneração variável	142
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	143
13.5 - Remuneração baseada em ações	148
13.6 - Opções em aberto	149
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	150
13.8 - Precificação das ações/opções	151

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	152
13.10 - Planos de previdência	153
13.11 - Remuneração máx, mín e média	154
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	155
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	156
13.14 - Remuneração - outras funções	157
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	158
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	159
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	160
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	161
14.3 - Política remuneração dos empregados	162
14.4 - Relações emissor / sindicatos	164
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	165
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	166
15.3 - Distribuição de capital	172
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	173
15.5 - Acordo de Acionistas	176
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	183
15.7 - Principais operações societárias	184
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	186
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	187
16.2 - Transações com partes relacionadas	189
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	192
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	193
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	194
17.2 - Aumentos do capital social	195
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	197
17.4 - Redução do capital social	198

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	199
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	200
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	201
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	202
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	203
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	204
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	205
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	206
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	207
18.8 - Títulos emitidos no exterior	208
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	209
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	210
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	211
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	212
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	213
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	214
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	215
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	216
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	217
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	218
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	220
21.3 - Responsáveis pela política	221
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	222

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Guilherme Affonso Ferreira Filho

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Gabriel Ralston Correa Ribeiro, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 073.664.54 (SSP/BA) e inscrito no CPF/ME sob o nº 043.580.888-56, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.656, 9º andar, conjunto 9A, Jardim Paulistano, CEP 01451-918, na qualidade de Diretor Presidente da **BAHEMA EDUCAÇÃO S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.656, 9º andar, conjunto 9A, Jardim Paulistano, CEP 01451-918, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 45.987.245/0001-92 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Gabriel Ralston Correa Ribeiro
Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Guilherme Affonso Ferreira Filho, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.740.285-X (SSP-SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 353.147.828-12, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.656, 9º andar, conjunto 9A, Jardim Paulistano, CEP 01451-918, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores e Diretor Financeiro da **BAHEMA EDUCAÇÃO S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.656, 9º andar, conjunto 9A, Jardim Paulistano, CEP 01451-918, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 45.987.245/0001-92 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Guilherme Affonso Ferreira Filho

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

1.3. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Gabriel Ralston Correa Ribeiro
Cargo do responsável	Diretor Presidente
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Guilherme Affonso Ferreira Filho
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados declaram que:

- a. reviram o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480/09, em especial aos arts. 14 a 19; e
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Data Início	24/06/2016
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras trimestrais (a partir do 2T16) e dos balanços de 2016, 2017 e 2018.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Em 2016 R\$50.000 líquido de impostos (cerca de R\$58mil bruto). Em 2017 R\$127.000 líquido de impostos (cerca de R\$148mil bruto). Em 2018 R\$135.000 líquido de impostos (cerca de R\$158mil bruto).
Justificativa da substituição	A substituição ocorreu devido à decisão da BKS Auditores de deixar de prestar serviços de auditoria independente para companhias abertas, tendo em 10/05/16 solicitado à Companhia o cancelamento do contrato de prestação de serviço.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Régis Eduardo Baptista dos Santos	24/06/2016	279.477.848-09	Av Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 12o. andar, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-900, Telefone (11) 38865100, Fax (11) 38865100, e-mail: regis.santos@br.gt.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0003-90
Data Início	07/01/2019
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis trimestrais (a partir do 1T19) e das demonstrações contábeis de 2019.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Em 2019 R\$150.000 líquido de impostos (cerca de R\$174mil bruto).
Justificativa da substituição	Término do contrato dos auditores anteriores.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	n/a

Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Flavio Gozzoli Gonçalves	07/01/2019	248.471.028-35	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, Torre A – 8º andar, Chácara Santo Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39401724, Fax (11) 39401501, e-mail: fgoncalves@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Data Início	23/04/2020
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis trimestrais (a partir do 1T20) e das demonstrações contábeis de 2020 e 2021.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Contrato de 2 (dois) anos no valor de R\$ 314.000 líquido de impostos (cerca de R\$366.181 bruto).
Justificativa da substituição	Término do contrato dos auditores anteriores.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Victor Henrique Fortunato Ferreira	01/01/2020	255.472.848-82	Rua Major Quedinho, 90, 4º andar, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01050-030, Telefone (011) 38485880, Fax (011) 38485880, e-mail: henrique.ferreira@bdo.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Data Início	31/03/2022
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis trimestrais (a partir do 1T22) e das demonstrações contábeis de 2022 e 2023.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Contrato de 2 (dois) anos no valor de R\$ 513.000 líquido de impostos (cerca de R\$ 598.250,73 bruto).
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Victor Henrique Fortunato Ferreira	01/01/2022	255.472.848-82	Rua Major Quedinho, 90, 4º andar, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01050-030, Telefone (011) 38485880, Fax (011) 38485880, e-mail: henrique.ferreira@bdo.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes nesse item.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	149.721.494,96	182.227.623,82	98.982.675,83
Ativo Total	616.329.697,96	602.706.000,79	102.843.391,73
Resultado Líquido	-38.181.241,79	-45.877.961,58	-11.015.042,81
Número de Ações, Ex-Tesouraria Unidade	16.352.035	2.224.584	2.219.359
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	9,156138	81,915371	44,599669
Resultado Básico por Ação	-2,334954	-20,623164	-4,963164
Resultado Diluído por Ação	-2,31	-18,88	-4,81

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**3.2. Medições não contábeis****(a) Valor das medições não contábeis**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga medições não contábeis.

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga medições não contábeis.

(c) Motivo pelo qual a Companhia entende que tais medições são mais apropriados para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga medições não contábeis.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3. Eventos subsequentes às DF's

Aquisição Curso Intergraus

Conforme divulgado em comunicado ao mercado, em 31 de janeiro de 2022 a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 100% das quotas do Curso Inter Graus Ltda. (“Intergraus”) pelo valor de R\$ 1.038 mil. Fundado em 1980, o Intergraus sempre foi um cursinho de excelência e uma referência para estudantes que desejassem ingressar nos cursos de ensino superior mais concorridos do país. Atualmente conta com três unidades na cidade de São Paulo. O Intergraus também atua em parcerias com algumas escolas, abrindo turmas exclusivas para seus estudantes, entre elas, escolas da Bahema Educação.

Notas comerciais

Conforme divulgado em comunicado ao mercado, em 03 de janeiro de 2022 a controlada Bahema Educação RJ realizou a 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos (“Notas Comerciais Escriturais”), as quais foram distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A.. Adicionalmente, em 13 de janeiro de 2022 ocorreu a liquidação financeira no valor total da emissão, ou seja, R\$ 75.000 mil.

Recebimento de Bônus de Subscrição

Em 03 de janeiro de 2022 a Companhia recebeu o montante de R\$ 15.000 mil decorrente do exercício de 184.275 bônus de subscrição, conforme aviso aos acionistas divulgado nesta data.

- a) Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2022 foram tomadas as seguintes deliberações:

I – Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) **Aprovar**, por unanimidade de votos proferidos, com 18.537.280 votos favoráveis, sem votos contrários e 2.006.634 abstenções, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31.12.2021.

(ii) **Consignar** a apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31.12.2021, no valor de R\$ 36.856.863,57 (trinta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta e sete centavos), conforme Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021 e **aprovar**, por unanimidade de votos proferidos, com 18.537.280 votos favoráveis, sem votos contrários e 2.006.634 abstenções, sem quaisquer emendas ou ressalvas, que referido valor seja integralmente destinado para a conta de prejuízos acumulados, não havendo,

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

portanto, distribuição de dividendos e demais proventos aos acionistas referentes a esse exercício, nos termos do Art. 201 da LSA.

(iii) **Aprovar**, por unanimidade de votos proferidos, com 20.543.914 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, registradas as abstenções legais, sem quaisquer emendas ou ressalvas, o número de 8 (oito) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, e **aprovar** por unanimidade de votos proferidos, com 20.543.914 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, sem quaisquer emendas ou ressalvas, a reeleição de todos os atuais membros do Conselho de Administração, a saber: Sr. **Cássio Beldi Hubner**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº43.559.370-5 SSP/SP, CPF/ME 322.292.768-59, residente e domiciliado em São Paulo SP, com endereço comercial na Alameda Jaú, 1.717, Casa 5, Jardins, CEP 01420-007; Sr. **Jeffrey Norman Ware**, canadense, casado, administrador de empresas, passaporte canadense GG579373, , com endereço profissional em 95 Wellington Street West, Suíte 802, Toronto, Ontário, Canadá; Sr. **João Alceu Amoroso Lima**, brasileiro, casado, economista, RG 62.977.724-X SSP-SP, CPF/ME 787.488.287-34, residente e domiciliado em São Paulo SP, com escritório na Av. Brig. Faria Lima, 1.656 cj 9A, CEP 01452-000; Sra. **Maria Fernanda Rocha Tabacow**, brasileira, divorciada, advogada, RG 25.430.215-4 SSP/SP, CPF/ME 204.956.538-02, residente e domiciliada em Sorocaba SP, na Rua Voluntários de Sorocaba, 244, apto. 200, Centro, CEP 18035-290; Sr. **Marcelo Walton**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 29.570.141-9 SSP/SP, CPF/ME 369.814.178-71, residente e domiciliado em São Paulo SP, na R. General Mena Barreto, 641, Ap 11, CEP 01433-010; Sr. **Maurício Nogueira Escobar**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 17.173.317-4 SSP/SP, CPF/ME 179.933.738-32, residente e domiciliado em São Paulo SP, na R. Embuaçu, 179, CEP 04118-080; Sr. **Ignacio Dauden Martinez**, espanhol, casado, administrador de empresas, RNE W512117-5 DIREX/DPF, CPF/ME 213.279.458-86, residente e domiciliado em São Paulo SP, na Rua São Giusto, 250, CEP 04030-030; e Sr. **Bruno de Almeida Camargo**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG 15.188.974-0 SSP/SP, CPF/ME 217.374.248-51, residente e domiciliado em São Paulo SP, na Alameda Santos, 1.940, 4º andar, CEP 01418-102. O prazo de mandato unificado dos membros do Conselho de Administração da Companhia será até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar as contas relativas ao exercício encerrado em 31.12.2023, podendo ser reeleitos.

- a. Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros ora eleitos estão em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionadas no Art. 147, § 4º, da LSA e no Art. 2º da Instrução CVM 367/2002, que ficarão arquivadas na sede da Companhia, tendo sido expressamente dispensado o atendimento do requisito previsto no Art. 2º, IV da Instrução CVM 367/2002 em relação às atividades exercidas por **Maria Fernanda Rocha Tabacow**, acima qualificada, em outra sociedade por ocasião de sua eleição como membro do Conselho de Administração da Companhia.
- b. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse no livro próprio e da declaração de desimpedimento, para os fins do Art. 147 da LSA e do Art. 2º da Instrução CVM 367/02, no prazo de até 30 dias contados da presente data.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

(iv) **Aprovar**, por unanimidade de votos proferidos, com 18.537.280 votos favoráveis, sem votos contrários e 2.006.634 abstenções, sem quaisquer emendas ou ressalvas, que o montante anual e global de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31.12.2022 seja de até R\$ 4.760.000,00 (quatro milhões, setecentos e sessenta mil reais).

(v) Por fim, a Mesa informa que houve pedido de instalação do Conselho Fiscal, manifestado pelos acionistas WALTER FONTANIVE, LUIS FONTANIVE NETO, WALTER FONTANIVE JUNIOR e GUILHERME RABELO DE LA VEGA NUNES, mas dado que tais acionistas não possuem o percentual mínimo de participação necessária para tanto, o Conselho Fiscal não foi instalado.

II – Em Assembleia Geral Extraordinária:

(i) **Aprovar**, por unanimidade de votos proferidos, com 20.543.914 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, sem quaisquer emendas ou ressalvas, a alteração do *caput* do Art. 5º e do Art. 8º do Estatuto Social da Companhia para refletir os aumentos do capital social e emissão de novas ações aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, conforme segue:

- Em 21.09.2021, foi aprovada a emissão de 2.224.460 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentas e sessenta) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, em razão da conversão antecipada de 444.892 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitocentas e noventa e duas) Debêntures, tendo sido entregues 5 (cinco) ações ordinárias para cada Debênture convertida, em razão do desdobramento de ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18.08.2021 (“Desdobramento”). A conversão antecipada ocorreu em 30.09.2021 e o preço de conversão para as Debêntures convertidas antecipadamente foi de R\$ 14,95 para cada ação.
- Em 30.09.2021, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 34.878.252,00 (trinta e quatro milhões, oitocentos e setenta e oito mil, duzentos e cinquenta e dois reais) em razão da (i) conversão antecipada de 444.892 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitocentas e noventa e duas) Debêntures em 2.224.460 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentas e sessenta) ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração de 21.09.2021, descrita acima; e (ii) emissão de 102.500 (cento e dois mil e quinhentas) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, em razão do exercício, por determinados titulares, de seus respectivos Bônus de Subscrição. O capital social da Companhia passou a ser de R\$ 192.851.716,44 (cento e noventa e dois milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, setecentos e dezesseis reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 15.315.160 (quinze milhões, trezentos e quinze mil, cento e sessenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Cada Bônus de Subscrição, exercido ao preço de R\$ 15,83 por ação, conferiu ao seu titular o direito a receber 5 (cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, em razão do Desdobramento.
- Em 06.12.2021, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 779.658,00 (setecentos e setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais), mediante a emissão de

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

115.500 (cento e quinze mil e quinhentas) ações ordinárias, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos participantes do Plano 2017, passando o capital social a ser de R\$ 193.631.374,44 (cento e noventa e três milhões, seiscentos e trinta e um mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 15.430.660 (quinze milhões, quatrocentos e trinta mil, seiscentas e sessenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi fixado de acordo com os Contratos de Adesão ao Primeiro Programa de Opções da Bahema S.A., firmados individualmente com cada beneficiário, conforme aditados, e ajustado pelo Desdobramento, correspondendo a R\$ 6,440 para cada uma de 66.000 (sessenta e seis mil) ações e R\$ 7,164 para cada uma de 49.500 (quarenta e nove mil e quinhentas) ações.

- Em 30.12.2021, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 14.999.985,00 (quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais), mediante a emissão de 921.375 (novecentos e vinte e um mil, trezentas e setenta e cinco) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, em razão do exercício, por determinados titulares, de seus respectivos Bônus de Subscrição, passando o capital social da Companhia a ser R\$ 208.631.359,44 (duzentos e oito milhões, seiscentos e trinta e um mil, trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 16.352.035 (dezesseis milhões, trezentas e cinquenta e duas mil, trinta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Cada Bônus de Subscrição, exercido ao preço de R\$ 16,28 por ação, conferiu ao seu titular o direito a receber 5 (cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, em razão do Desdobramento.
- Em 31.03.2022, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 114.564.879,15 (cento e quatorze milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta e nove reais e quinze centavos), mediante a emissão de 7.334.030 (sete milhões, trezentos e trinta e quatro mil e trinta) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, em razão (i) do exercício, por determinados titulares, de 549.847 (quinhentas e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e sete) Bônus de Subscrição, ao preço de R\$ 16,74 por ação, sendo que cada Bônus de Subscrição conferiu ao seu titular o direito a receber 5 (cinco) ações ordinárias da Companhia em razão do Desdobramento, tendo sido, portanto, emitidas 2.749.235 (dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil, duzentas e trinta e cinco) novas ações ordinárias de emissão da Companhia em razão do exercício do Bônus de Subscrição; e (ii) da conversão automática, em 31 de março de 2022, da totalidade das 916.959 (novecentas e dezesseis mil, novecentas e cinquenta e nove) Debêntures remanescentes, que não haviam sido objeto de conversão antecipada nos termos da escritura de Emissão, e que foram automaticamente convertidas em 4.584.795 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentas e noventa e cinco) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, tendo sido entregues 5 (cinco) ações ordinárias para cada Debênture, em razão do Desdobramento, ao preço de emissão de R\$ 14,95 cada. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 323.196.238,59 (trezentos e vinte e três milhões, cento e noventa e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 23.686.065 (vinte e três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Em razão dos referidos aumentos de capital social da Companhia aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite autorizado, o *caput* do Art. 5º e do Art. 8º do Estatuto Social da Companhia, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 323.196.238,59 (trezentos e vinte e três milhões, cento e noventa e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.686.065 (vinte e três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

“Art. 8º - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 48.000.000 (quarenta e oito milhões) de ações, ou seja, 24.313.935 (vinte e quatro milhões, trezentos e treze mil, novecentos e trinta e cinco) ações adicionais, nominativas, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.”

(ii) **Aprovar**, por unanimidade de votos proferidos, com 19.749.100 votos favoráveis, sem votos contrários e 794.814 abstenções, sem quaisquer emendas ou ressalvas, o Plano de Outorga de Ações da Companhia, conforme texto disponibilizado aos acionistas no contexto da Proposta da Administração e arquivado na sede social, em substituição ao Plano 2017 atualmente vigente.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**3.4. Política de destinação dos resultados**

	2021	2020	2019
a. Regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que um valor não superior a 71,25% do lucro líquido anual seja destinado para a Reserva de Investimentos, com a finalidade de reforçar o capital de giro da Companhia, financiar sua expansão e permitir a busca por novas oportunidades de negócio.	O Estatuto Social da Companhia prevê que um valor não superior a 71,25% do lucro líquido anual seja destinado para a Reserva de Investimentos, com a finalidade de reforçar o capital de giro da Companhia, financiar sua expansão e permitir a busca por novas oportunidades de negócio.	O Estatuto Social da Companhia prevê que um valor não superior a 71,25% do lucro líquido anual seja destinado para a Reserva de Investimentos, com a finalidade de reforçar o capital de giro da Companhia, financiar sua expansão e permitir a busca por novas oportunidades de negócio.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	0	0	0
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	n/a	n/a	n/a
b. Regras sobre distribuição de dividendos	As ações da sociedade darão direito a dividendos mínimos anuais, não cumulativos, equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei no 6.404 de 15.12.76. O estatuto social não permite emissão de ações preferenciais, portanto não há possibilidade de pagamento diferenciado de dividendos.	As ações da sociedade darão direito a dividendos mínimos anuais, não cumulativos, equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei no 6.404 de 15.12.76. O estatuto social não permite emissão de ações preferenciais, portanto não há possibilidade de pagamento diferenciado de dividendos.	As ações da sociedade darão direito a dividendos mínimos anuais, não cumulativos, equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei no 6.404 de 15.12.76. As ações preferenciais, quando emitidas, terão dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual e Intermediários	Anual e Intermediários	Anual e Intermediários
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à	Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2021	2020	2019
impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado.	formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado.	formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2022	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado		-38.181.241,79	-45.877.961,58	-11.015.042,81
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total		0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido		0,00	0,00	-11.015.042,81
Data da aprovação da retenção				30/04/2020

Lucro líquido retido	Exercício social 31/12/2021		Exercício social 31/12/2020		Exercício social 31/12/2019	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
			0,00	0,00		
Dividendo Obrigatório						
Ordinária					0,00	

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas**3.6. Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

Não houve declaração de dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	466.608.203,01	Índice de Endividamento	0,75707564	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		14.605.639,46	49.448.804,85	0,00	0,00	64.054.444,31
Total			14.605.639,46	49.448.804,85	0,00	0,00	64.054.444,31
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9. Outras informações relevantes – Informações Financeiras

Na demonstração financeira do exercício de 2018, foi constituído um passivo referente a opção de venda (“put”) emitida pela Companhia como parte do acordo de aquisição de participação da Escola da Vila. A put é exercível por seis meses a partir de fevereiro de 2020 e até um ano após esse período. Seu preço de exercício é equivalente ao múltiplo de EBITDA de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a opção de venda foi valorizada em R\$ 2.457 (R\$ 3.725 em 31 de dezembro de 2018) e o passivo categorizado como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação. Em agosto de 2020 a Companhia adquiriu um percentual adicional de 15,75% da Escola da Vila o que resultou a liquidação desse passivo.

Da mesma forma na demonstração financeira do exercício de 2019, foi constituído um passivo referente a opção de venda (“put”) emitida pela Companhia e uma opção de compra (“call”) foi emitida pelos acionistas vendedores, que pode resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes de 5% da Fórum. A Companhia mensurou este passivo a valor justo e reconheceu, em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 a opção de venda no montante de R\$ 835 (R\$ 607 em 31 de dezembro de 2019), e o passivo categorizado como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação. Em julho de 2021 a Companhia adquiriu o percentual adicional de 5% e liquidou este passivo.

Adicionalmente na demonstração financeira do exercício de 2020, como parte do acordo de aquisição de participação do colégio BIS, uma opção de venda (“put”) foi emitida pela Companhia e uma de compra (“call”) foi emitida pelos acionistas vendedores, que podem resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes equivalentes a 40% do capital social do colégio BIS. A Companhia mensurou este passivo a valor justo e reconheceu, em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, a opção de venda no montante de R\$13.527, em contrapartida a “Outras reservas” no Patrimônio Líquido.

Os valores justos destes passivos foram calculados utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente da estimativa, descontados pelo custo médio ponderado de capital) e foram integralmente registrados como “Ajuste de avaliação patrimonial” no Patrimônio Líquido.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4. Fatores de risco

4.1. Descrição dos fatores de risco relacionados:

(a) à Companhia

Riscos de investimento

A companhia atualmente vem buscando crescer e gerar valor por meio de aquisições de participações societárias em empresas do setor de educação. Em decorrência, está exposta aos seguintes riscos de sua atividade de investimento: (i) crescer de forma inadequada por meio de aquisições; (ii) pagar valor acima do preço justo, ter que aportar recursos adicionais ao negócio ou não obter o retorno esperado; (iii) enfrentar problemas nas aquisições realizadas, como contingências não identificadas e riscos do negócio não antecipados; (iv) passar a figurar como sucessora da sociedade adquirida ou de seus vendedores em demandas jurídicas; (v) não gerar as sinergias esperadas; (vi) sociedades investidas não gerarem o resultado/caixa esperado, já que não há intenção da Companhia em desinvestir.

Também fazemos investimentos relevantes na abertura de novas unidades, buscando um crescimento orgânico para algumas de nossas escolas, especialmente na Escola Mais. Nesse processo, estamos expostos a: (i) riscos de obra, tanto questões de engenharia como de estouro de orçamento previsto; (ii) riscos de demanda, tendo em vista que o ponto escolhido pode não atrair estudantes como havíamos previsto ou em um ritmo mais lento do que o planejado e (iii) risco de imagem, associado a uma operação ruim na nova unidade que pode contaminar a marca e prejudicar as outras unidades.

Riscos de insolvência

A Companhia possui endividamento líquido e pode não dispor de recursos para fazer frente aos compromissos assumidos em seu programa de investimentos e gastos de overhead, quer em decorrência da geração de caixa insuficiente, por deficiência no seu planejamento financeiro ou em razão de desembolsos não antecipados ou provisionados.

Riscos jurídicos

A companhia atualmente figura em processos administrativos e judiciais, e outros processos poderão se somar aos já existentes, decorrentes das atividades normais dos negócios ou de eventos não rotineiros de natureza trabalhista, tributária, cível, administrativo e comercial, dentre outros. Apesar da diligência dos administradores e da competência dos defensores da companhia, não há qualquer garantia que os resultados desses processos serão favoráveis aos interesses da Companhia ou, ainda, que terão o provisionamento, parcial ou total, com relação aos passivos eventualmente resultantes desses processos. A Companhia está sujeita também a sucessões de sociedades adquiridas e/ou sociedades vendidas no passado (antes mesmo da operação no mercado de educação básica).

(b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O grupo controlador possui capacidade de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e deliberar sobre as questões que necessitem da aprovação dos acionistas. Assim, o grupo controlador poderá exercer forte influência sobre as decisões estratégicas da Companhia. Existe o risco de os interesses do controlador serem conflitantes com o do restante dos acionistas, podendo até mesmo gerar impactos prejudiciais nas atividades e resultados.

(c) a seus acionistas

A ação da Bahema Educação S/A tem pouca liquidez.

As ações da Bahema Educação S/A apresentam baixa liquidez, o que pode dificultar a execução de ordens de compra e venda. Nestas condições, o acionista da Bahema Educação S/A poderá enfrentar dificuldade de liquidar ou negociar tais ativos pelo preço e no momento desejados e, conseqüentemente, poderá enfrentar problemas de solvência diante da impossibilidade de alienar suas ações, ou ver-se obrigado a aceitar descontos excessivos para poder vender suas ações, ou, contrariamente, ter que desembolsar prêmios exagerados quando quiser aumentar sua participação na Bahema Educação S/A, prejudicando assim a rentabilidade de seus investimentos.

Os acionistas da Companhia podem não receber quaisquer dividendos.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, esta deve pagar aos seus acionistas 25% de seu lucro líquido anual ajustado. O lucro ajustado pode ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou destinado de qualquer outra forma permitida de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil e com a legislação societária brasileira; portanto, o lucro ajustado poderá não mais estar disponível para ser pago sob a forma de dividendos em um determinado exercício.

A Bahema Educação S/A poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social em particular, mediante a determinação do Conselho de Administração de que tais distribuições seriam desaconselháveis.

Caso qualquer destes eventos ocorra, ou caso inexistam lucro líquido no exercício ou reserva de lucros acumulados, os proprietários das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Quaisquer dividendos não distribuídos devem ser destinados a uma conta de reserva especial para futuro pagamento aos acionistas, a menos que sejam utilizados para compensar prejuízos subsequentes. Desta forma, é possível que os acionistas da Companhia não recebam dividendos em qualquer exercício social.

Futuras emissões de ações poderão diluir a participação dos atuais acionistas, podendo afetar de modo relevante o preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

A Bahema Educação S.A. pode precisar obter capital adicional no futuro, inclusive por meio de emissão de ações ou títulos de dívida conversíveis em ações, para cumprir com as aquisições concluídas ou então para novas aquisições. Qualquer capital adicional obtido através da emissão de ações pode diluir a participação percentual dos investidores no capital da Companhia, bem como o lucro por ação e o valor patrimonial líquido por ação, podendo qualquer emissão, por parte da Bahema Educação S.A. ou de nossos principais acionistas, causar efeito prejudicial sobre o preço de mercado das ações de emissão da Companhia lastreadas em tais ações.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

(d) a suas controladas e coligadas

Inadimplência

Por trabalhar com escolas próprias, a Bahema Educação S.A. e suas controladas estão sujeitas à inadimplência, ou seja, responsáveis financeiros não pagam o que devem às escolas. De acordo com a legislação, as escolas são obrigadas a manter o estudante matriculado durante todo o ano letivo mesmo que ele esteja inadimplente, podendo recusar a renovação da matrícula na virada de ano.

A maior parte da recuperação de atrasados ocorre nas viradas de ano, durante o processo de renovação de matrícula. Apesar da recuperação de atrasados se estender até alguns anos após a cobrança original e ser bem-sucedida na maioria dos casos, existe uma perda residual em todas as escolas por não recuperarem 100% das inadimplências.

Crises

A Bahema Educação S.A. e suas controladas estão sujeitas a crises que podem acontecer no Brasil. Crises econômicas normalmente aumentam a inadimplência, o desconto médio concedido aos pais e a perda de estudantes para escolas mais baratas ou até escolas públicas.

Greves

A Bahema Educação S.A. e suas controladas estão sujeitas a greves que podem acontecer no segmento. Essas greves podem afetar a operação normal das escolas, criando situações que podem levar a perda de estudantes e impactar significativamente a grade curricular.

Captação e retenção de estudantes

As controladas da Bahema Educação S.A. têm seus resultados fortemente influenciados pela capacidade de captação e retenção dos seus estudantes. Uma queda no número de estudantes, reduz a receita com pouquíssima redução de custos, enquanto um aumento gera grandes ganhos de receita com alta margem. A capacidade de captar e reter os estudantes depende principalmente: (i) da qualidade do projeto pedagógico de cada escola (ii) da adequação do projeto às necessidades de aluno e família; (iii) da constante atualização e inovação das práticas educacionais e (iv) da capacidade de comunicação/marketing em converter tais qualidades em atração de estudantes.

Repasse de custos

Dado o mercado em que atuam, as controladas da Bahema Educação S.A. muitas vezes possuem custos que crescem acima da inflação. Os resultados das controladas dependem da capacidade de repasse desses custos. Capacidade essa baseada principalmente na percepção das famílias de que as escolas do grupo possuem um projeto pedagógico de excelente qualidade.

O sucesso de cada escola depende da localização e infraestrutura adequada em imóveis próprios ou de terceiros.

A localização e a acessibilidade das escolas é um fator importante para que os responsáveis pelos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

estudantes escolham uma determinada escola. Portanto, parte do sucesso das nossas escolas consiste em locar e/ou comprar imóveis bem localizados, com infraestrutura adequada, incluindo sob a perspectiva regulatória de alvarás, licenças e AVCB. Além disso, custos relacionados a aquisição, reformas, construção e reparos de imóveis existentes e valores de aluguel dos imóveis utilizados pelas escolas podem variar no futuro e ter um efeito adverso em nossos negócios.

Os contratos de locação em que a Companhia ou suas controladas figuram como locatárias têm prazos determinados, nos termos da Lei nº 8.245/1991, conforme alterada (“Lei de Locação”).

Caso a Companhia ou suas controladas não sejam capazes de manter ou renovar seus Contratos de Locação ou celebrar novos contratos adequados, há o risco de incorrer em custos decorrentes da realocação de operações, perda e/ou diminuição de receita caso não haja substituição por um imóvel adequado à escola, ou caso haja demora em tal localização. Nesses casos, os resultados operacionais da escola podem ser adversamente afetados.

(e) a seus fornecedores

Não aplicável, uma vez que a Companhia realiza compras de produtos e serviços em valores imateriais.

(f) a seus clientes

Não aplicável, uma vez que a Companhia possui uma base de clientes bastante pulverizada, com todos os estudantes de uma escola partindo de uma mesma base de preço, apesar de alguns terem descontos comerciais maiores do que outros.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Avanço na tecnologia

O aumento de tecnologias na área de educação, mesmo que com a falta de regulamentação, pode gerar riscos para a Bahema Educação S.A. e suas controladas caso as empresas não consigam acompanhar o avanço dessas tecnologias.

Além disso, a crise da Covid-19 pode incentivar mudanças (de hábitos e leis) sobre práticas de *homeschooling* e/ou ensino à distância, que não estão alinhadas com a estratégia atual da Companhia.

(h) à regulação dos setores em que a Companhia atua

Investimento do governo em educação pública

A Bahema Educação S.A. e suas controladas podem ser afetadas nas atividades das escolas próprias com um aumento em investimento em educação pública, tornando as escolas públicas mais atrativas e, pelo conceito, de graça. Sendo assim, nós enfrentaríamos uma concorrência maior o que pode afetar nossa base de estudantes e consequentemente pressionar nosso resultado operacional.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Subsídio sobre impostos sobre receita

A Bahema Educação S.A. e suas controladas usufruem de uma alíquota mais baixa de Imposto Sobre Serviços (ISS) em alguns dos municípios em que opera. Os municípios, sejam as prefeituras ou câmaras de vereadores, podem alterar esse benefício, impactando a receita líquida da Companhia.

Modificações no currículo escolar

A Bahema Educação S.A. e suas controladas podem ser impactadas por novas regras e formatos de currículo escolar que os órgãos regulatórios podem criar e passar a exigir como item obrigatório, eventualmente demandando novos investimentos ou aumentando custos operacionais.

Permissão para homeschooling e/ou EAD

Caso o governo permita/regulamente as práticas de ensino à distância para educação básica ou *homeschooling* isso poderá afetar negativamente a demanda pelos serviços ofertados pela Companhia.

Fechamento das escolas

Devido à pandemia de Covid-19, ou outras doenças contagiosas que surjam futuramente, as autoridades locais podem tomar a decisão de obrigar o fechamento das escolas, impedindo o ensino presencial e prejudicando a sua qualidade, principalmente para o Ensino Infantil, o que pode acarretar a perda de estudantes.

(i) aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Bahema Educação S.A. atua apenas no Brasil.

(j) a questões socioambientais

A Bahema Educação S.A. e suas controladas prestam serviços de educação básica e os riscos ambientais nas instalações das escolas são pouco relevantes. Ainda assim, fatores ambientais podem eventualmente afetar imóveis em que são localizadas as escolas e nos quais fazemos investimentos relevantes.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2. Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos relacionados à taxa de juros

Atualmente a Companhia, diretamente ou por meio de suas controladas, utiliza crédito bancário via contratos de mútuo padrão (CCBs) e Notas Comerciais estruturadas. A maior parte dessas operações em um custo de dívida atrelado à taxa básica de juros (SELIC/CDI). Por sua natureza, tais operações estão sujeitas aos riscos de alteração nas condições de crédito (valores, custo, prazo e garantias) vigentes no mercado, à redução ou suspensão das linhas de crédito pelas instituições financeiras emprestadoras, ao descumprimento involuntário de obrigações por parte da companhia que ensejem o vencimento antecipado de dívidas. Além disso, a empresa pode não conseguir captar recursos no mercado de capitais via aumentos de capital por descasamento entre preço por ação buscado pela empresa versus investidores e a falta de um mercado aquecido em momentos de crises, tanto econômicas quanto políticas. Parte das obrigações de pagamento pela compra de algumas escolas possuídas pelas controladas da Bahema Educação S/A também possui seus pagamentos atrelados à variação do CDI ("sellers finance"). Assim, o retorno de investimento em novas escolas também pode ser afetado por mudanças na taxa de juros.

Riscos do setor educacional

Na aquisição de novas marcas e escolas, a Companhia está sujeita a não conseguir achar boas oportunidades no setor educacional e isso pode ocorrer por dois fatores. O primeiro deles é a grande dificuldade de encontrar bons ativos no mercado de educação básica privada no país. O segundo é o descasamento entre o preço ofertado pela Bahema e o preço requerido dos proprietários dos ativos vis-à-vis a concorrência e os valores atuais de mercado.

Na operação das escolas, a Bahema está sujeita a riscos de mercado relacionados à demanda pelos produtos educacionais, que são fortemente influenciados no curto e médio prazo pelo estado da economia e da renda das famílias. No longo prazo, a evolução da demografia brasileira e a urbanização também são relevantes para a demanda. Na parte da oferta, outras instituições de ensino podem competir com a Companhia tanto pelos estudantes quanto pelos bons professores e demais colaboradores essenciais à prestação de serviços.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais no curso normal de suas atividades.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como tendo chance de perda “provável”, bem como para o contencioso de massa, com base no histórico de condenação.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não eram parte em nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral considerado individualmente relevante para a Companhia ou suas controladas e/ou que poderiam, individualmente, influenciar decisões de investimento, ou que poderiam trazer riscos de imagem inerentes a certa prática da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e/ou suas controladas eram partes em demandas tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas como perda provável e que, portanto, estavam provisionadas, no valor total aproximado de R\$ 339.767,36, as quais não são individualmente relevantes para a Companhia ou suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não eram parte em nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral cujas partes contrárias fossem administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não eram parte em nenhum processo sigiloso considerado relevante.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto
--

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não eram parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes e que, em conjunto, sejam relevantes.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia ou suas controladas não possuíam qualquer outra contingência relevante, além daquelas descritas nos itens acima.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8. Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados
--

Não aplicável, uma vez que a Companhia tem sede no Brasil e suas ações são custodiadas neste país.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Política de gerenciamento de riscos

(a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Companhia atualmente não possui uma política formalizada para gerenciamento de riscos. A estrutura enxuta da Companhia até o momento não trazia a necessidade desta Política. Porém, desde a reformulação dos comitês, com a instauração do Comitê de Riscos, Auditoria e *Compliance* este assunto tem sido amplamente debatido e há um trabalho em curso para manter atualizada uma matriz de riscos, identificando o impacto e a probabilidade de cada risco ocorrer, além da definição de responsáveis pelo gerenciamento e acompanhamento de cada risco e respectivo plano de ação para minimizá-lo. Há também um estudo sobre a conveniência da formalização de uma política de gerenciamento de riscos.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; e (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia ainda não possui uma política de gerenciamento de riscos estabelecida.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia ainda não possui uma política de gerenciamento de riscos estabelecida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

Vide resposta ao item 5.1(a).

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção; (ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge); (iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); (iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; (v) se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; e (vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável. Porém, importante destacar que a Companhia não possui instrumentos de hedge tendo em vista que todas as suas dívidas são em moeda local ou equivalente.

Parte das dívidas possuem taxa de juros prefixadas, enquanto outra parte é atrelada à variação do CDI. Historicamente, as escolas da Companhia têm tido a capacidade de repassar a inflação de custos nos seus preços, o que ameniza os potenciais impactos no custo do serviço da dívida.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

As principais práticas de controles internos consistem na conciliação diária dos lançamentos de pagamentos e recebimentos e fluxo de caixa, com os extratos bancários, e na conciliação mensal destes mesmos relatórios com a razão contábil. De uma maneira geral, estes controles são bastante rigorosos e eficientes na administração do caixa da companhia. As deficiências dizem respeito apenas à classificação gerencial dos lançamentos, o que eventualmente pode implicar em retrabalho administrativo.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas:

No âmbito interno, os controles internos ficam sob a responsabilidade do Gerente Administrativo Financeiro, e sob a execução dos assistentes administrativos e sob supervisão do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores, que acompanha o processo e intervém quando necessário. O controle interno é subsidiariamente realizado pelos prestadores de serviços contábeis e revisado pelos auditores independentes. No segundo semestre de 2020 foi constituído o comitê de Risco, Auditoria e Compliance que em reuniões mensais está direcionando a implementação de políticas de controles internos e demais assuntos correlatos.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Não existe um envolvimento direto dos Administradores da companhia na supervisão dos controles internos. Seu envolvimento é feito no âmbito da revisão das demonstrações contábeis e dos trabalhos de auditoria independente. Porém o Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores conhecem e acompanham o processo efetuado pelos prestadores de serviços contábeis, pelos auditores independentes e pelo Gerente Administrativo Financeiro e equipe.

O Comitê Financeiro e de Novos Negócios, que conta entre seus membros com conselheiros da Companhia, realiza mensalmente o acompanhamento dos resultados e do orçamento do grupo. No nível das escolas, o mesmo acompanhamento mensal da análise real/orçado é realizado pelo Diretor de Operações com os respectivos diretores administrativos financeiros das escolas. O Comitê de Risco, Auditoria e Compliance tem avaliado a implementação de políticas de gerenciamento de riscos e demais assuntos correlatos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório do auditor independente relativo às demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2019 não apontou deficiências significativas. Porém em 2020 e 2021 com as aquisições realizadas, o cenário de consolidação e apresentação da demonstração financeira foi alterado. Os auditores independentes identificaram 3 pontos sobre a avaliação dos controles internos considerados significativos (listados na sequência). De acordo com os auditores, os assuntos reportados não representaram riscos de distorções relevantes para demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

dezembro de 2020 e de 2021, bem como não afetaram a opinião emitida no relatório de auditoria datado de 30 de março de 2022.

1. Consolidação das Demonstrações Contábeis – “Significativo”

Situação atual

Em virtude das diferentes contabilidades que as investidas possuem, os sistemas operacionais e planos de contas contábeis são diferentes.

Em decorrência disto, o processo de consolidação das informações contábeis envolvendo a Bahema Educação S.A. e suas investidas e coligadas é realizado de forma manual, baseado em cada um dos balancetes das investidas, sendo as eliminações identificadas com base no histórico das contas contábeis apresentadas nos balancetes.

Riscos envolvidos

Eventuais erros e atrasos na consolidação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas que impactam diretamente na divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Recomendação

Sugerimos que a Administração do Grupo pondere a elaboração de uma rotina de fechamento contábil para todas as investidas e coligadas, atrelando uma combinação das informações financeiras baseada em controles sistêmicos; e

Utilização de um plano de contas uniforme para todos os balancetes das investidas e coligadas, bem como, a criação de contas contábeis específicas para fins de identificação e eliminação de transações entre partes relacionadas.

Comentários da Administração

Conforme mencionado anteriormente, como resultado do projeto “TEAR”, todas as escolas serão atendidas pela equipe de contabilidade da Teia e operacionalizadas no sistema “TOTVS RM”. A partir disso, o plano de contas está unificado e preveniu grande parte dos problemas apontados. Até dezembro de 2021 apenas quatro operações (Escola Parque, Escola Mais, Escolas Internacionais e Centro Educacional Viva) permanecem com a contabilidade em escritórios externos – mesmo nessas, o trabalho de unificação de plano de contas já vem ocorrendo.

2. Lançamentos contábeis manuais – “Significativo”

Situação atual

Os controles internos de qualquer negócio são fortalecidos quando estão baseados em normas predefinidas e amparadas por sistemas informatizados que asseguram a integridade dos registros das operações e sua rastreabilidade. Em relação ao sistema utilizado, identificamos no módulo contábil que é possível efetuar registros contábeis manuais para os usuários autorizados. Entendemos que determinados lançamentos manuais são necessários em qualquer Companhia principalmente para o reconhecimento de estimativas contábeis, tais como provisão para devedores duvidosos, provisões para contingências etc. Todavia, tais lançamentos devem representar a menor parcela dos lançamentos e, obrigatoriamente, serem revisados e aprovados por pessoa independente da que os executou. Durante nossas análises, não identificamos um processo formal de controles e revisão independente e formalizado dos lançamentos manuais executados na contabilidade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Riscos envolvidos

Lançamentos inadequados ou fora da rotina normal do Grupo que podem causar distorções relevantes na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia avalie a elaboração de controles de revisão e aprovação para os lançamentos manuais realizados e que estes sejam arquivados, contendo evidências e documentações comprobatórias de que foram revisados por colaborador independente ao que realiza os lançamentos.

Comentários da Administração

Em 2020, havia alto número de lançamentos manuais devido ao fato da contabilidade ser feita em sistemas diferentes e por terceiros. Conforme mencionado, após a conclusão do projeto "TEAR" os registros contábeis estão em grande parte unificados em um ERP integrado.

Adicionalmente, precisamos implantar uma política que visa a aprovação de lançamentos manuais efetuados sob certas circunstâncias:

- Lançamentos fora do período de fechamento estabelecidos no cronograma;
- Lançamentos de provisões para despesas de qualquer natureza (exceto estimativas recorrentes estabelecidas por políticas como a PDD, por exemplo);
- Lançamentos de transações não usuais ao nosso ambiente de negócios;

Não temos previsão de implantação desta política, porém como mencionado, há previsão na agenda do comitê de risco, auditoria e *compliance* a revisão e elaboração de políticas relacionadas a gerenciamento de riscos.

3. Ausência de políticas e procedimentos formalizados para prevenção de fraude - "Significativo"

Situação atual

A Companhia não possui regras, políticas e procedimentos formalizados em documento voltados para a prevenção e remediação de fraudes e ilícitos mencionados.

Riscos envolvidos

Uma distorção relevante possa ocorrer e não ser evitada, ou detectada e corrigida, em tempo hábil por controles internos relacionados.

Recomendação

Sugerimos que a Administração do Grupo, avalie a elaboração de políticas e procedimentos de prevenção, detecção e combate à fraude; e

Formalização de um canal de denúncia para detecção de eventuais irregularidades, tais como: falhas de controle, fraudes internas e externas, atos ilícitos e descumprimento a princípios éticos e políticas internas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Comentários da Administração

No segundo semestre de 2020, a Companhia instituiu um Comitê de Risco, Auditoria e Compliance. Foi elaborada uma matriz de risco que visa identificar, entre outros, riscos de erro ou fraude que possam impactar os nossos negócios e demonstrações financeiras. Adicionalmente, foi aprovado em reunião de outubro de 2021 do Conselho de Administração um Código de Ética amplo para a Companhia, que prevê a implantação de um canal de denúncias ("whistle blower"). Em janeiro de 2022, foi inaugurado o Canal de Transparência do Grupo Bahema Educação, que tem como objetivo receber e investigar relatos relacionados a descumprimento do Código de Ética e à legislação em vigor. A Companhia mantém reuniões periódicas com todas as equipes diretoras das unidades de forma a acompanhar o resultado vs orçado e a manter governança sobre as decisões. Em nosso entendimento esse acompanhamento periódico e próximo é suficiente para mitigar riscos de fraudes e erros. Em paralelo a estas reuniões, a implantação do ERP comum ("TOTVS RM") reforça a eficácia e gestão sobre os controles internos da Companhia e suas controladas. A Companhia também mantém reuniões mensais do Comitê Financeiro em que se analisa o fluxo de caixa e reuniões mensais com o Comitê de Auditoria, Risco e *Compliance*.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os comentários da administração estão descritos, no item anterior (5.3 "d"), na sequência de cada ponto identificado pelos auditores independentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Programa de integridade

(a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

Em 26 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Código de Ética, que estabelece os princípios, valores e condutas mínimas de atuação profissional que são esperadas de todos os colaboradores, administradores, executivos, consultores, fornecedores, subcontratados, parceiros de negócios, representantes e quaisquer outros terceiros e parceiros de negócio do grupo econômico da Companhia, incluindo suas escolas, subsidiárias, sociedades controladas, sob controle comum ou coligadas.

O Código de Ética traz disposições específicas visando a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

Adicionalmente, no início de 2022 foi inaugurado o Canal de Transparência, que pode ser utilizado por qualquer pessoa, de forma identificada ou anônima, para denúncias ou relatos referentes ao cumprimento do Código de Ética e da legislação em vigor.

(b) se a Companhia possui canal de denúncia.

No início de 2022, foi inaugurado o Canal de Transparência da Companhia. Trata-se de canal gerenciado por empresa independente, em que o público interno e externo pode fazer denúncias e relatos referentes ao cumprimento do Código de Ética e da legislação em vigor, seja por meio de telefone gratuito, site ou aplicativo. As denúncias e relatos podem ser feitas de forma anônima ou identificada, observando sempre o devido sigilo.

(c) se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Embora a Companhia não possua procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias formalmente aprovados, a Companhia tem como prática ser extremamente diligente em tais processos, incluindo a contratação de escritórios especializados para realização de diligências fiscais, trabalhistas, contábeis, societárias e demais que se façam necessárias para salvaguardar a Companhia de possíveis irregularidades.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em relação ao exercício anterior, não houve alteração significativa nos principais riscos a que a Companhia esteja exposta. Entretanto, vale ressaltar que o fechamento de escolas durante meses em razão da pandemia de Covid-19, algo que nunca havia acontecido antes, resultou numa perda de quase 30% dos alunos matriculados no Ensino Infantil em 2021 e mostrou que o ensino presencial é essencial para crianças nessa faixa etária. Assim, qualquer evento que acarrete na necessidade de fechar as escolas e partir para o ensino à distância pode gerar uma perda de alunos. Porém, tendo em vista a recente reação negativa da sociedade ao fechamento prolongado das escolas, parece ficar cada vez mais claro para as autoridades governamentais que o ensino básico é um serviço essencial. Logo, a tendência nos próximos anos é de uma exposição menor a esse risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	19/11/1960
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	01/01/1974

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico

A atividade atual da Bahema Educação S.A. foi iniciada em 2016. Oriunda de um grupo com mais de 70 anos de história, a Bahema Educação é uma empresa de ensino básico e fundamental, que viabiliza a construção de um grupo brasileiro de escolas que são referência de qualidade pedagógica.

A Bahema foi fundada originalmente em 1953, pela família Affonso Ferreira, como uma empresa de comercialização de implementos agrícolas. Por muitos anos, os negócios da Companhia estiverem concentrados na fabricação e revenda de máquinas, atuando nesses mercados diretamente ou por meio de controladas e/ou coligadas.

Sua denominação passou por sucessivas alterações: de Companhia Nacional de Equipamentos para Companhia Nacional de Equipamentos e Participações, depois Bahema S.A. Equipamentos e Máquinas, Bahema Empreendimentos S.A., Bahema S.A. e, finalmente, Bahema Educação S.A.

No período de 1974 a 2009, a Companhia, através de sua controlada Bahema Agropecuária Ltda., explorou as atividades de criação de gado para corte, a qual foi vendida em 2009.

No período de 1993 a 1999, a Companhia, através de sua controlada Arby's Brasil S.A. (posteriormente Bahema Alimentos e Participações S.A. e Bahema Participações S/A) operou como franqueada da Arby's, Inc., cadeia norte-americana de fast-food.

Em 1998, a atividade de revenda de máquinas tornou-se autônoma, tendo a Bahema Equipamentos sido transformada em companhia aberta e suas ações foram transferidas pela Bahema S.A. para seus acionistas. Em 2003, os acionistas controladores venderam sua participação na Bahema Equipamentos.

A desativação do negócio Arby's e a venda das controladas Bahema Equipamentos e Bahema Agropecuária, levou a Companhia, a partir de 1985, à diversificação de seus negócios e concentração da sua atividade na aquisição de participações minoritárias em companhias com bom histórico, negociadas em Bolsa e com potencial de ganhos futuros.

Em 2008, quando o Unibanco e o Itaú fundiram suas atividades criando o Itaú Unibanco, a Bahema distribuiu grande parte de seu capital que, à época, era majoritariamente em ações do Unibanco. Esse fato ocorreu porque a empresa não teria mais um papel estratégico no banco. Foram feitas seguidas reduções de capital até 2010, iniciando um período não operacional da companhia até o final de 2015.

Em 2016, com aval do Conselho de Administração, a Bahema passa a investir no setor de educação básica privada no Brasil.

Em 2017, a companhia adquiriu 80% da mantenedora da Escola da Vila e 5% da mantenedora da Escola Parque; fechou parceria com a Escola Balão Vermelho (MG), recebendo opção de compra de 100% da escola. Para tais aquisições a Bahema realizou captação de aproximadamente R\$ 30 milhões via emissão de ações.

Em 2018, constituiu mantenedora para criação do Colégio Mangabeiras (MG), ensino médio da Escola Balão Vermelho, 80% de propriedade da companhia; e aumentou sua participação na mantenedora da Escola Mais, aumentando o investimento iniciado em 2017 para 15%.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Em 2019, a Bahema adquiriu 15% da mantenedora da Escola Centro Educacional Viva (RJ); realizou a assinatura dos contratos para a compra de 95% da mantenedora da Escola Fórum Cultural (RJ); adquiriu 100% de participação na mantenedora do Colégio Apoio (PE); firmou contrato de aquisição de 60% de participação nas mantenedoras do Colégio BIS – Brazilian International School (SP), atrelado ao recebimento de uma opção de compra sobre a participação restante (40%); adquiriu debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações emitidas pela Escola Mais e, em paralelo, firmou contrato de opção de compra de ações com os sócios fundadores da Escola Mais; e firmou contrato para aquisição dos 95% restantes das mantenedoras da Escola Parque (RJ).

Em agosto de 2019, a Companhia alterou sua razão social de Bahema S.A. para Bahema Educação S.A., refletindo a mudança de escopo a partir de 2016.

Em 2020, a Companhia concluiu as aquisições das sociedades mantenedoras do Colégio BIS (SP); Colégio Apoio (PE) e Escola Parque (RJ), recebendo as quotas e ações referentes. No caso da Escola Parque, a Companhia recebeu 45% + 1 ações, totalizando uma participação de 50% + 1, sendo que as ações remanescentes serão transferidas em maio de 2022 mediante pagamento da última parcela de aquisição.

Ainda em 2020, a Companhia exerceu a opção de compra de 100% das quotas das mantenedoras da Escola Viva (SP) e da Escola Balão Vermelho (BH); adquiriu 100% das quotas da mantenedora da Escola Autonomia (SC); fez um amplo acordo com a Escola Mais e seus sócios fundadores, adquirindo participações e se comprometendo investir até R\$47 milhões na abertura de novas unidades até 2022, assumindo o controle da Escola Mais com uma participação acima de 82% do seu capital.

No final de 2020, a Companhia anunciou oferta privada de R\$115 milhões em debêntures conversíveis em ações, que foi totalmente colocada e integralizada até março de 2021. Para cada debênture emitida, os investidores receberam também um bônus de subscrição. As debêntures que não haviam sido convertidas antecipadamente foram convertidas automaticamente em 31 de março de 2022, tendo havido ainda o exercício de 60,7% do total dos bônus de subscrição no âmbito da emissão, o que representou um aumento de capital total na companhia de aproximadamente R\$ 191 milhões.

Em 2021, a Companhia adquiriu 100% de participação na mantenedora das Escolas Internacionais de Santa Catarina (SC). No começo de 2022, anunciou também a aquisição de 100% de participação no Intergraus, cursinho voltado para aprovação de vestibulares (SP).

Com todos esses esforços, a Companhia se solidifica como um grupo operador de escolas com relevância e presença nacional e com uma estrutura de capital equacionada para almejar novos investimentos. Atualmente, o grupo Bahema Educação conta com 12 escolas investidas em cinco Estados diferentes (SP, RJ, MG, PE e SC), formando um grupo com mais de 13 mil alunos matriculados no início de 2022.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não foi protocolado qualquer pedido de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial da companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7.1. Descrição das principais atividades da Companhia e suas controladas

A atuação da Bahema Educação S.A. e de suas controladas é focada no ensino básico, prestando serviços da Educação Infantil ao Ensino Médio, extracurriculares, formação de professores e serviços acessórios (alimentação, vestuário, transporte, material etc.). A Companhia está presente atualmente nas regiões sudeste, sul e nordeste, com presença em 5 estados.

As escolas controladas pela Companhia são referência de qualidade em suas respectivas cidades e, normalmente, estão entre as mensalidades mais altas do local. A maior concorrência costuma acontecer no Ensino Infantil, em que as famílias costumam buscar escolas menores e mais baratas, dentro dos seus bairros.

Uma das controladas da Companhia, a Escola Mais, adota um modelo low cost com alta qualidade e busca rentabilidade por meio de escala – atualmente são 8 unidades e mais de 4 mil estudantes, com um plano de expansão acelerada para os próximos anos.

Por fim, no início de 2022, a Companhia adquiriu o Curso Intergraus, focado em cursos pré-vestibular, com atuação complementar às atividades já desenvolvidas pelas demais escolas investidas.

A Bahema Educação S.A. tem como objeto social as seguintes atividades:

- a) desenvolvimento, diretamente ou por meio de participação em outras sociedades, de projetos e atividades nas áreas de educação pré-escolar, educação infantil, educação básica (ensino fundamental ao ensino médio), desenvolvendo todas as demais atividades inerentes à prestação de serviços educacionais;
- b) desenvolvimento, diretamente ou por meio de participação em outras sociedades, de projetos e atividades de cursos livres, incluindo cursos pré-vestibulares, bem como aulas de reforço e ensino de esportes, dança e artes cênicas e demais atividades relacionadas ao esporte e cultura;
- c) prestação de serviços de apoio às instituições de ensino e educadores, incluindo serviços administrativos, de treinamento, qualificação, consultoria, assessoria, avaliação e demais serviços relacionados à área educacional;
- d) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, em especial no setor de educação; e
- e) realização de pesquisas e elaboração de estudos e projetos de investimentos na área de educação.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista**7.1-A. Informações específicas de sociedades de economia mista****(a) interesse público que justificou sua criação**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando: (1) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pela Companhia para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"; (2) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições; (3) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro da Companhia ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais**7.2. Informações sobre segmentos operacionais****(a) produtos e serviços comercializados:**

A Bahema Educação S.A. não diferencia sua receita em segmentos operacionais, pois o único segmento são as escolas. A receita é de prestação de serviços educacionais e áreas complementares a isso, como atividades extracurriculares, alimentação ou venda de material pedagógico. As receitas não operacionais são, somente, receitas financeiras das aplicações da holding e suas controladas.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia:

Não aplicável conforme esclarecido no item (a).

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não aplicável conforme esclarecido no item (a).

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção:

Como dito no item 7.2, a Bahema Educação S.A. e suas controladas oferecem serviços educacionais. Nossas escolas vão desde o ensino infantil até o ensino médio e todas são focadas no aprendizado e na formação ativa do estudante.

A Companhia também oferece diversos serviços acessórios ao ensino regular: atividades extracurriculares para os estudantes, venda de material escolar e pedagógico, serviços de alimentação, viagens de intercâmbio, entre outros. Além disso, são oferecidos cursos, online e presenciais, de formação de professores, coordenadores e diretores escolares tanto para o público interno como para um público externo. Em janeiro de 2022, a Companhia adquiriu o Curso Intergraus e passou a oferecer cursinhos pré-vestibulares, atividade complementar ao ensino básico regular, também voltados tanto para o público interno (estudantes das nossas escolas) como para o público externo (estudantes de escolas terceiras).

(b) características do processo de distribuição:

O processo das escolas começa com a matrícula em meados de setembro do ano precedente do exercício. Existem dois focos principais: (i) retenção dos estudantes que já estão matriculados no ano corrente para o ano seguinte, buscando entender motivos que os fariam trocar de escola e (ii) captação de novos estudantes, que é feita pela divulgação da escola em vários canais (rede sociais, eventos, site etc.) e, principalmente, pela divulgação boca a boca das famílias já matriculadas e que referendam a escola para famílias amigas. Por isso a busca pela qualidade do ensino deve ser o foco da Companhia, garantindo a satisfação das famílias com a escola dos filhos.

Após a matrícula, o serviço vai ser ministrado todo o ano do exercício com compensações mensais de serviço e entrega de material escolar e pedagógico. As famílias também podem optar por contratar atividades extracurriculares no contraturno das aulas regulares. Essas atividades podem ser curso de idiomas, atividades esportivas, atividades artísticas ou outros temas não abordados no currículo.

Ao longo do ano também acontecem diversos eventos nas escolas, como palestras, comemorações de datas festivas, viagens de intercâmbio etc.

(c) características dos mercados de atuação, em especial:

(i) participação em cada um dos mercados

O mercado de educação básica privada no Brasil é extremamente pulverizado. Nem a Companhia nem nenhum concorrente possui, individualmente, participação significativa. São mais de 45 milhões de crianças matriculadas em escolas de ensino básico: do ensino infantil, passando pelo ensino fundamental e terminando no ensino médio. Pouco menos de 20%, ou 9 milhões de crianças, estão matriculadas em escolas particulares. Desconsiderando os grupos confessionais (Maristas, Salesianos etc.) que muitas vezes operam descentralizadamente e são sem fins lucrativos, o maior grupo de ensino básico em número de alunos atualmente é o Eleva, com uma estimativa de aproximadamente 120 mil alunos após a aquisição das escolas da Cognia. Isso representaria pouco mais de 1,3% do mercado.

(ii) condições de competição nos mercados

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Por ser extremamente fragmentado, o mercado de ensino básico não possui nenhum monopólio ou oligopólio. A concorrência acontece muitas vezes com escolas familiares, de bairro, e com poucos estudantes. Antes da crise do Covid-19, estimava-se por volta de 40 mil escolas particulares no Brasil, o que faria com que cada uma tivesse pouco mais de 200 estudantes na média. Porém, nos últimos anos, a concentração de mercado vem aumentando, ainda que a passos lentos, e cada vez mais grupos profissionais buscam adquirir ou abrir novas escolas do zero. A barreira de entrada é pequena, porém entendemos que a qualidade e a reputação da escola são diferenciais essenciais para sua sobrevivência, e isso requer anos de experiência do projeto pedagógico e uma equipe bastante capacitada.

(d) eventual sazonalidade:

O mercado de ensino básico não possui grandes sazonalidades. As escolas assinam contratos anuais estabelecidos até meses antes do início das aulas e, por mais que existam diversas formas de parcelar a anuidade, o reconhecimento da receita é feito 1/12 ao mês. Mesmo as atividades extracurriculares costumam ser contratadas anualmente, apesar de haver uma flexibilidade maior das famílias de desistir dos cursos a qualquer momento.

Realizamos, entretanto, provisão do pagamento de férias para funcionários durante os 11 meses sem férias. Essa provisão faz com que o no mês de férias haja um custo e despesa com pessoal abaixo da média dos demais, causando uma sazonalidade de resultado contábil. Em cada cidade as férias são definidas em acordo sindical próprio e podem acontecer em janeiro ou julho de cada ano.

(e) principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços:

A Bahema Educação S.A e suas controladas comercializam majoritariamente serviços, de forma que insumos e matérias primas possuem pouca relevância nos custos da Companhia. Os insumos e matérias primas utilizados estão basicamente relacionados à comercialização de produtos acessórios como materiais escolares e pedagógicos, alimentação e vestuário.

O principal insumo, usado na preparação do material pedagógico, é papel. A Companhia é um comprador insignificante em relação ao tamanho total do mercado, definido principalmente pelo preço global da celulose, uma *commodity* bastante líquida e negociada no mundo todo. Mesmo eventuais oscilações no preço de papel não afetariam materialmente a Companhia, já que é um insumo que representa um percentual muito pequeno dos nossos custos. Além disso, cada vez mais os materiais pedagógicos são entregues de forma digital e não física.

Na Escola Mais, que tem uma metodologia pedagógica bastante intensiva em tecnologia, cada estudante recebe em comodato um computador portátil, com vida útil média de 3 anos. Além da renovação anual dessa base de computadores, o crescimento acelerado previsto para a Escola Mais significa que as compras anuais serão cada vez maiores. Esse mercado é relativamente concentrado, com 6 ou 7 fornecedores potenciais, e há uma possibilidade de volatilidade dos preços em função de problemas na cadeia produtiva e de fornecimento e da volatilidade cambial, já que são produtos com preços atrelados ao dólar americano.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4. Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente:

Não aplicável

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente:

Não aplicável

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

A Constituição Federal define educação como um direito de todos os brasileiros e um dever do Estado e da família. O Poder Público deve garantir a todos os cidadãos brasileiros o acesso à educação, não estando tal atribuição limitada ao Poder Público, uma vez que as atividades de ensino são livres à iniciativa privada, desde que observados os requisitos e critérios estabelecidos pela regulamentação aplicável.

Nos termos da distribuição de competências entre os Estados estabelecida pela Constituição, os sistemas de ensino devem ser organizados em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cabendo à União a responsabilidade por organizar e coordenar o sistema federal de ensino, de forma a garantir a igualdade de oportunidades e a qualidade do ensino. Aos Estados e ao Distrito Federal, compete o enfoque nos ensinos fundamental e médio, enquanto aos Municípios compete a prioridade à educação infantil e ao ensino fundamental.

O ensino básico, composto pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, tem como marcos essenciais a Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ("LDB") e o Plano Nacional de Educação ("PNE").

A LDB estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e delega à União várias tarefas, entre elas: (i) a coordenação da política nacional de educação; (ii) a elaboração do PNE; (iii) a prestação de assistência financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; e (iv) o estabelecimento, em colaboração com os outros entes federativos, das competências e diretrizes para o ensino básico. Além disso, a LDB regulariza, em âmbito nacional, a base comum do currículo, a carga horária e presença mínima em aula e as formas de promoção de série, cabendo aos estados, municípios e até mesmo às escolas a normatização das peculiaridades regionais e locais, curriculares e de calendário, de promoção de série e a expedição da documentação escolar de cada aluno da educação básica.

O PNE atual foi estabelecido por meio da Lei 13.005/2014 e conta com duração de dez anos, contados da publicação da lei. O PNE definiu os objetivos que deveriam ser perseguidos por todos os níveis e etapas da educação e definiu, também, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam elaborar, com base no PNE, seus planos decenais correspondentes, estabelecendo políticas, diretrizes e objetivos aplicáveis à parcela do sistema educacional brasileiro sob sua competência.

A regulação ensino básico é realizada pelos Estados e Municípios respeitando as diretrizes do Conselho Nacional de Educação. Os Secretários Estaduais de Educação são assistidos pelos Conselhos Estaduais de Educação e são os principais órgãos reguladores do ensino fundamental e médio. Os Secretários Municipais de Educação são assistidos pelos Conselhos Municipais de Educação e são os principais órgãos reguladores da educação pré-escolar.

A LDB define que a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. O calendário escolar deve adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na LDB.

A LDB subdividiu a educação básica em três níveis, conforme abaixo:

Educação Infantil:

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

É primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil deve ser oferecida em (i) creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 anos de idade; ou (ii) pré-escolas, para as crianças de 4 a 5 anos de idade. A avaliação da educação infantil é realizada mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Ensino Fundamental:

Nos termos da Constituição Federal e da LDB, é um direito de todas as crianças a partir dos 6 anos de idade. Com duração de 9 anos, tem como finalidade: (i) o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; (ii) a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; (iii) o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e (iv) o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assente a vida social.

Ensino Médio:

É a etapa final do Ensino Básico e exterioriza o dever do Estado de, progressivamente, completar o processo de formação do cidadão. Com duração mínima de 3 anos, tem como finalidade: (i) a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; (ii) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; (iii) o aprimoramento do aluno como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e (iv) a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Credenciamento de Instituições de Ensino Básico:

LDB outorgou aos Estados e aos Municípios competência para autorizar, credenciar e supervisionar as instituições de ensino básico. Esta competência é realizada por meio das respectivas secretarias ou conselhos de educação. Nossas escolas são credenciadas junto às Secretarias Estaduais de Educação a quem compete autorizar o funcionamento das instituições de ensino fundamental e médio e/ou junto às Secretarias Municipais de Educação, a quem compete autorizar o funcionamento das instituições de educação infantil.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental, bem como outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Tendo em vista que Companhia e suas controladas não exercem atividades que possam ocasionar danos ambientais relevantes, não há uma política ambiental específica e a Companhia atualmente não adere a padrões internacionais de proteção ambiental, entretanto, existem temas relativos a sustentabilidade no nosso Código de Ética.

Adicionalmente, o comitê pedagógico da Companhia supervisiona as ações de sustentabilidade praticadas nas escolas.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

A Companhia e suas controladas têm suas marcas registradas de forma legal no INPI, além das licenças essenciais dos imóveis e de qualquer infraestrutura relacionada. A Companhia monitora os registros de marcas e licenças para garantir que mesmo as marcas que não possuem registro no INPI possam ser utilizadas normalmente.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior**7.6. Receitas relevantes provenientes do exterior**

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Toda a receita da Bahema Educação S.A. e das suas controladas é proveniente de clientes atribuídos ao país sede da Companhia

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7. Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, já que a Bahema Educação S.A. e suas controladas não possuem atividades em outros países que não o Brasil, que possui total autonomia em sua legislação sobre o setor educacional.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8. Políticas socioambientais

A Companhia e suas controladas não possuem políticas formalizadas no âmbito socioambiental e não divulga relatórios de sustentabilidade, uma vez que sua atual estrutura não justifica, neste momento, a divulgação de tais relatórios. Temos atualmente uma Comissão ESG, com reporte à Diretoria e que conta com diretores em sua composição e com a participação de conselheiros como convidados, para tratar de assuntos de diversidade, governança, responsabilidade social e ambiental da Companhia e das escolas.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9. Outras informações relevantes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que Covid-19 como emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado que, somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, aos quais podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A partir de outubro de 2020 houve o retorno de atividades presenciais de forma escalonada variando de acordo com o município da escola. Em maio de 2022, entrou em vigor a Portaria GM/MS 913/2022, que encerrou a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da Covid-19, publicada em fevereiro de 2020 pelo Ministério da Saúde.

Operação

Todas as escolas inicialmente suspenderam aulas presenciais conforme as recomendações das autoridades de saúde. No decorrer de 2020 e 2021, as atividades foram gradualmente se normalizando, sempre atendendo as melhores práticas recomendadas pelo Ministério da Saúde e em linha com a consultoria do hospital Sírio Libanês contratada pela Companhia. No início de 2022 as atividades estavam normalizadas em todas as escolas, ainda seguindo boas práticas de mitigação dos riscos de contaminação pelo vírus.

Receita e contas a receber

Maiores detalhes podem ser obtidos no item 10.2(b)

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8. Negócios extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

A Companhia realizou diversas aquisições e/ou investimentos em participações em outras sociedades nos últimos anos, sempre com foco no ensino básico, conforme estratégia amplamente divulgada ao mercado desde 2016. A única alienação relevante de um ativo foi a venda de um imóvel em que opera a Escola Parque, realizada em julho de 2020, por meio de uma operação de *sale & leaseback*. Essa operação também faz parte dos negócios normais da Companhia e foi tomada como uma decisão de financiamento para permitir novos investimentos. Pela venda ter sido feita para uma parte relacionada, divulgamos comunicado ao mercado sobre a operação em 02 de julho de 2020, com as informações previstas no Anexo 30-XXXIII da ICVM 480.

Todas as operações estão citadas no item 15.7 deste formulário de referência.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Nos últimos três exercícios sociais não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia que não estejam apresentados na Demonstração Financeira.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3. Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos últimos três exercícios sociais não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 8.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia**

Além dos ativos descritos nos itens a seguir, não há outros bens do ativo não circulante que sejam relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Brasil	PE	Recife	Alugada
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Computadores e periféricos	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Computadores e Periféricos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Computadores e Periféricos	Brasil	PE	Recife	Própria
Computadores e Periféricos	Brasil	SC	Florianópolis	Própria
Imóveis	Brasil	PE	Recife	Própria
Imóveis	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Imóveis	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	PE	Recife	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SC	Florianópolis	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa BAHEMA conforme certificado de registro número 790281716 emitido pelo INPI	10 anos, término em 27/10/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem contestar os registros da Bahema S.A., como, por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, também não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Bahema S.A. está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Marca nominativa CENTRO DE FORMAÇÃO conforme certificado de registro n. 902108123 emitido pelo INPI	10 anos, término em 09/10/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem contestar os registros da empresa, como, por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, também não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a empresa está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa ESPECIALIZAÇÃO PEDAGÓGICA conforme certif. de reg. n. 902148133 emitido pelo INPI	10 anos, término em 27/11/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem contestar os registros da empresa, como, por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, também não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a empresa está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Marca nominativa ESPAÇO DA VILA conforme certificado de registro número 902661043 emitido pelo INPI	10 anos, término em 12/03/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem contestar os registros da empresa, como, por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, também não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a empresa está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca nominativa ESCOLA DA VILA conforme certificado de registro número 902105680 emitido pelo INPI	10 anos, término em 09/10/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem contestar os registros da empresa, como, por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, também não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a empresa está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Marca nominativa CENTRO DE ESTUDOS DA ESCOLA DA VILA certif. de reg. n. 902108026 emitido pelo INPI	10 anos, término em 09/10/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem contestar os registros da empresa, como, por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, também não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a empresa está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Apoio Grupo de Assessoria Educacional e Pedagógica Ltda	08.145.062/0001-01	-	Coligada	Brasil	PE	Recife	O objeto social da Sociedade é: (a) Prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio, como mantedora de estabelecimento de ensino nas respectivas áreas; (b) Atividade extracurriculares inerentes;	0,000000
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	704.131,38		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Por meio desta controlada, desenvolve-se a prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio.								
Bahema Educação RJ S/A	25.249.401/0001-00	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	2.943.555,90		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Por meio desta controlada, a participação no capital social das sociedades mantenedoras da Escola Parque e da Escola Centro Viva, no Rio de Janeiro e Balão Vermelho em Belo Horizonte.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda.	26.643.740/0001-30	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	A Empresa , anteriormente denominada Bahema Educação e Participações SP S/A, tem por objeto social (i) a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista (ii) Assessorar e prestar serviços de consultoria, planejamento, avaliação e execução de projetos na área de educação; (iii) Realizar e promover o intercâmbio, desenvolvimento e formação nas diferentes áreas do conhecimento entre diversas categorias profissionais, especialmente na área de educação e com educadores (iv) Realizar, promover, patrocinar ou participar de debates, pesquisas, conferências, congressos, seminários, cursos, estudos e outras atividades relacionadas ao desenvolvimento e disseminação do conhecimento.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	9.678.509,51		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Por meio desta controlada, participa no capital social das sociedades mantenedoras da Escola da Vila e Colégio BIS, em São Paulo, Escola Fórum Cultural, em Niterói, e Colégio Apoio no Recife.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Escola Mais Educação Ltda.	26.086.054/0001-05	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	O objeto social da empresa é a prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio.	15,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	-11.662.134,84		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Por meio dessa investida, desenvolve-se a prestação de serviços de ensino fundamental da Escola Mais.								
Escola Viva Participações S.A.	30.657.270/0001-30	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	A Sociedade tem por objeto a prestação de serviços na área da educação e correlatos, em todos os níveis, no Brasil, podendo, inclusive, deter participação em outras sociedades, na qualidade de acionista e/ou quotista, que também prestem serviços na área da educação e correlatos, em todos os níveis.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	-8.684.534,75		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Por meio desta controlada, desenvolve-se a prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio da Escola Viva.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Fórum Cultural Participações Ltda.	33.828.784/0001-08	-	Controlada	Brasil	RJ	Niterói	A Sociedade tem por objeto a prestação de serviços na área da educação e correlatos, em todos os níveis, no Brasil e no exterior, podendo, inclusive, deter participação em outras sociedades, na qualidade de acionista e/ou quotista, que também prestem serviços na área da educação e correlatos, em todos os níveis.	95,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	1.031.667,99		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Por meio desta controlada, desenvolve-se a prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio da Escola Fórum Cultural.								
International School Centro de Educação Ltda	62.380.365/0001-46	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	O objeto social da Sociedade é: (a) Prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio, como mantedora de estabelecimento de ensino nas respectivas áreas; (b) Atividade extracurriculares inerentes;	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	517.979,81		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			

Por meio desta controlada, desenvolve-se a prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio.

Parque Estabelecimento de Ensino Ltda	11.498.553/0001-32	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O objeto social da Sociedade é: (a) Prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio, como mantedora de estabelecimento de ensino nas respectivas áreas; (b) Atividade extracurriculares inerentes;	100,000000
---------------------------------------	--------------------	---	----------	--------	----	----------------	--	------------

Valor mercado

31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	2.764.427,34
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Por meio desta controlada, desenvolve-se a prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio da Escola Parque

Sociedade Educadora de Vanguarda Ltda	34.146.134/0001-37	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	O objeto social da Sociedade é: (a) Prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio, como mantedora de estabelecimento de ensino nas respectivas áreas; (b) Atividade extracurriculares inerentes;	100,000000
---------------------------------------	--------------------	---	----------	--------	----	----------------	--	------------

Valor mercado

31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	2.076.244,48
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Por meio desta controlada, desenvolve-se a prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio da Escola Parque.

Sovila Participações S.A.	06.007.683/0001-95	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	O objeto social da Sociedade é: (a) Prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio, como mantedora de estabelecimento de ensino nas respectivas áreas; (b) Atividade extracurriculares inerentes;	80,000000
---------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	-----------	--	-----------

				Valor mercado		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	204.365,55
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Por meio desta controlada, desenvolve-se a prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e médio da Escola da Vila.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 9.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos diretores

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os comentários apresentados a seguir referem-se às Demonstrações Financeiras Consolidadas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Bahema Educação S.A. apresenta condições financeiras e patrimoniais gerais compatíveis com o negócio da Companhia. A carteira de investimentos financeiros é composta, em sua quase totalidade, por ativos de liquidez imediata. Em contrapartida a carteira de investimentos operacionais é composta por participações societárias em instituições de ensino básico.

Ao longo de 2020 a Companhia deu prosseguimento ao plano de adaptar sua estrutura de capital, realizando uma emissão privada de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações de pouco mais de R\$ 115.034 mil. Essas debêntures foram parcialmente integralizadas ainda em 2020, com o restante sendo liquidado no início de 2021. Para cada debênture foi emitido um bônus de subscrição permitindo que seu detentor subscreva mais ações da Companhia em quatro janelas de conversão. Ao longo de 2021 ocorreram três janelas e pouco mais de R\$ 30 milhões adicionais foram subscritos e integralizados.

A Companhia também vem aumentando seus níveis de endividamento bancários nos últimos anos para fazer frente aos investimentos realizados. No final de 2021 foi negociada a emissão de notas comerciais por uma de suas subsidiárias no valor total de R\$ 75 milhões e com prazo total de cinco anos. Esses recursos foram usados para refinaranciar dívidas bancárias vencendo no curto prazo e também investimentos em expansão da Escola Mais. Essas notas foram integralizadas na sua totalidade no início de 2022, conforme divulgado ao mercado.

(b) Estrutura de Capital

A emissão privada de debêntures mandatoriamente conversíveis em 2020, que foi integralmente subscrita pelos acionistas da Companhia, se seguiu a emissão privada de ações por volta de R\$ 73 milhões que aconteceu em 2019. Pouco mais de 40% das debêntures emitidas foi convertida antecipadamente em ações ao longo de 2021, enquanto os 60% restantes serão mandatoriamente convertidos em março de 2022. O preço de conversão é pré-definido a R\$ 14,95 por ação, o que significa 5 ações para 1 debênture – que não faz jus a qualquer remuneração ou juros.

Para cada debênture emitida em 2020, foi emitido junto um bônus de subscrição que permite aos detentores subscrever cinco ações adicionais da Companhia a um preço de R\$ 14,95 corrigido a 12,0% ao ano a partir de 01 de abril de 2021. Esses bônus possuíam quatro datas de aniversário, sendo a última ainda em aberto, em 31 de março de 2022. Nas três primeiras datas, foram convertidos pouco mais de R\$ 30 milhões. Com a expectativa de exercício de uma parcela dos bônus restantes, a estrutura de capital da Companhia estaria definitivamente equalizada frente às necessidades atuais.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A controladora Bahema Educação S.A. apresenta confortável grau de liquidez, não tendo tido qualquer problema de capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros assumidos para os anos de 2019, 2020 e 2021. Há a necessidade de uma captação parcial, de pelo menos 40% dos bônus de subscrição em circulação para fazer frente ao pagamento final pela aquisição da Escola Parque que será realizado em maio de 2022.

Na posição consolidada de 31 de dezembro de 2021 os investimentos financeiros de liquidez imediata alcançavam R\$ 12.526 mil e o saldo a receber de bônus de subscrição já subscritos era de R\$ 15.000 mil. Os compromissos financeiros de curto prazo com bancos eram de R\$ 34.769 mil e as obrigações assumidas pela compra de participação em escolas somavam o valor de R\$ 81.547 mil vencendo em 2022. Importante reforçar que no início de 2022 a Companhia emitiu, por meio de uma de suas subsidiárias, notas comerciais no valor total de R\$ 75.000 com prazo de vencimento de cinco anos, reforçando sua posição de caixa.

Com exceção da Escola Viva, que nos últimos três anos teve uma geração operacional negativa de caixa e financiamento tributários vencendo mensalmente, as escolas controladas pela Companhia apresentaram suficiente geração de caixa para pagamento dos compromissos assumidos. Para a Escola Viva, a previsão é de uma necessidade de aporte de capital pela Companhia de aproximadamente R\$ 7.000 mil ao longo de 2022.

Ao longo de 2019 e 2020 a Companhia enfrentou os cenários desafiadores em relação a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos por meio de levantamento de dívidas bancárias, com a emissão privada de ações que aconteceu em 2019 e com a emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis no final de 2020.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia realizou uma emissão privada de ações em 2019 no valor aproximado de R\$ 73 milhões, além da emissão de debêntures conversíveis no valor de R\$ 115.034 mil em 2020. Junto com as debêntures foram emitidos bônus de subscrição, sendo que mais de R\$ 30 milhões já foram integralizados. Além disso, seu nível de endividamento bancário veio aumentando ano a ano, sendo que era praticamente inexistente em 2018 e hoje está acima de R\$ 50.000 mil. Esses recursos foram utilizados para exercer opções de compra de escolas que a Companhia possuía, pagar parcelas de aquisições parcelas e para novas aquisições. Além disso, em uma das aquisições a Companhia assumiu passivos fiscais e trabalhistas que somavam aproximadamente R\$ 50.000 mil, sendo a maior parte deles já financiada em programas de parcelamento do governo, com prazos de até 180 meses e correção por SELIC.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Dados os fluxos mensais de pagamento dos serviços escolares e a geração de caixa operacional de suas controladas indiretas, a Companhia tem a opção de buscar novas fontes de financiamento com instituições bancárias, sejam empréstimos tradicionais ou operações estruturadas de antecipação de recebíveis. Além disso, também espera o exercício parcial ou integral do bônus de subscrição que os debenturistas receberam, conforme detalhado no item b) acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

	% – Taxas contratuais a.a.	Vencimentos	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro	3,75 a 13,10	2021	-	3.193
Capital de giro	3,75 a 13,10	2022	10.043	17.259
Capital de giro	3,75 a 13,10	2023	29.647	-
Capital de giro	3,75 a 13,10	2024	10.498	12.933
Capital de giro	3,75 a 13,10	2025	9.304	10.000
Swap c/ Santander	12,48	2022	334	830
Swap c/ Itaú -	12,92	2022	3.573	6.801
Outros			655	-
Total			64.054	51.016
Passivo circulante			34.769	21.940
Passivo não circulante			29.285	29.076

Até o final de 2021, em nenhum dos contratos havia cláusulas restritivas (*covenants*). Em aproximadamente 50% do total das dívidas existia a assinatura de pelo menos um diretor da Companhia como devedor solidário, pela qual é remunerado em 0,50% ao ano.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

No final de 2021, não havia limites relevantes de financiamentos aprovados ou contratados. Entretanto, a Companhia estava em fase final de negociação para a emissão de R\$ 75 milhões em notas comerciais emitidas por uma de suas subsidiárias que foi concluída ao longo de janeiro de 2022.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Análise do Balanço Patrimonial**

Ativo	R\$ mil		
	2021	2020	2019
Conta			
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	12.526	42.238	48.150
Mensalidades a receber	8.337	9.079	1.723
Adiantamentos	7.154	5.802	1.043
Impostos a recuperar	2.783	2.677	709
Outros ativos	21.282	3.905	1.113
	<u>52.082</u>	<u>63.701</u>	<u>52.738</u>
Não circulante			
Impostos a recuperar	4.542	5.013	5.366
Depósitos judiciais	203	240	47
Outros ativos	6.056	82.936	4.171

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adiantamento p/ aquisição de controladas	-	-	18.916
Impostos diferidos	7.912	7.912	-
Ativos Financeiros	-	20.314	22.244
Investimentos	1.562	13.005	3.712
Imobilizado	103.000	49.104	8.204
Intangível	308.905	265.304	54.576
Ativos de direito de uso	132.070	95.177	21.125
	<u>564.250</u>	<u>539.005</u>	<u>138.361</u>
Total do ativo	<u>616.332</u>	<u>602.706</u>	<u>191.099</u>

A Companhia apresentou uma redução no nível de caixa em 2021 para fazer frente às novas aquisições e investimentos realizados. Importante considerar o aumento da linha de Outros Ativos já que ali estão provisionados R\$ 15 milhões a receber por bônus de subscrição já integralizados que foram recebidos no primeiro dia de janeiro de 2022.

Os impostos a recuperar referem-se a IRPJ e CSL recolhidos a maior e não compensados em exercícios posteriores, e foram gerados nos resgates das aplicações de fundos de investimentos e apuração de base negativa de imposto de renda e contribuição social. A Companhia, tendo passado mais de cinco anos desde sua apuração, já solicitou o recebimento desses impostos em dinheiro e tem a expectativa de que isso aconteça em um futuro próximo.

A linha de outro ativos teve um grande salto em 2020 devido ao valor a receber das debêntures conversíveis subscritas em dezembro, já que 2/3 só deveriam ser integralizados até 31 de março de 2021. Este valor era equivalente a R\$ 76.689 mil e a linha voltou ao seu patamar normal em 2021 com o recebimento integral disso.

A conta de mensalidades a receber teve um aumento significativo desde 2019 impactada positivamente por um lado pelo maior número de escolas. Porém, a Companhia decidiu aumentar o nível de provisionamento da carteira, especialmente dos recebíveis com atrasos acima de 360 dias – o impacto dessa provisão está destacado nos comentários sobre o resultado abaixo.

Em 2019, a companhia apresentou uma grande variação em adiantamento para aquisição de controladas. Em setembro de 2019, a Bahema, por meio de sua controlada Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda., assinou contrato de compra e venda de 60% das quotas das sociedades mantenedoras da Brazilian International School em São Paulo e realizou adiantamentos no valor de R\$ 17.406 mil. Já em outubro de 2019, por meio da mesma controlada, assinou contrato de compra e venda de 100% das quotas das sociedades mantenedoras do Colégio Apoio em Recife e realizou adiantamentos no valor de R\$ 1.510 mil. Em janeiro de 2020, ambas as aquisições foram concluídas, zerando novamente o saldo.

A variação dos investimentos em 2021 aconteceu devido à conversão de debêntures emitidas pela Escola Mais que a Companhia possuía e converteu em participações, inclusive assumindo seu controle.

As contas de intangível, imobilizado e direito de uso apresentaram um grande aumento de 2019 para 2020 e 2021 devido à estratégia de crescimento da Companhia via aquisição de novas escolas, que a partir de sua consolidação inflam os números tanto no ativo como no passivo. Especificamente na

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

linha de direito de uso, a partir de 2019 a companhia passou a utilizar o IFRS-16 e reconhecer os contratos de aluguel de longo prazo firmados pelas controladas e pelo centro de operações da holding Bahema Educação S.A.

Passivo	R\$ mil		
Conta	2021	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	10.283	4.186	607
Empréstimos e financiamentos	34.769	21.940	10.720
Obrigações trabalhistas	24.861	19.255	4.493
Obrigações tributárias	7.704	4.551	2.102
Impostos parcelados	3.752	4.972	-
Adiantamento de mensalidades	29.541	21.888	6.429
Dividendos a Pagar	-	-	3
Passivos de arrendamento	39.075	16.452	4.527
Contraprestação a pagar	81.547	64.616	-
Outras contas a pagar	4.196	990	4.797
	<u>235.728</u>	<u>158.850</u>	<u>33.678</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	29.285	29.076	937
Obrigações tributárias	-	-	2.214
Impostos parcelados	23.050	27.205	-
Obrigações trabalhistas	15.931	16.749	383
Provisão para contingências	340	2.039	324
Impostos diferidos	13.891	16.594	5.868
Passivos de arrendamento	119.922	78.723	16.007
Contraprestação a pagar	23.818	82.553	5.892
Outras obrigações	4.646	4.346	590
	<u>230.883</u>	<u>287.995</u>	<u>32.355</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	207.664	130.080	129.302
Reservas de capital	52.213	105.208	(417)
Reservas de lucros	-	-	-
Prejuízos acumulados	(120.422)	(83.564)	(7.183)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
	<u>139.455</u>	<u>151.724</u>	<u>121.702</u>
Participação de acionistas não controladores	10.266	4.137	3.364
Total do passivo	<u>616.332</u>	<u>602.706</u>	<u>191.099</u>

Em linha com o crescimento do ativo, o passivo da Companhia também vem crescendo à medida que novas aquisições de escolas são incorporadas nas suas demonstrações financeiras. A linha de contraprestações a pagar reflete isso, e em 2021 seu principal componente, a última parcela da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aquisição da Escola Parque, passou a ser um passivo circulante, já que o vencimento acontece em maio de 2022.

A linha de empréstimos e financiamento também teve um aumento expressivo nos últimos anos como parte de uma estratégia de estrutura de capital para financiar as aquisições. Como mencionado anteriormente e já divulgado ao mercado, no começo de 2022 a Companhia emitiu notas comerciais que ajudaram a prolongar o prazo da sua dívida, que passa a ter um vencimento final em 2027.

Por conta do IFRS-16, a partir de 2019 a Companhia passou a reconhecer um passivo de arrendamento relacionado às parcelas futuras de contrato de aluguéis firmados pelas escolas e também pelo centro de operações da holding Bahema Educação S.A. A conta de arrendamento se encontra tanto no passivo circulante quanto no não circulante, e o aumento expressivo em 2020 é resultado das aquisições realizadas.

Os impostos parcelados e obrigações trabalhistas são oriundos da aquisição da Escola Viva. Já conseguimos renegociar com a procuradoria da Fazenda 100% do que estava em aberto, e a dívida será corrigida pela SELIC com prazos de vencimento além de 2030 e amortizações mensais que já estão ocorrendo.

Em 2020 a Companhia realizou a emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis no valor de R\$ 115.034 mil, que foi refletida no aumento das reservas de capital. Em 2021, com as conversões antecipadas parciais além do exercício de uma parcela dos bônus de subscrição emitidos, houve um novo crescimento do capital social e consequente redução das contas de reserva.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Resultado operacional e financeiro****(a) Resultados das operações da Companhia**

Análise das Demonstrações do Resultado

Conta	R\$ mil		
	2021	2020	2019
Receita líquida	266.668	196.345	53.058
Custos	-163.655	-120.416	-34.114
Lucro bruto	<u>103.013</u>	<u>75.929</u>	<u>18.944</u>
Receitas e despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	-70.027	-48.338	-13.523
Despesas com pessoal	-35.826	-30.741	-15.968
Perdas por redução do valor recuperável	-2.047	-6.389	-346
Outras receitas/despesas	-9.189	-12.113	689
Equivalência patrimonial	-1.405	-1.344	-267
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	<u>-15.481</u>	<u>-22.996</u>	<u>-10.471</u>
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	13.986	1.615	1.629
Despesas financeiras	-31.112	-38.486	-1.662
Resultado financeiro líquido	<u>-17.126</u>	<u>-36.871</u>	<u>-33</u>
Lucro do Exercício Antes dos Impostos	<u>-32.607</u>	<u>-59.867</u>	<u>-10.504</u>
Impostos correntes	-8.278	-9.877	-322
Impostos diferidos	2.703	2.990	1.393
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>-38.182</u>	<u>-66.754</u>	<u>-9.433</u>
Atribuído aos acionistas controladores	-36.858	-66.852	-9.175
Atribuído aos acionistas não controladores	-1.324	98	-258
Lucro (Prejuízo) básico por ação – R\$	-2,92	-6,01	-0,85
Número de ações do capital social	16.352.035	11.212.295	11.096.795

A Companhia vem apresentando prejuízos nos últimos três anos. Apesar de resultados operacionais positivos nas escolas, o custo da estrutura administrativa e os efeitos de amortização de mais valia, ajustes a valor presente das dívidas de aquisição, despesas financeiras e estrutura societária pouco eficiente para aproveitar prejuízos gerados para compensação fiscal acabam se somando e afetando o resultado contábil.

É sempre importante ressaltar que a comparação entre as demonstrações financeiras ano a ano fica prejudicada em razão da aquisição de sociedades controladas indiretas terem ocorrido ao longo de 2019, 2020 e 2021. Com isso, o custo da estrutura administrativa acabava não sendo diluído nas escolas em que a Companhia já possuía participações minoritárias e/ou opções de compra.

Em 2020, também houve um forte impacto nas operações resultante da pandemia de Covid-19. Com a paralisação das atividades presenciais, houve a saída de mais de 25% dos alunos de educação infantil das nossas escolas, resultando numa perda geral de aproximadamente 5% em relação ao

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

número de alunos de março de 2020. Também não houve nenhuma receita de atividade extracurricular. Por outro lado, a pressão dos pais que ficaram por descontos também foi constante, especialmente no ensino infantil. Em 2021 houve uma recuperação de alunos do ensino infantil ao longo do ano à medida que a pandemia arrefecia, mas ainda sem retornar aos números pré-pandemia. As atividades extras continuaram sem ser oferecidas devido às restrições de ocupação dos espaços.

Principalmente em 2020, conseguimos compensar parcialmente a perda de receita com renegociação de contratos gerais e de aluguéis, com descontos temporários. Também nos aproveitamos de medidas do governo para redução da carga horária e consequente impacto na folha de pagamentos. Em 2021 essas economias foram menores.

Na linha de outras receitas/despesas, além da amortização de mais valia, houve um impacto em 2020 de quase R\$7.000 mil referente a baixa na marcação dos 5% da Escola Parque que haviam sido adquiridos em 2017. Como foi uma aquisição por etapas, o ágio pago então não pode ser aproveitado no momento que fizemos a aquisição do controle e preparamos o laudo PPA.

Os impostos correntes tiveram um impacto extraordinário em 2020 de aproximadamente R\$5.500 mil referentes à operação de *sale & leaseback* da Escola Parque. Necessária para financiar a aquisição da Escola Autonomia, a operação teve um custo fiscal que já estava considerado pela Companhia.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços
--

As escolas operadas pela Companhia têm conseguido repassar o aumento de custos em linha com a inflação nos últimos três anos. Porém, em 2020, a pandemia do Covid-19 fez o pedido por descontos comerciais aumentar significativamente, impactou o número de alunos no ensino infantil e zerou as receitas de atividades extracurriculares. Em 2021 esse efeito foi menor, especialmente na questão de descontos comerciais que foram reduzidos, mas ainda houve impacto no número de alunos e nas atividades extracurriculares.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Anualmente os custos da Companhia, compostos quase que exclusivamente pela folha salarial de professores, são reajustados de acordo com os dissídios da categoria. Nos últimos três anos as folhas foram reajustadas em linha com a inflação do período.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Entre 2019 e 2021 a Companhia não alienou nenhum segmento operacional.

Em um de suas investidas, a Escola Mais, foram abertas duas novas unidades (escolas) em 2020, outra em 2021 e quatro novas no começo de 2022. A Escola Mais também está em expansão no ensino médio, tendo aberto o 1º em 2020 e chegando ao 3º ano agora em 2022. Ao mesmo tempo, passou a oferecer o ensino fundamental 1 em 2022, já que até então oferecia apenas a partir do ensino fundamental 2.

Este mesmo movimento de expansão de segmento aconteceu recentemente no Balão Vermelho, em Belo Horizonte, no qual a primeira turma de ensino médio se formou no final de 2020. No BIS, em São Paulo, o ensino médio foi aberto em 2019 e a primeira turma irá se formar em 2021. No Colégio Apoio, no Recife, a previsão é iniciar o primeiro ano do ensino médio em 2023.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Entre 2019 e 2020 a Companhia não fez nenhuma alienação de participação societária. Houve a constituição de uma *joint venture*, a Bahema Meimei, que inaugurou sua primeira unidade em 2021 no Rio de Janeiro com a abertura de turmas de ensino infantil. Foram feitas diversas aquisições, conforme detalhado a seguir.

Em 11 de fevereiro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada direta Bahema Educação RJ Ltda., adquiriu quotas representativas de 15% do Capital Social da Escola Centro Educacional Viva Ltda. ("Centro Viva") pelo valor de R\$ 682 mil. O contrato também oferece uma opção de compra de até 70% de quotas adicionais da Centro Viva, sendo 40% no 3º ano e 30% a partir do 5º ano.

Em 31 de maio de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada direta Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda., adquiriu quotas representativas de 95% do Capital Social das sociedades mantenedoras da escola Fórum Cultural pelo valor de R\$ 8.679 mil. Em julho de 2021 realizou a opção de compra dos 5% restantes.

Em 31 de setembro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada direta Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda., assinou contrato de aquisição de quotas representativas de 60% do Capital Social das sociedades mantenedoras da Brazilian International School em São Paulo. Os pagamentos realizados adicionaram R\$ 17.406 mil à conta de adiantamento para aquisição de investimentos. O contrato também oferece uma opção de compra dos restantes 40% de quotas a partir de 2024. A operação foi concluída em janeiro de 2020.

Em 29 de outubro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada direta Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda., assinou contrato de aquisição de quotas representativas de 100% do Capital Social das sociedades mantenedoras do Colégio Apoio de Recife. Os pagamentos realizados em 2019 adicionaram R\$ 1.510 mil à conta de adiantamento para aquisição de investimentos. A operação foi concluída em janeiro de 2020.

Em 04 de dezembro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada direta Bahema RJ Ltda., assinou contrato de aquisição de ações representativas de 95% do Capital Social das sociedades

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

mantenedoras da Escola Parque, no Rio de Janeiro, da qual já era detentora de 5% das ações. A operação foi concluída em janeiro de 2020, quando a Companhia recebeu 45,01% das ações da adquirida. Estão sendo feitos pagamentos fixos mensais, uma parcela variável foi paga em maio de 2021 e a segunda e última parcela variável será paga em maio de 2022.

Em 17 de abril de 2020, a Companhia exerceu sua opção de compra de 100% do Capital Social das sociedades mantenedoras da Escola Viva, em São Paulo. A aquisição foi feita por um valor simbólico de R\$10,00 e a assunção de aproximadamente R\$ 50.000 mil em passivos fiscais e trabalhistas.

Em 04 de maio de 2020, a Companhia exerceu sua opção de compra de 100% do Capital Social da sociedade mantenedora do Balão Vermelho, em Belo Horizonte. Foi pago um valor adicional de aproximadamente R\$ 14.600 mil, além da entrega das notas promissórias de R\$ 3.500 mil que a Companhia possuía contra as antigas sócias.

Em 02 de julho de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada direta Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda., assinou contrato de aquisição de quotas representativas de 100% do Capital Social da sociedade mantenedora da Escola Autonomia em Florianópolis. O preço de aquisição foi de R\$ 29.390 mil e 30% do valor ainda será pago em três parcelas anuais a partir de 2021.

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia subscreveu R\$ 14.040 mil em debêntures conversíveis da Escola Mais. Em 13 de novembro de 2020 a Companhia anunciou a assinatura de um amplo memorando de entendimentos com a Escola Mais e seus outros acionistas, prevendo a aquisição de ações, a conversão antecipada das debêntures e aportes adicionais de até R\$ 50.000 mil entre 2020 e 2022. Ao final de 2021, tendo concluído o aporte de R\$ 30.000 mil, a Companhia assumiu o controle com uma participação aproximada de 82% no capital social da Escola Mais, podendo crescer para aproximadamente 85% com o aporte dos R\$ 20.000 mil adicionais previstos.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada direta Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda., assinou contrato de aquisição de quotas representativas de 100% do Capital Social da sociedade mantenedora das Escolas Internacionais de Florianópolis e Blumenau. O preço de aquisição foi de R\$ 30.000 mil, sendo R\$18.000 pagos na conclusão da operação em outubro de 2021 e o restante a ser pago em maio de 2022. Também há a possibilidade de até três pagamentos adicionais (earn outs) em 2022, 2023 e 2024.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais nos últimos três anos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Comentários dos diretores****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia adquiriu investimentos em controladas e coligadas no segmento de educação básica, e a partir de 2017, passou a divulgar demonstrações financeiras consolidadas, dessa forma algumas novas práticas contábeis foram estabelecidas para os exercícios a partir de 2017.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. A partir de 2019 a Companhia passou a aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS-16 e, com isso, a identificar os arrendamentos no balanço patrimonial.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS-16 em 2019, a Companhia passa a reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento relacionados ao arrendamento de imóveis onde estão localizadas as escolas e a sede financeira.

Nos últimos dois anos a diferença entre os valores efetivamente desembolsados pelos aluguéis e os valores contabilizados nos juros e amortização dos contratos foi bastante relevante. Em 2020 foram contabilizadas despesas e amortizações R\$ 8.950 mil acima do que foi efetivamente desembolsado. Já em 2021, essa diferença foi de R\$ 5.509 mil.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não existem ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores nos últimos três anos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos, conta movimento com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em fundos de investimentos com prazo de resgate abaixo de 90 dias, caracterizando-se como equivalentes de caixa.

c. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

d. Mensalidades escolares a receber

Representam as mensalidades escolares já emitidas, porém não recebidas, acordos firmados com clientes com mensalidades em atraso e cobranças judiciais. As antecipações recebidas no exercício corrente a título de antecipação escolar são classificadas no passivo circulante como adiantamento de clientes e reconhecidas ao resultado de acordo com o seu exercício de competência.

e. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosas

Constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades e negociações escolares a receber, de acordo com taxas históricas de perdas.

f. Imobilizado Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos na rubrica "Despesas administrativas e gerais".

g. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Reconhecimento e mensuração

- **Ágio**

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

- **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos

- **Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

i. Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicável) incorridas até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

I. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de pagamento baseado em ações

A Companhia oferece planos de remuneração com base em ações a seus executivos, segundo os quais a Companhia recebe serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio.

A cada período de divulgação, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições contratuais. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta de Reserva de Capital que registrou o benefício aos empregados.

m. Investimentos

(i) Base de consolidação

Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas (aplicável apenas na controladora) e coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de valor justo/custo

Os investimentos em empresas nas quais a Companhia não possui influência significativa, são registrados pelo valor justo ou ao custo, quando este for uma estimativa apropriada do valor justo, deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da Companhia é composta basicamente pela prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e ensino médio.

As receitas são reconhecidas de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) – Receita com contratos de clientes, adotada pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida, onde a receita de prestação de serviços educacionais é reconhecida mensalmente conforme a prestação de serviços é realizada.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

o. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(i) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

(ii) Redução ao valor recuperável

O CPC 48/IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

(iii) Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui operação com transações de derivativos e/ou operações de hedge.

p. Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 9,6%, variando de acordo com o prazo de cada contrato.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)***i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção não evidenciados nas demonstrações financeiras.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, vide item 10.6 acima.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, vide item 10.6 acima.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, vide item 10.6 acima.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Existem investimentos rotineiros previstos que estão associados à manutenção de nossas unidades escolares e melhorias na infraestrutura de TI e softwares, especialmente com a pandemia e a necessidade do ensino a distância. O total investido em 2020 e 2021 ficou abaixo de R\$ 4 milhões e deve ser equivalente em 2022. Como houve um crescimento da receita líquida, isso sinaliza uma maior eficiência da Companhia, aproveitando o fato de ter várias escolas dentro de um mesmo grupo

Já para expansão, existem diversos projetos em andamento. Em 2021 concluímos a obra de uma nova sede para o Colégio BIS, que dobrou a capacidade de receber alunos ao mesmo tempo em que reduz o aluguel anual quase pela metade. O investimento total, realizado quase que exclusivamente em 2021, foi de aproximadamente R\$ 13 milhões, com um crescimento de aproximadamente 200% na entrada de novos alunos entre 2021 e 2022 versus 2019 e 2020.

Na virada de 2021 para 2022 também foram realizadas obras de adaptação e/ou expansão em quase todas as nossas escolas, com um investimento total acima de R\$ 16 milhões. O destaque ficou para a realocação de unidades na Escola da Vila, que passou a ser dividida em duas unidades, a Vila das Infâncias e a Vila das Juventudes, sendo esta última um espaço totalmente reformado e pensado para atender as necessidades da faixa etária.

Para 2022 temos o plano de realizar a expansão do Colégio Apoio, no Recife. Tivemos que alterar o local e o projeto em relação aos planos iniciais, mas já assinamos um contrato de locação de um novo terreno e estamos em fase final de desenvolvimento do projeto e aprovação, para iniciar as obras ainda no primeiro semestre de 2022 e concluí-las a tempo do início do ano letivo em 2023.

Por fim, a Escola Mais possui um plano de negócios que prevê uma expansão acelerada pelos próximos anos. Entre 2020 e 2021, mesmo com a pandemia, houve a abertura de uma unidade na cidade de São Paulo. Na virada de 2021 para 2022 foram quatro novas unidades, sendo a primeira fora de São Paulo, em Joinville/SC, chegando num total de oito. O plano de aberturas de novas unidades para 2023 ainda está em elaboração, mas deve prever de 3-4 novas unidades.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos rotineiros são financiados com a própria geração de caixa das escolas.

O investimento na nova sede do BIS foi financiado com o levantamento de uma dívida bancária de R\$ 10 milhões realizada em 2020.

O investimento na expansão do Colégio Apoio deverá ser financiado com dívida bancária, caso ocorra.

Os investimentos da Escola Mais serão financiados com os aportes de até R\$ 50 milhões, sendo que R\$ 30 milhões já foram realizados e R\$ 20 milhões adicionais serão aportados em 2022. Também está sendo levantada uma dívida incentivada no FINEP no total de R\$ 30 milhões para financiar os seus investimentos em tecnologia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia
--

Conforme mencionado em itens anteriores, a Companhia assinou um amplo memorando de entendimentos com a Escola Mais e seus acionistas, prevendo, entre outras coisas, o aporte de R\$ 50 milhões na escola, sendo R\$ 20 milhões a realizar em 2022. Com esses recursos, a Escola Mais prevê a aceleração do seu crescimento, e deve abrir algo entre 3-4 novas unidades em 2023 (atualmente possui 8 unidades em operação). No começo de 2022 a Escola Mais ampliou sua oferta de serviços para o ensino fundamental I, já que até então oferecia apenas o ensino fundamental II e o ensino médio. Com isso, se espera um forte crescimento da base de alunos, receita e resultados nos próximos anos.

(c) Novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável. Não temos pesquisas em andamento já divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Ver comentário no item 10.8 b) acima.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Ver comentário no item 10.8 b) acima.

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores com influência relevante.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1. Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar as suas projeções.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2. Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Companhia não tem como prática divulgar as suas projeções.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1. Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Comitê Financeiro e de Novos Negócios; (iv) Comitê de Risco, Auditoria e Compliance; (v) Comitê de Pessoas e Cultura; e (vi) Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica; podendo, ainda, instalar Conselho Fiscal. Abaixo, apresentamos suas atribuições:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por no mínimo, 3 e no máximo, 10 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Além das atribuições que conferidas por lei, o estatuto social da Companhia estabelece as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

- a. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas e/ou coligadas aprovando previamente políticas empresariais, projetos, planos de desenvolvimento e de investimentos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais;
- b. dentro do limite do capital autorizado, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações;
- c. declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;
- d. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;
- e. deliberar sobre a emissão de debêntures simples e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie;
- f. deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;
- g. manifestar-se previamente sobre as seguintes matérias e operações, como condição de validade de sua realização perante terceiros: (i) aquisição de participações societárias iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) do capital de sociedades não controladas; e (ii) alienação de participações nas sociedades controladas e/ou coligadas;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- h. orientar a Diretoria em questões por ela submetidas ao Conselho de Administração;
- i. fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como outros documentos da Companhia;
- j. definir lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de ofertas públicas para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Bovespa Mais, na forma estabelecida no Estatuto Social;
- k. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;
- l. deliberar sobre a celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre, de um lado, a Companhia e/ou suas controladas e, de outro lado, os acionistas da Companhia e/ou sociedades controladas, coligadas ou controladoras dos acionistas da Companhia, observado, em qualquer hipótese, o impedimento de voto de conselheiro eventualmente em situação de conflito de interesse; e
- m. resolver os casos omissos no Estatuto Social, observado o disposto na legislação em vigor e no Regulamento do Bovespa Mais, e exercer outras atribuições que a lei, ou o Estatuto Social, não confirmam a outro órgão da Companhia.

Diretoria

A Diretoria é composta por até 5 membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relação com Investidores e até 3 (três) Diretores sem designação específica.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete à Diretoria, a prática de todos os atos e realizações de todas as operações que se relacionarem com o objeto da sociedade e que não forem da competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, ou ainda que deste último não exigirem prévia manifestação.

As atribuições específicas dos diretores podem ser consultadas no item “b” abaixo.

Comitê Financeiro e de Novos Negócios

A Companhia possui um Comitê Financeiro e de Novos Negócios não estatutário, instituído em Reunião do Conselho de Administração, sendo um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração.

O Comitê Financeiro e de Novos Negócios é composto por até 5 membros eleitos pelo próprio Conselho de Administração e com mandato coincidente com o prazo de mandato do Conselho de Administração que o elegeu.

Nos termos do Regimento Interno dos Comitês do Conselho de Administração da Companhia, são atribuições do Comitê Financeiro e de Novos Negócios dentre outras atribuições que possam ser eventualmente determinadas pelo Conselho de Administração:

- a) auxiliar no processo de planejamento econômico, financeiro e acompanhamento orçamentário da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- b) avaliar novas oportunidades de investimento e desinvestimento; e
- c) auxiliar na definição da estrutura de capital da Companhia.

Comitê de Risco, Auditoria e Compliance

A Companhia possui um Comitê de Risco, Auditoria e Compliance não estatutário, instituído em Reunião do Conselho de Administração, sendo um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração.

O Comitê de Risco, Auditoria e Compliance é composto por até 5 membros eleitos pelo próprio Conselho de Administração e com mandato coincidente com o prazo de mandato do Conselho de Administração que o elegeu.

Nos termos do Regimento Interno dos Comitês do Conselho de Administração da Companhia, são atribuições do Comitê de Risco, Auditoria e Compliance, dentre outras atribuições que possam ser eventualmente determinadas pelo Conselho de Administração:

- a) analisar e fornecer aconselhamento e opinião ao Conselho de Administração em relação às políticas e práticas relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- b) analisar e emitir recomendações sobre o funcionamento do modelo de governança corporativa adotado pela Companhia, sua adequação e eficácia, propondo eventuais alterações necessárias ao Conselho de Administração;
- c) avaliar e monitorar as políticas, procedimentos e sistemas de Gerenciamento de Riscos da Companhia;
- d) avaliar e monitorar a elaboração e o cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia (Compliance);
- e) supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos;
- f) auxiliar o Conselho de Administração na indicação de nomes para compor os órgãos de administração da Companhia; e
- g) analisar e fornecer aconselhamento e recomendação ao Conselho de Administração sobre a adequação das transações entre partes relacionadas.

Comitê de Pessoas e Cultura

A Companhia possui um Comitê de Pessoas e Cultura não estatutário, instituído em Reunião do Conselho de Administração, sendo um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração.

O Comitê de Pessoas e Cultura é composto por até 5 membros eleitos pelo próprio Conselho de Administração e com mandato coincidente com o prazo de mandato do Conselho de Administração que o elegeu.

Nos termos do Regimento Interno dos Comitês do Conselho de Administração da Companhia, são atribuições do Comitê de Pessoas e Cultura, dentre outras atribuições que possam ser eventualmente determinadas pelo Conselho de Administração:

- a) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- b) assessorar o Conselho na análise e apuração dos planos de remuneração, fixa e variável, bem como plano de incentivos de longo prazo, dos administradores e colaboradores da Companhia e suas controladas e coligadas;
- c) recomendar os critérios para outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e colaboradores da Companhia e suas controladas e coligadas;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- d) emitir recomendações relacionadas às estratégias de desenvolvimento de pessoas, cultura organizacional, políticas de remuneração e planos de sucessão de posições chave da Companhia e suas controladas e coligadas;
- e) assessorar o Conselho de Administração em processos específicos de recrutamento de pessoas chave, em especial o do Diretor Presidente - CEO; e
- f) acompanhar Feedback anual ao Diretor Presidente pelo Conselho de Administração.

Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica

A Companhia possui um Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica não estatutário, instituído em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, que é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração.

O Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica é composto por até 5 membros eleitos pelo próprio Conselho de Administração e com mandato coincidente com o prazo de mandato do Conselho de Administração que o elegeu.

Nos termos do Regimento Interno dos Comitês do Conselho de Administração da Companhia, são atribuições do Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica, dentre outras atribuições que possam ser eventualmente determinadas pelo Conselho de Administração:

- a) promover a manutenção dos projetos pedagógicos das escolas investidas pela Companhia e possibilitar o intercâmbio de experiências entre elas; e
- b) discutir transformações que estejam ocorrendo no ensino e em suas metodologias, preservando e incentivando a característica inovadora dos projetos pedagógicos de cada escola investida.

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

A Companhia possui um Regimento Interno dos Comitês do Conselho de Administração que regula as regras de funcionamento de todos os Comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de outubro de 2020. Assim, os Comitês Financeiro e de Novos Negócios; de Risco, Auditoria e Compliance; de Pessoas e Cultura; e de Orientação Pedagógica e Acadêmica estão sujeitos aos termos e condições descritos em tal documento.

O regimento acima citado pode ser acessado por meio do website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

O Conselho de Administração e a Diretoria, por sua vez, não possuem regimento interno próprio. Assim como o Conselho Fiscal, que no momento não está instalado.

(ii) se a Companhia possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

Conforme acima informado, a Companhia possui um Comitê de Risco, Auditoria e Compliance não estatutário, instituído em Reunião do Conselho de Administração, sendo um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração.

As informações sobre o Comitê de Risco, Auditoria e Compliance podem ser consultadas no item “a”, acima.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Cabe ao Comitê de Risco, Auditoria e Compliance supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos, nos termos de seu regimento interno. Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir tais auditores independentes.

Atualmente, a Companhia não possui política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria é composta por até 5 membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relação com Investidores e até 3 Diretores sem designação específica.

Além das atribuições que conferidas por lei, o estatuto social da Companhia estabelece que compete à Diretoria:

- a. a nomeação de procuradores ad negotia ou ad judicium;
- b. a alienação e a oneração de bens do ativo permanente e a prestação de garantias de qualquer natureza, inclusive em obrigações de terceiros, ressalvadas as hipóteses de prévia manifestação do Conselho;
- c. a subscrição de ações ou quotas de outras sociedades, observada, quando necessária, a prévia manifestação do Conselho de Administração;
- d. a representação da sociedade nas assembleias das controladas e/ou coligadas que a Companhia participe, bem como a implantação das diretrizes da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, quanto à indicação de administradores das sociedades controladas, coligadas e subsidiárias;
- e. o controle e a análise do comportamento das sociedades controladas, coligadas e subsidiárias com vistas aos resultados esperados;
- f. o desenvolvimento de estudos sobre alternativas de investimentos e a coordenação de estudos de viabilidade de novos projetos e sua implantação;
- g. a elaboração e execução dos planos e da política de investimentos e desenvolvimento, bem como os respectivos orçamentos, observada a competência deliberativa do Conselho de Administração;
- h. o acompanhamento e execução dos orçamentos;
- i. a criação e o encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e a nomeação e cancelamento de representantes;
- j. a movimentação de contas bancárias, emissão, aceite e endosso de notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas e quaisquer outros títulos de crédito relacionados com os negócios da Companhia;
- k. a representação da Companhia, na forma estatutária, em juízo ou fora dele, observadas as atribuições previstas em lei; e
- l. a prática de outros até que venham a ser especificados pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Presidente:

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- a. convocar e presidir as reuniões da Diretoria e fiscalizar o cumprimento das deliberações gerais;
- b. representar a sociedade em juízo, ativa e passivamente, podendo delegar esta tarefa a qualquer um dos Diretores.

Ao Diretor Financeiro e de Relação com Investidores e aos demais Diretores sem designação específica, competem as atribuições que lhes forem fixadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso a Companhia divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, não havia sido instalado. O Conselho Fiscal não possui regimento interno, uma vez que não está instalado.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia implementado mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e demais órgãos e comitês que se reportam ao Conselho de Administração da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia adota as práticas previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações da CVM em relação aos prazos de convocação das Assembleias Gerais. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais são convocadas por meio de 3 publicações no jornal O Dia (versão física e online), sendo a primeira convocação realizada, no mínimo, 21 dias antes da Assembleia Geral

(b) Competências

Além das atribuições que conferidas por lei, o estatuto social da Companhia estabelece que compete à Assembleia Geral:

- a. deliberar sobre a saída da Companhia do Bovespa Mais;
- b. cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; e
- c. aprovação da escolha de empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Bovespa Mais, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço eletrônico: www.bahema.com.br

Endereço Físico: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.656, 9º andar, conjunto 9A, Jardim Paulistano, CEP 01451-918, São Paulo/SP

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia adota como prática não admitir o voto do acionista ou o administrador, conforme o caso, que, no conhecimento da Companhia, tenha conflito com a matéria constante da ordem do dia da Assembleia Geral ou Reunião da Administração, conforme aplicável.

De acordo com o Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre, de um lado, a Companhia e/ou suas controladas e, de outro lado, os acionistas da Companhia e/ou sociedades controladas, coligadas ou controladoras dos acionistas da Companhia, observado, em qualquer hipótese, o impedimento de voto de conselheiro eventualmente em situação de conflito de interesse.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações estabelece que o acionista, nas assembleias gerais, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

Os acionistas que pretendam participar das Assembleias Gerais da Companhia deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações sobre a legitimação e representação, ou seja, deverão apresentar documento de identidade, provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto. Os acionistas da Companhia poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, ou ainda por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados por seus administradores, os quais poderão constituir procurador, na forma acima mencionada.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, preferencialmente com 2 de antecedência, para melhor organização da Companhia, documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física, os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica, a procuração, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, caso aplicável, bem como e o comprovante expedido pela instituição depositária, até 3 dias de antecedência da respectiva Assembleia Geral.

Os anúncios de convocação das Assembleias Gerais contemplam esta observação, dispondo sobre referido prazo para depósito prévio de documentação comprobatória de poderes para votar na Assembleia Geral. Não obstante, a falta de apresentação prévia da procuração não será motivo para impedimento do voto do acionista, desde que apresentada de forma regular no momento da referida Assembleia Geral.

Em razão da significativa participação de acionistas representados por procuradores, a Companhia tem dispensado o reconhecimento de firma, notariação, consularização ou apostilamento (conforme o caso) e tradução juramentada, bem como tem admitido procurações outorgadas por meio eletrônico.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O boletim de voto à distância será recebido até 7 dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados. Não há exigência de reconhecimento de firma, notariação, consularização ou apostilamento (conforme o caso) ou tradução juramentada.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico próprio de recebimento de voto a distância ou de participação a distância, porém observa a ICVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos da Instrução CVM 481, caso o acionista queira incluir propostas de deliberação ou candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia, sempre que convocada assembleia geral para sua eleição, deverá haver a apresentação das propostas por meio de correspondência enviada à companhia, aos cuidados do Departamento Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta (incluindo as informações mencionadas na Instrução CVM 481/09) e à qualidade e participação do acionista, nos prazos e na forma estabelecidos pela regulamentação vigente.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

(j) Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não mantém em sua página na rede mundial de computadores, espaço específico destinado ao recebimento e compartilhamento de comentários de acionistas sobre pautas de assembleias.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há informações adicionais , além das instruções disponibilizadas acima.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**12.3. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração****(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**

Conselho de Administração			
	Ordinárias	Extraordinárias	Total
Reuniões Realizadas	4	14	18

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração

Não aplicável.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração devem respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. Ademais, o Estatuto Social estabelece, em seu artigo 17(I), que compete ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre a celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre, de um lado, a Companhia e/ou suas controladas e, de outro lado, os acionistas da Companhia e/ou sociedades controladas, coligadas ou controladoras dos acionistas da Companhia, observado, em qualquer hipótese, o impedimento de voto de conselheiro eventualmente em situação de conflito de interesse.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações estabelece que o administrador, nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

(d) se a Companhia possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos**12.4. Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Nos termos do seu Estatuto Social, a companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Bovespa Mais, do Regulamento de Arbitragem, Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Bovespa Mais.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Bruno Bertolucci Belliboni	30/03/1988	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2021	2 anos	5
369.514.748-26	Administrador de empresas	19 - Outros Diretores	26/04/2021	Não	0%
Frederico Marques Affonso Ferreira	02/06/1971	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2021	2 anos	5
149.073.468-67	Jornalista	19 - Outros Diretores Diretor de Comunicação	26/04/2021	Não	0%
Guilherme Affonso Ferreira Filho	11/10/1986	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2021	2 anos	2
353.147.828-12	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	26/04/2021	Não	0%
O Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho também é membro do Comitê Financeiro e de Novos Negócios					
Gabriel Ralston Corrêa Ribeiro	06/03/1974	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2021	2 anos	1
043.580.888-56	Administrador de empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	26/04/2021	Sim	0%
O Sr. Gabriel Ralston Corrêa Ribeiro também é secretário do Comitê de Pessoas e Cultura					
Mauricio Nogueira Escobar	04/07/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2024	5
179.933.738-32	Administrador de Empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2022	Não	0%
O Sr. Mauricio Nogueira Escobar também é membro do Comitê de Pessoas e Cultura					
Bruno de Almeida Camargo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2024	5
217.374.248-51	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Não	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
João Alceu Amoroso Lima	01/02/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2024	2
787.488.287-34	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Não	100%
O Sr. João Alceu Amoroso Lima também é membro do Comitê de Risco, Auditoria e Compliance					
Jeffrey Norman Ware		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2024	2
000.000.000-00		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Não	0%
Maria Fernanda Rocha Tabacow	13/08/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2024	2
204.956.538-02	Advogada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Não	100%
A Sra. Maria Fernanda Rocha Tabacow também é membro do Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica					
Ignacio Dauden Martinez	05/10/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2024	5
213.279.458-86	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Não	0%
O Sr. Ignacio Dauden Martinez membro do Comitê Financeiro e de Novos Negócios e do Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica					
Cássio Beldi	27/04/1986	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2024	1
322.292.768-59	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Não	100%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

O Sr. Cássio Beldi também é membro do Comitê Financeiro e de Novos Negócios e do Comitê de Risco, Auditoria e Compliance

Marcelo Walton	06/11/1987	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2024	2
369.814.178-71	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	29/04/2022	Não	100%

O Sr. Marcelo Walton também é membro do Comitê Financeiro e de Novos Negócios e do Comitê de Pessoas e Cultura

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Bruno Bertolucci Belliboni - 369.514.748-26

Foi diretor administrativo e financeiro do Colégio Pentágono e, atualmente, diretor da ABEPAR.

O Sr. Bruno Bertolucci Belliboni, Diretor sem designação especial, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Frederico Marques Affonso Ferreira - 149.073.468-67

Foi Editor da Revista Veja Online, Reporter e Editor do portal iGG/O e membro suplente do Conselho de Administração da Bahema S/A.

O Sr. Frederico Marques Affonso Ferreira, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Guilherme Affonso Ferreira Filho - 353.147.828-12

Sócio Diretor da Teorema Gestão de Ativos Ltda. O Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho, Diretor Superintendente e de Relações com Investidores, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Gabriel Ralston Corrêa Ribeiro - 043.580.888-56

O Sr. Gabriel Ribeiro é um executivo com sólida carreira na área de educação e finanças. Trabalhou por mais de dez anos na Procter & Gamble, como diretor de planejamento financeiro para a América Latina e, antes de ser eleito Diretor Presidente da Bahema Educação, atuou na Ânima Educação S.A., onde segue sendo acionista membro do grupo de controle, tendo ocupado os cargos de Diretor de Relações com Investidores e de Diretor Financeiro, da companhia e de diversas de suas subsidiárias entre 2007 e 2018. Em 2018, foi eleito membro do Conselho de Administração da Ânima, cargo em que permanece atualmente. Além de sua experiência no ensino superior, Gabriel traz ainda uma experiência no ensino básico, como associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde 2014. Também preside o Conselho de Administração da Corrêa Ribeiro Comércio e Indústria S.A.. Ribeiro graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. O Sr. Gabriel Ribeiro declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Gabriel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Maurício Nogueira Escobar - 179.933.738-32

O Sr. Escobar é um dos fundadores da Anima. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da UNIMONTE entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações na Ânima entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do Conselho de Administração da Ânima de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Foi membro do Conselho de Administração da Ânima e membro dos seguintes Comitês da Ânima: Acadêmico, Pessoas e Transformação Digital. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Bruno de Almeida Camargo - 217.374.248-51

Bruno é formado em Engenharia Civil pelo Mackenzie, possui um MBA em finanças pelo IBMEC e uma pós graduação na Graduate School of Business da Universidade de Stanford. Trabalhou como engenheiro na João Fortes Engenharia S.A., Hogar Engenharia e Birmann S.A. Trabalhou por 11 anos no Itaú Seguros, depois no Itaú XL Seguros Corporativos e Itaú Unibanco. Bruno começou a operação da Fairfax Brasil em 2009, em conjunto com Jaques Bergman. Desde lá, atuou como CFO e é atualmente o CEO.

O Sr. Bruno de Almeida Camargo declarou que, durante os últimos 5 (cinco) anos: [(a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários e/ou qualquer outra pena aplicada pelo referido órgão; (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade comercial qualquer.

João Alceu Amoroso Lima - 787.488.287-34

Formado em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, com Título de Chartered Insurer, CI – (Membro do Chartered Insurance Institute – UK), com 30 anos de experiência no ramo de seguradoras, foi diretor, presidente e membro do conselho de administração de empresas de Seguros como General Accident Insurance Company - UK, Towers Perrin Consulting, Fenaseg – Federação Nacional das Seguradoras, SulAmérica Seguros – ING Group, IBM, Grupo Qualicorp, Grupo Notre Dame Intermédica e atualmente presidente da FenaSaúde – Federação Nacional de Saúde Suplementar.

Jeffrey Norman Ware - 000.000.000-00

Pós graduado no programa de Value Investing da Columbia Business School, possui mais de 10 anos de experiência em buy - side, analisando oportunidades públicas e privadas ao redor do mundo. É VP da Fairfax Financial Holdings, localizada em Toronto, há 10 anos.

Maria Fernanda Rocha Tabacow - 204.956.538-02

Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie, formada em Pedagogia pela Unip, Mestre em Educação pela PUC de Campinas. Atua na área da educação desde 1999, com experiência em docência no Ensino Superior, coordenação pedagógica e direção escolar.

Ignacio Dauden Martinez - 213.279.458-86

Graduiu-se em Administração de Empresas pela FGV de São Paulo em 1997 e concluiu seu MBA pelo IE Business School de Madrid em 2011. Depois de 6 anos atuando no Mercado de Capitais resolveu dedicar sua carreira à Educação. Ocupou diversos cargos de Direção nos Centros Universitários UNA e Unimonte, entre 2003 e 2010, também atuou como Diretor de Estudos de Mercado da Hoper Educação entre 2011 e 2012. Foi Diretor estatutário do Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNI-BH S.A., mantenedor do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH, além de ser membro dos seguintes Comitês da Ânima: M&A e Financeiro. Além disso, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios na Ânima Educação.

Cássio Beldi - 322.292.768-59

Formado em Administração de empresas com MBA pela Columbia University & London Business School. Possui mais quinze anos de experiência no mercado de capitais, com foco em análise de empresas, finanças comportamentais e investimentos em educação. É sócio e da MintPar Gestora de Recursos e gestor dos fundos Mint & JV Educação. Anteriormente, trabalhou na área de Family Offices do Itaú-Unibanco, Portfolio Management no Santander Private Banking da Suíça e analista de investimentos de um single family office.

Marcelo Walton - 369.814.178-71

É sócio-diretor da Mint Gestora de Recursos. Anteriormente, trabalhou na área de novos negócios da Otinga Investimentos. Fez parte do corpo executivo da Cell Site Solutions, empresa do portfólio da Gávea Investimentos e Goldman Sachs. Trabalhou na área de private equity do Pátria Investimentos, onde participou da gestão da Zipco Sistemas Construtivos, companhia investida do fundo. Formado em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Bruno Bertolucci Belliboni - 369.514.748-26 N/A	
Frederico Marques Affonso Ferreira - 149.073.468-67 N/A	
Guilherme Affonso Ferreira Filho - 353.147.828-12 N/A	
Gabriel Ralston Corrêa Ribeiro - 043.580.888-56 N/A	
Mauricio Nogueira Escobar - 179.933.738-32 N/A	
Bruno de Almeida Camargo - 217.374.248-51 N/A	
João Alceu Amoroso Lima - 787.488.287-34 N/A	
Jeffrey Norman Ware - 000.000.000-00 N/A	
Maria Fernanda Rocha Tabacow - 204.956.538-02 N/A	
Ignacio Dauden Martinez - 213.279.458-86 N/A	
Cássio Beldi - 322.292.768-59 N/A	
Marcelo Walton - 369.814.178-71 N/A	

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Cássio Beldi	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	27/04/1986	16/05/2022	Até AGO 2024
322.292.768-59		Administrador de Empresas		16/05/2022	0	0%
É membro do Conselho da Administração, do Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica e do Comitê Financeiro e de Novos Negócios						
Rodrigo Rosseto Dias Ramos	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	02/06/1974	16/05/2022	Até AGO 2024
142.018.098-38		Administrador de empresas		16/05/2022	1	85.71%
Não exerce outros cargos e funções no emissor						
João Alceu Amoroso Lima	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	01/02/1964	16/05/2022	Até AGO 2024
787.488.287-34		Economista		16/05/2022	0	0%
É membro do Conselho de Administração						
João Baptista Pacheco Antunes de Carvalho	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	28/08/1966	16/05/2022	Até AGO de 2024
811.788.406-20		Advogado		16/05/2022	1	92.85%
Não exerce outros cargos e funções no emissor						
Cássio Beldi	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	27/04/1986	16/05/2022	Até AGO 2024
322.292.768-59		Administrador de Empresas		16/05/2022	2	100%
É membro do Conselho da Administração, do Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica e coordenador do Comitê de Risco, Auditoria e Compliance						
Ignacio Dauden Martinez	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	05/10/1975	16/05/2022	Até AGO de 2024
213.279.458-86		Administrador de Empresas		16/05/2022	1	90.9%
É membro do Conselho da Administração e do Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica						
Marcelo Walton	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	06/11/1987	16/05/2022	Até AGO de 2024
369.814.178-71		Administrador de Empresas		16/05/2022	2	90.9%
É Vice-Presidente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Pessoas e Cultura						
Átila Simões	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	13/02/1973	16/05/2022	Até AGO de 2024
178.893.298-65		Administrador de Empresas		16/05/2022	0	0%
Não exerce outros cargos e funções no emissor						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Lucas Boiteux Amoroso Lima 370.329.018-83	Comitê Financeiro	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	26/06/1989 16/05/2022	16/05/2022 0	Até AGO de 2024 0%
Não exerce outros cargos e funções no emissor						
Mauricio Nogueira Escobar 179.933.738-32	Outros Comitês Comitê de Pessoas e Cultura	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	04/07/1975 16/05/2022	16/05/2022 1	Até AGO de 2024 100%
É Presidente do Conselho de Administração						
Luiz Fernando Butori Reis Santos 260.250.568-46	Outros Comitês Comitê de Pessoas e Cultura	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	22/03/1973 16/05/2022	16/05/2022 0	Até AGO de 2024 0%
Não exerce outros cargos e funções no emissor						
Marcelo Walton 369.814.178-71	Outros Comitês Comitê de Pessoas e Cultura	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	06/11/1987 16/05/2022	16/05/2022 0	Até AGO de 2024 0%
É Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê Financeiro e de Novos Negócios						
Maria Fernanda Rocha Tabacow 204.956.538-02	Outros Comitês Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica	Advogada	Membro do Comitê (Efetivo)	13/08/1975 16/05/2022	16/05/2022 1	Até AGO de 2024 100%
É membro do Conselho de Administração						
Ignacio Dauden Martinez 213.279.458-86	Outros Comitês Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	05/10/1975 16/05/2022	16/05/2022 0	Até AGO de 2024 0%
É membro do Conselho da Administração e coordenador do Comitê Financeiro e de Novos Negócios.						
Daniel Faccini Castanho 177.268.508-92	Outros Comitês Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	19/05/1977 16/05/2022	16/05/2022 1	Até AGO de 2024 50%
Não exerce outros cargos e funções no emissor						
Ricardo Caçado Gonçalves de Souza 250.347.826-34	Outros Comitês Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica	Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	22/11/1955 16/05/2022	16/05/2022 0	Até AGO de 2024 0%
Não exerce outros cargos e funções no emissor						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões

Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Cássio Beldi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/04/1986	16/05/2022	Até AGO de 2024
322.292.768-59	Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica	Administrador de Empresas		16/05/2022	0	0%

É membro do Conselho da Administração, do Comitê Financeiro e de Novos Negócios, e coordenador do Comitê de Risco, Auditoria e Compliance

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Cássio Beldi - 322.292.768-59

Cássio Beldi - 322.292.768-59

Cássio Beldi - 322.292.768-59

Formado em Administração de empresas com MBA pela Columbia University & London Business School. Possui mais quinze anos de experiência no mercado de capitais, com foco em análise de empresas, finanças comportamentais e investimentos em educação. É sócio e da MintPar Gestora de Recursos e gestor dos fundos Mint & JV Educação. Anteriormente, trabalhou na área de Family Offices do Itaú-Unibanco, Portfolio Management no Santander Private Banking da Suíça e analista de investimentos de um single family office.

Rodrigo Rosseto Dias Ramos - 142.018.098-38

Rodrigo é Diretor de Risco e Compliance da nima educação desde 2018, tendo atuado também como Diretor de Planejamento Societário e Tributário (2018 a 2019) e como Diretor de Centro de Serviços Compartilhados (2010 a 2018). Atuou como presidente do Instituto nima de Inovação, Pesquisa e Cultura (2010 a 2017). Rodrigo foi Gerente Administrativo e Financeiro (2005 a 2009), Gerente de Controladora (2003 a 2005) e Professor de Contabilidade (2004 a 2007) do Centro Universitário UNA Ltda. Também atuou como Supervisor de Controladoria da Takano Indústria Gráfica Ltda. (2002 a 2003) e como assistente e supervisor de auditoria na Arthur Andersen S/C (1996 a 2002). Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Ramos não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

João Alceu Amoroso Lima - 787.488.287-34

Formado em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, com Título de Chartered Insurer, CI – (Membro do Chartered Insurance Institute – UK), com 30 anos de experiência no ramo de seguradoras, foi diretor, presidente e membro do conselho de administração de empresas de Seguros como General Accident Insurance Company - UK, Towers Perrin Consulting, Fenaseg – Federação Nacional das Seguradoras, SulAmérica Seguros – ING Group, IBM, Grupo Qualicorp, Grupo Notredame Intermédica e atualmente presidente da FenaSaúde – Federação Nacional de Saúde Suplementar.

João Baptista Pacheco Antunes de Carvalho - 811.788.406-20

Formado em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, foi professor de direito civil, do trabalho e comercial no Centro Universitário UNA. Atualmente é diretor jurídico da Anima Educação, atuando também em investidas da empresa, como a UNA, UNIBH e UNIMONTE

Ignacio Dauden Martinez - 213.279.458-86

Ignacio Dauden Martinez - 213.279.458-86

Graduou-se em Administração de Empresas pela FGV de São Paulo em 1997 e concluiu seu MBA pelo IE Business School de Madrid em 2011. Depois de 6 anos atuando no Mercado de Capitais resolveu dedicar sua carreira à Educação. Ocupou diversos cargos de Direção nos Centros Universitários UNA e Unimonte, entre 2003 e 2010, também atuou como Diretor de Estudos de Mercado da Hoper Educação entre 2011 e 2012. Foi Diretor estatutário do Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNI-BH S.A., mantenedor do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH, além de ser membro dos seguintes Comitês da Anima: M&A e Financeiro. Além disso, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios na Anima Educação

Marcelo Walton - 369.814.178-71

Marcelo Walton - 369.814.178-71

É sócio-diretor da Mint Gestora de Recursos. Anteriormente, trabalhou na área de novos negócios da Otinga Investimentos. Fez parte do corpo executivo da Cell Site Solutions, empresa do portfólio da Gávea Investimentos e Goldman Sachs. Trabalhou na área de private equity do Pátria Investimentos, onde participou da gestão da Zipco Sistemas Construtivos, companhia investida do fundo. Formado em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas

Átila Simões - 178.893.298-65

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de SP. Mestrado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário UMA. Doutorando em Administração de Empresas pela EAESP/FGV. Atuou 10 anos na Arthur Andersen (1993-2002) na divisão de auditoria, onde chegou ao cargo de senior manager, e 19 anos como sócio-fundador da Anima Educação, tendo durante esse período ocupado os cargos de controller, diretor adm-financeiro, reitor do Centro Universitário UNA, diretor de operações MG e vice-presidente de Expansão.

Lucas Boiteux Amoroso Lima - 370.329.018-83

Formado em Administração de Empresas pela FGV-EAESP, iniciou sua carreira no Pátria Investimentos de 2011 a 2012. De 2012 a 2016, foi co-fundador de uma empresa de comércio eletrônico, tendo levantado rodadas de investimento de Venture Capital de fundos como Greenoaks e Kees Koolen. Após a venda da empresa no fim de 2016, foi sócio associado da Velt Partners de 2017 a 2020, onde trabalhou com investimentos em empresas listadas e privadas. Desde junho de 2020, é sócio-fundador da LASP Capital LLC, focada em investimentos de empresas de tecnologia e com alto potencial de crescimento.

Maurício Nogueira Escobar - 179.933.738-32

O Sr. Escobar é um dos fundadores da Anima. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da UNIMONTE entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações na Anima entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do Conselho de Administração da Anima de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Foi membro do Conselho de Administração da Anima e membro dos seguintes Comitês da Anima: Acadêmico, Pessoas e Transformação Digital. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Luiz Fernando Butori Reis Santos - 260.250.568-46

MBA pela Wharton School. Trabalhou por mais de 15 anos do Itau, de onde saiu em Agosto de 2021 como diretor.

Maria Fernanda Rocha Tabacow - 204.956.538-02

Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie, formada em Pedagogia pela Unip, Mestre em Educação pela PUC de Campinas. Atua na área da educação desde 1999, com experiência em docência no Ensino Superior, coordenação pedagógica e direção escolar.

Daniel Faccini Castanho - 177.268.508-92

É um dos fundadores da Anima Holding S.A., tendo ocupado o cargo de Diretor Presidente da referida Companhia até 14/08/2018. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) em 1997, fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo.

Ricardo Cançado Gonçalves de Souza - 250.347.826-34

Vice-presidente de Operações da Anima Educação e atua como administrador nas empresas do Grupo Anima. Foi Vice Presidente da joint venture entre o Pitágoras e a Apollo International-PAI e diretor da Planitrade, empresa do grupo Irgominas. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Fundação Dom Cabral. Formado em Economia pela UFMG, fez pós graduação na Universidade Estadual de Campinas.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Cássio Beldi - 322.292.768-59	
-------------------------------	--

N/A	
-----	--

Rodrigo Rosseto Dias Ramos - 142.018.098-38	
---	--

João Alceu Amoroso Lima - 787.488.287-34

João Baptista Pacheco Antunes de Carvalho - 811.788.406-20

Cássio Beldi - 322.292.768-59

Cássio Beldi - 322.292.768-59

Ignacio Dauden Martinez - 213.279.458-86

Ignacio Dauden Martinez - 213.279.458-86

Marcelo Walton - 369.814.178-71

Marcelo Walton - 369.814.178-71

Átila Simões - 178.893.298-65

Lucas Boiteux Amoroso Lima - 370.329.018-83

Mauricio Nogueira Escobar - 179.933.738-32

Luiz Fernando Butori Reis Santos - 260.250.568-46

Maria Fernanda Rocha Tabacow - 204.956.538-02

Daniel Faccini Castanho - 177.268.508-92

Ricardo Cançado Gonçalves de Souza - 250.347.826-34

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2021**Administrador do Emissor**

Cássio Beldi	322.292.768-59	Controle	Controlador Direto
--------------	----------------	----------	--------------------

Membro do Conselho de Administração, Comitê de Riscos, Auditoria e Compliance, Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica e Comitê Financeiro e de Novos Negócios

Pessoa Relacionada

Mint Educação Fundo de Investimento em Ações	27.928.149/0001-91		
--	--------------------	--	--

Gestor do fundo

Observação

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados no Formulário de Referência da Companhia para 2021.

Administrador do Emissor

Cássio Beldi	322.292.768-59	Controle	Controlador Direto
--------------	----------------	----------	--------------------

Membro do Conselho de Administração, Comitê de Riscos, Auditoria e Compliance, Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica e Comitê Financeiro e de Novos Negócios

Pessoa Relacionada

Mintpar Gestora de Recursos Ltda.	19.184.376/0001-21		
-----------------------------------	--------------------	--	--

Sócio e administrador da Mintpar Gestora de Recursos Ltda., gestora dos fundos Mint Educação Fundo de Investimento em Ações e JV Educação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que são controladores da Companhia

Observação

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados no Formulário de Referência da Companhia para 2021.

Administrador do Emissor

Cássio Beldi	322.292.768-59	Controle	Controlador Direto
--------------	----------------	----------	--------------------

Membro do Conselho de Administração, Comitê de Riscos, Auditoria e Compliance, Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica e Comitê Financeiro e de Novos Negócios.

Pessoa Relacionada

JV EDUCACAO FI EM PART MULTIESTRATEGIA	39.262.195/0001-83		
--	--------------------	--	--

Sócio e administrador da Mintpar Gestora de Recursos Ltda., gestora dos fundos Mint Educação Fundo de Investimento em Ações e JV Educação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que são controladores da Companhia

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados no Formulário de Referência da Companhia para 2021.

Administrador do Emissor

Marcelo Walton	369.814.178-71	Controle	Controlador Direto
----------------	----------------	----------	--------------------

Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Pessoas e Cultura

Pessoa Relacionada

Mint Educação Fundo de Investimento em Ações	27.928.149/0001-91		
--	--------------------	--	--

Sócio e administrador da Mintpar Gestora de Recursos Ltda., gestora dos fundos Mint Educação Fundo de Investimento em Ações e JV Educação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que são controladores da Companhia.

Observação

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados no Formulário de Referência da Companhia para 2021.

Administrador do Emissor

Marcelo Walton	369.814.178-71	Controle	Controlador Direto
----------------	----------------	----------	--------------------

Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Pessoas e Cultura

Pessoa Relacionada

Mintpar Gestora de Recursos Ltda.	19.184.376/0001-21		
-----------------------------------	--------------------	--	--

Sócio e administrador da Mintpar Gestora de Recursos Ltda., gestora dos fundos Mint Educação Fundo de Investimento em Ações e JV Educação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que são controladores da Companhia.

Observação

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados no Formulário de Referência da Companhia para 2021.

Administrador do Emissor

Marcelo Walton	369.814.178-71	Controle	Controlador Direto
----------------	----------------	----------	--------------------

Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Pessoas e Cultura

Pessoa Relacionada

JV EDUCACAO FI EM PART MULTIESTRATEGIA	39.262.195/0001-83		
--	--------------------	--	--

Sócio e administrador da Mintpar Gestora de Recursos Ltda., gestora dos fundos Mint Educação Fundo de Investimento em Ações e JV Educação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que são controladores da Companhia

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados no Formulário de Referência da Companhia para 2021.

Administrador do Emissor

Ignacio Dauden Martinez	213.279.458-86	Controle	Controlador Direto
-------------------------	----------------	----------	--------------------

Membro do Conselho de Administração, Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica e Comitê Financeiro e de Novos Negócios

Pessoa Relacionada

JV EDUCACAO FI EM PART MULTIESTRATEGIA	39.262.195/0001-83		
--	--------------------	--	--

Membro do Comitê de Investimentos do JV Educação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, controlador da Companhia.

Observação

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados no Formulário de Referência da Companhia para 2021.

Administrador do Emissor

Mauricio Nogueira Escobar	179.933.738-32	Controle	Controlador Direto
---------------------------	----------------	----------	--------------------

Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Pessoas e Cultura.

Pessoa Relacionada

JV EDUCACAO FI EM PART MULTIESTRATEGIA	39.262.195/0001-83		
--	--------------------	--	--

Membro do Comitê de Investimentos do JV Educação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, controlador da Companhia.

Observação

Informações aos exercícios anteriores podem ser consultados no Formulário de Referência da Companhia para 2021.

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11. Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia celebra e mantém vigente apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores na modalidade “D&O Corporativo” com a Axa Seguros S.A., pela qual a seguradora pagará as perdas indenizáveis de cada segurado quando responsabilizados por danos causados a terceiros, em consequência de fato gerador praticado no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o pagamento ou reembolso das perdas indenizáveis, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, com a anuência da seguradora.

A apólice abrange tanto os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia como os membros de qualquer outro conselho ou órgão estatutário da Companhia, e sua cobertura inclui, mas não se limita a custos emergenciais; custos de investigação; confisco de bens; deportação, extradição e restrição de liberdade; danos morais; danos materiais e danos corporais; práticas trabalhistas indevidas e responsabilidade por tributos.

O valor do prêmio do seguro é de R\$32.743,16 e o limite máximo de garantia é de R\$20 milhões. Referido seguro é válido até 22/10/2022.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm**12.12. Outras informações relevantes**Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais realizadas nos últimos 3 anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Matéria	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Ordinária	(1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes; (2) aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com utilização de reserva de lucro e parte da reserva legal para absorção do prejuízo apurado; (3) definir o número de membros do Conselho de Administração e eleição dos membros do Conselho de Administração; e (4) fixar o montante global da remuneração dos administradores para o exercício social de 2019	29/04/2019	72,36%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	(i) aprovar a alteração da denominação da Companhia de Bahema S.A. para Bahema Educação S.A., com a consequente alteração do art. 1º do Estatuto Social; (ii) aprovar a alteração do objeto social; (iii) aprovar o aumento do limite do capital autorizado da Companhia, das atuais 2.400.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal para 4.800.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a consequente alteração do art. 8º do Estatuto Social; (iv) aprovar a alteração do Regulamento do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Bahema S.A. e suas empresas controladas, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de outubro de 2017; (v) aprovar a aquisição de 95% do capital social da Fórum Cultural Participações Ltda., de acordo com Contrato de Aquisição de Participação e Outras Avenças celebrado em 13 de maio de 2019 entre a Companhia e os sócios detentores das quotas da Fórum Cultural.	12/08/2019	77,58%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em assembleia geral ordinária: (i) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes; (ii) proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores para o exercício de 2020. Em assembleia geral extraordinária: (iv) aprovar a ratificação da aquisição de 60% do capital da International School Centro de Educação Ltda. ("International School") e do Colégio Bilingue Centro de Educação Ltda. – ("Colégio Bilingue" e, em conjunto com International School, "BIS"), de acordo com Contrato de Aquisição de Participação e Outras Avenças, celebrado em 30 de setembro de 2019, entre a Companhia e os sócios das sociedades detentores das quotas da BIS ("Transação BIS"); (v) aprovar a ratificação da aquisição de 100% do capital do Apoio Grupo de Assessoria Educacional e Pedagógica Ltda., de acordo com Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 29 de outubro de 2019, entre a Companhia,	30/04/2020	70,28%	NÃO

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

	uma de suas subsidiárias e as sócias da sociedade detentoras das quotas do Colégio Apoio (“Transação Apoio”); (vi) aprovar a ratificação da aquisição de 95% do capital da Progresso Participações S.A. e da Barra da Tijuca Participações S.A., sociedades que controlam subsidiárias que atuam sob o nome de fantasia de Escola Parque, de acordo com Contrato de Compra e Venda de Participação e Outras Avenças, celebrado em 4 de dezembro de 2019, entre a Companhia e os sócios das sociedades detentoras das quotas da Escola Parque (“Transação Parque”); e (vii) aprovar a ratificação da aquisição de debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações de emissão da Escola Mais Educação S.A. (“Escola Mais”).			
Assembleia Geral Extraordinária	(i) deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social: a. aprovação da alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir o aumento do capital social aprovado pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado e homologado pelo Conselho de Administração na Reunião realizada em 28 de outubro de 2019; b. aumento do limite do capital autorizado de 4.800.000 ações para 9.600.000 ações e exclusão da previsão de integralização de ações necessariamente à vista, com a consequente alteração do Artigo 8º do Estatuto Social; c. inclusão de competência do Conselho de Administração para deliberar sobre celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre, de um lado, a Companhia e/ou suas controladas e, de outro lado, os acionistas da Companhia e/ou sociedades controladas, coligadas ou controladora dos acionistas da Companhia, observado, em qualquer hipótese, o impedimento de voto de conselheiro eventualmente em situação de conflito de interesses, e consequente alteração do Artigo 17 do Estatuto Social; d. consolidação do Estatuto Social da Companhia; (ii) apreciação da renúncia apresentada por 2 membros efetivos e 3 membros suplentes do Conselho de Administração; (iii) fixação de novo número de membros do Conselho de Administração para o presente mandato, passando a ser de 8 membros efetivos e respectivos suplentes; (iv) eleição, para mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre os resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 (“AGO 2022”), de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração; (v) ratificação da aquisição pelo Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda., sociedade controlada da Companhia (“Centro de Formação”) de 100% do capital da Escola Autonomia Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 85.110.211/0001-30, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Salvatina Feliciano dos Santos, 513, Itacorubi, CEP 88034-600 (“Autonomia”), de acordo com Contrato de Aquisição de Participação e Outras Avenças, celebrado em 2 de julho de 2020, entre o Centro de Formação e as sócias da Autonomia (“Transação Autonomia”); (vi) ratificação da aquisição pela Bahema Educação RJ Ltda., sociedade controlada da Companhia (“Bahema RJ”) de 100% do capital do Centro de Pesquisa e Formação de Educadores Balão Vermelho Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.841.000/0001-10, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Prof. Djalma Guimarães, 140, Bairro Mangabeiras, CEP 30210-190 (“Balão”), mediante exercício de opções de compra outorgadas à Bahema RJ nos termos do Contrato de Promessa de Concessão de Mútuo, Outorga de Opções, Instituição de Usufruto e Outras Avenças, celebrado em 6 de julho de 2017	29/09/2020	83,904%	NÃO

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

	(“Transação Balão”); e (vii) ratificação da aquisição pela Companhia de 100% do capital da Escola Viva Participações S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.657.270/0001-30, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Vahia de Abreu, 460/468, Vila Olímpia, CEP 04549-003 (“Escola Viva”), mediante exercício de opções de compra outorgadas à Companhia, nos termos do Termo de Novação e Fechamento (“Exercício da Opção”) assinado em 17 de abril de 2020, com base no Contrato de Opção de Compra (“Opção de Compra”) que havia sido assinado em 21 de março de 2018 (“Transação Escola Viva”).			
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e (iii) deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021; e, em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Ratificar a celebração, pela Companhia, do Memorando de Entendimentos vinculativo (“ <u>Memorando</u> ”), celebrado em 13 de novembro de 2020 entre a Companhia e os demais acionistas, investidores e debenturistas da Escola Mais Educação S.A. (“ <u>Escola Mais</u> ”), e o consequente aumento de participação, pela Companhia, para até 85,4% (oitenta e cinco por cento e quatro décimos) do capital social da Escola Mais, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256, da Lei das Sociedades por Ações.	30/04/2021	69,15%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	(i) Deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social: (a) aprovação da alteração do <i>caput</i> do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir os aumentos do capital social aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício de opções outorgadas aos participantes do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias de Emissão da Bahema S.A., aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de outubro de 2017, conforme aditado (“ <u>Plano</u> ”) e a fim de refletir o aumento do capital social em razão da conversão antecipada de parte das debêntures emitidas no âmbito da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, com Bônus de Subscrição, Emitidas em Série Única da Companhia (“ <u>Debêntures</u> ” e “ <u>Emissão</u> ”, respectivamente) e do exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia e atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures emitidas no âmbito da Emissão (“ <u>Bônus de Subscrição</u> ”); e (b) aprovação da alteração do <i>caput</i>	18/08/2021	72,81%	NÃO

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

	<p>e dos §§ 3º e 4º do Artigo 13 do Estatuto Social a fim de extinguir os cargos de membros suplentes do Conselho de Administração; (ii) Consignar a destituição de todos os membros suplentes do Conselho de Administração face à extinção dos cargos; (iii) Deliberar sobre a aquisição, pelo Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda., sociedade controlada da Companhia ("<u>Centro de Formação</u>"), de 3 escolas de educação básica no Estado de Santa Catarina, que constituem o estabelecimento da sede e de filiais da Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("<u>Sociesc</u>"), a saber: (i) Escola Internacional de Florianópolis (CNPJ nº 84.684.182/0004-08), (ii) Escola Internacional de Blumenau (CNPJ nº 84.684.182/0008-23), e (iii) Colégio Tupy de Joinville (estabelecimento matriz CNPJ nº 84.684.182/0001-57) ("<u>Escolas Sociesc</u>"), através da aquisição indireta de 100% (cem por cento) do capital de uma nova sociedade empresária limitada a ser constituída ("<u>NewCo</u>"), a qual receberá o acervo patrimonial, os direitos e as obrigações vinculados às Escolas Sociesc, por meio de uma cisão parcial da Sociesc ("<u>Operação</u>"); e (iv) Deliberar sobre o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1 ação ordinária para 5 ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, e aumento do limite do capital autorizado de 9.600.000 ações para 48.000.000 de ações, com a consequente alteração do Artigo 8º do Estatuto Social.</p>			
--	---	--	--	--

Órgãos e comitês de assessoramento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas.

Atualmente, o Conselho de Administração é assessorado pelos seguintes comitês: (i) Comitê Financeiro e de Novos Negócios; (ii) Comitê de Risco, Auditoria e Compliance; (iii) Comitê de Pessoas e Cultura; e (iv) Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica.

As atribuições dos comitês podem ser consultadas no item 12"a" deste Formulário de Referência.

Esclarecimentos adicionais sobre governança corporativa:

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Bovespa Mais da B3. Os segmentos de listagem da B3 foram criados com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional que vai além das obrigações que as companhias têm perante a Lei das Sociedades por Ações.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

O Bovespa Mais segue os mesmos princípios do Novo Mercado em termos de boas práticas de governança corporativa. As companhias que ingressam no Bovespa Mais comprometem-se, voluntariamente, a adotar práticas de governança corporativa adicionais às obrigações legais e regulamentares que toda empresa de capital aberto deve observar, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; não ter partes beneficiárias; garantir a todos os titulares de ações, em caso de alienação de controle, o direito de vendê-las nas mesmas condições obtidas pelo controlador (tag along); realizar oferta pública de aquisição (OPA) de ações em circulação, no mínimo pelo valor econômico, nos casos de saída do segmento ou de cancelamento de registro de companhia aberta; e aderir à Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) para a solução de conflitos societários.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13 Remuneração dos administradores

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Assegurar uma remuneração total em linha com a média do mercado, em empresas de atividade e porte semelhantes, com um plano de incentivos de longo prazo que possa assegurar a permanência dos administradores e colaboradores.

Para isso, a Companhia conta com um comitê de pessoas e cultura, conforme regimento interno de comitês do conselho de administração revisado em 02 de outubro de 2020, que coordena os planos de remuneração e apresenta para aprovação pelo Conselho da Companhia. Apesar da Companhia ainda não possuir uma política de remuneração formalizada, faz parte das atribuições deste comitê assessorar o conselho em planos de remuneração fixa e variável, bem como planos de incentivo de longo prazo.

Atualmente está em vigor um Plano de Opções, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2017 e alterado também em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 2019. Entretanto, a Companhia está revisando seus incentivos de longo prazo e propondo um novo Plano de Outorga de Ações da Companhia a ser deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2022, em substituição ao Plano de Opções atualmente em vigor.

(b) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

1) Conselho de Administração

Por decisão tomada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de outubro de 2017, atualmente nenhum membro do Conselho de Administração recebe qualquer tipo de remuneração da Companhia. Até abril de 2019 havia um membro independente do Conselho que recebia *pró-labore* mensal.

2) Diretoria

A remuneração é composta por uma parcela fixa e por incentivos de longo prazo. A parcela fixa é paga na forma de pró-labore mensal, totalizando doze pagamentos por ano, com reajustes eventuais para adequar a remuneração ao porte da empresa. Para 2020 e 2021 o comitê de pessoas e cultura recomendou, e a Companhia adotou, a prática não se pagar remuneração variável para os administradores, com foco exclusivo no plano de incentivos de longo prazo. A Companhia aprovou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2017 a instituição de um Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano de Opções"), que foi alterado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 2019. Em 2019 foram outorgadas 70.000 (setenta mil) opções com preço de exercício entre R\$ 32,20 (trinta e dois reais e vinte centavos) e R\$ 35,82 (trinta

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

e cinco reais e oitenta e dois centavos) e períodos de carência até maio de 2020, maio de 2021 e maio de 2022, $\frac{1}{3}$ a cada ano, sendo que o primeiro terço já foi integralmente exercido, com os valores pagos e as ações emitidas para os diretores, totalizando 23.100 ações emitidas em 2020. Os membros da diretoria fazem jus, ainda, ao pagamento de plano de saúde e possuem bolsas integrais nas escolas do grupo para seus filhos.

3) Conselho Fiscal

Não há Conselho Fiscal instalado.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Em 2019 a remuneração fixa, acrescida de encargos e benefícios, somou 29% (vinte e nove por cento) da remuneração total. Os outros 71% (setenta e um por cento) da remuneração se referem a despesas incorridas de opções outorgadas ao longo do ano e que começam seu prazo de exercício em maio de 2020. Em 2020 a remuneração fixa, acrescida de encargos e benefícios, somou 37% da remuneração total. Os outros 63% da remuneração se referem a despesas incorridas de opções outorgadas. Em 2021 a remuneração fixa, acrescida de encargos e benefícios, somou 60% da remuneração total. Os outros 40% da remuneração se referem a despesas incorridas de opções outorgadas.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A determinação dos valores do pró-labore fixo mensal dos administradores é feita no âmbito do Conselho de Administração, com auxílio do comitê de pessoas e cultura, limitada a remuneração ao montante global aprovado pela Assembleia Geral, visando ser compatível com os valores praticados no mercado pelas empresas de atividade e porte semelhantes. Ao longo do tempo, os Diretores poderão fazer jus a aumentos reais por mérito ou por adequação ao novo porte da Companhia. Em relação à parcela da remuneração variável proporcionada pelo Plano de Opções, é decorrente das premissas previamente estabelecidas pelo Conselho de Administração, em linha com as recomendações do comitê de pessoas e cultura, nos termos do Anexo 13 da Instrução CVM 481/09 e do Regulamento do Plano de Opções.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Nos últimos anos a Companhia começou um novo ciclo de investimentos em educação, concretizado nas participações adquiridas em escolas conforme diversos anúncios ao mercado. Estes investimentos têm objetivos de retorno de longo prazo. Sendo assim, os retornos esperados ainda não se materializaram, por isso não faria sentido uma remuneração variável para os administradores. Por outro lado, o alinhamento dos incentivos com os acionistas se dá via programas de longo prazo, como opções de ações que devem ser outorgadas conforme o Plano de Opções já aprovado.

A remuneração fixa deve estar em linha com o mercado para empresas de porte e setor semelhantes. Com as aquisições, a complexidade das operações cresceu e houve a necessidade de reajustar os pró-labores e contratar novos diretores.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Atualmente os 8 (oito) membros titulares do Conselho de Administração decidiram renunciar ao direito de receber qualquer remuneração fixa pelo seu trabalho. Os conselheiros entendem que são acionistas ou representantes diretos dos acionistas da Companhia, e por isso devem se remunerar pela valorização de suas ações. Além disso, a Companhia ainda está começando um ciclo de investimentos, com aquisições recentes de escolas, e deve se consolidar e crescer antes de remunerar seus conselheiros.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores e metas que nortearão a remuneração variável e a outorga de opções conforme o Plano de Opções em vigor serão determinados anualmente pelo Conselho de Administração, com auxílio do comitê de pessoas e cultura, conforme detalhado no Regulamento do Plano. Mas deverão levar em conta a geração de caixa operacional (EBITDA) das controladas e da controladora, além de metas individuais definidas de acordo com o objetivo de cada área da Companhia.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A partir de discussões entre a diretoria e o comitê de pessoas e cultura se cria uma meta global da Companhia, sempre atrelada a geração de caixa operacional (EBITDA) das controladas e da controladora, que vai servir como um gatilho para a remuneração variável os planos de incentivo de longo prazo. A partir disso, metas individuais são traçadas para cada executivo, levando em consideração aspectos qualitativos e quantitativos. O acompanhamento constante do atingimento dessas metas é feito individualmente e no final do período de avaliação se dá uma nota individual com base nos resultados atingidos e que, em composição com a meta global, vai definir o benefício de cada executivo.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração fixa serve como um alinhamento de curto prazo com os executivos, os atraindo para a Companhia. Já a remuneração variável, atrelada ao Plano de Opções, serve para alinhar os interesses no longo prazo, obrigatoriamente contando com um período de carência (*vesting*) para o exercício das opções, incentivando o beneficiário a permanecer na Companhia por um longo tempo e em buscar a valorização da ação nesse mesmo período.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos membros da Diretoria é integralmente paga pela Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

O comitê de pessoas e cultura é responsável por preparar uma proposta de remuneração e incentivos de longo prazo para os membros da administração e apresentar ao Conselho de Administração da Companhia para aprovação final. A diretoria é responsável pela medição e acompanhamento de eventuais metas globais e individuais definidas para os administradores.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

É feito um estudo com abrangência limitada, usando informações públicas, para comparação da remuneração dos administradores com a média de mercado. O comitê de pessoas e cultura desenha um plano que inclua uma remuneração fixa em linha com o mercado, mas que seja atrativo por uma remuneração via incentivos de longo prazo.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia trimestralmente, por meio de relatórios passados pelo comitê de pessoas e cultura, a adequação da remuneração dos administradores da Companhia. O comitê de pessoas e cultura se reúne no mínimo trimestralmente para avaliar o organograma da Companhia, a entrega e a motivação dos seus administradores, discutindo a necessidade de novas contratações, promoções, substituições, nível de remuneração e formas de criar incentivos de longo prazo que garantam a permanência de pessoas chave na Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		4,00		4,00
Nº de membros remunerados		4,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		1.680.000,00		1.680.000,00
Benefícios direto e indireto		32.737,20		32.737,20
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		1.125.270,88		1.125.270,88
Observação				
Total da remuneração		2.838.008,08		2.838.008,08

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	3,67		10,92
Nº de membros remunerados	0,00	3,67		3,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.480.000,00		1.480.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	46.795,30		46.795,30
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.525.496,48		2.525.496,48
Observação				
Total da remuneração	0,00	4.092.291,78		4.092.291,78

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00		10,00
Nº de membros remunerados	0,40	3,00		3,40
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	15.183,12	840.000,00		855.183,12
Benefícios direto e indireto	0,00	38.474,88		38.474,88
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	3.036,62	168.000,00		171.036,62
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.613.991,83		2.613.991,83
Observação				
Total da remuneração	18.219,74	3.660.466,73		3.678.686,47

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria foi fixa nos 3 (três) últimos exercícios, e não há Conselho Fiscal instalado.

Dados os resultados de 2021, deve haver um pagamento de remuneração variável em 2022 referente aos resultados do último exercício de até R\$ 1.000 mil para o conjunto de diretores. Importante ressaltar que o Plano de Outorga de Ações da Companhia, caso aprovado, estará conectado a essa remuneração variável, aumentando o incentivo para que os diretores direcionem os valores recebidos para comprar ações da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária****(a) termos e condições gerais**

A Companhia conta atualmente com um Plano de Opções em vigor, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2017 e alterado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 2019. Compete ao Conselho de Administração definir as características de cada programa de outorga. Essas informações podem ser conferidas no link https://mz-prod-cvm.s3.amazonaws.com/701/IPE/2019/ff3ad7bf-ca7e-40fe-81f7-17d366024705/20190812214811966837_701_705516.pdf.

Para o exercício de 2022 está sendo proposto um Plano de Outorga de Ações da Companhia, cujas descrições encontram-se no item II.2 da presente Proposta.

(b) principais objetivos do plano

O Plano de Opções em vigor tem por objetivo estabelecer regras para que determinados colaboradores possam adquirir ou subscrever ações de emissão da Companhia, visando, com isso, a reforçar os níveis de atração, retenção e motivação de talentos, bem como alinhar seus interesses aos dos acionistas da Companhia na geração de resultados e criação sustentável de valor. A meta é criar incentivo de longo prazo, baseado no conceito de *stock option plan*, que consiste na concessão de um direito – e não uma obrigação – de comprar ações da Companhia a preços e prazos pré-definidos. O ganho potencial do beneficiário será o resultado da compra e venda das ações, ou seja, a eventual valorização da ação sobre o preço de exercício.

O Plano de Outorga de Ações Proposto tem como principais objetivos conceder aos participantes a oportunidade de receber Ações de Matching na medida em que, dentre outras condições, os participantes invistam recursos próprios na aquisição ou subscrição e manutenção de Ações Próprias sob sua conta e risco, de modo a promover: (a) o alinhamento dos interesses dos participantes com os dos acionistas da Companhia; e (b) o estímulo da permanência dos participantes na Companhia.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao instituir períodos de carência longos e com preço de exercício conhecido, o Plano de Opções incentiva o beneficiário a trabalhar pela valorização das ações da Companhia.

Ao investirem recursos próprios para a aquisição ou subscrição de ações da Companhia e receberem ou adquirirem Ações de Matching em contrapartida, os participantes do Plano de Outorga de Ações proposto terão fortes incentivos para tomarem suas decisões, tendo em vista a geração de valor para a Companhia e seus acionistas, além de pautarem suas ações visando o cumprimento dos objetivos estratégicos e planos de crescimento da Companhia, bem como estarão motivados a permanecer na Companhia durante o prazo de carência do matching.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opções é o principal componente da remuneração dos administradores da Companhia, alinhando-os para pensar no longo prazo da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

O Plano de Outorga de Ações Proposto busca reconhecer o esforço dos participantes, alinhado com os interesses da Companhia e de seus acionistas, reforçando o nível de atração e retenção dos principais executivos da Companhia.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Ao pensar na valorização das ações da Companhia no longo prazo, os administradores acabam por tomar melhores decisões no curto e médio prazo, visando não resultados imediatos ao custo de retornos futuros, mas sim estratégias de gestão que garantam a perenidade da Companhia e retornos de longo prazo.

Por meio do Plano de Outorga de Ações proposto, a Companhia busca alinhar os interesses dos acionistas aos dos participantes, visando ganhos com o investimento dos participantes na aquisição ou subscrição de Ações Próprias, bem como pelo comprometimento dos participantes com os resultados em longo prazo da Companhia.

No médio prazo, a melhoria dos resultados e valorização das ações de emissão da Companhia maximizam os ganhos dos participantes, os incentivando a permanecerem trabalhando na Companhia.

No curto prazo, o cumprimento das metas estabelecidas e o alcance dos resultados anuais propostos resultam no recebimento de bônus, cuja parcela é reinvestida na Companhia através da aquisição ou subscrição das Ações Próprias através dos programas de outorga anuais.

(f) número máximo de ações abrangidas

200.000 (duzentos mil) ações para o Plano de Opções em vigor.

As ações de emissão da Companhia outorgadas nos termos do Plano de Outorga de Ações Proposto, compreendendo as Ações Próprias e as Ações de Matching, conforme definidas no Plano de Outorga de Ações proposto, não excederão 5% do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano de Outorga de Ações proposto.

Se o número, espécie ou classe de ações existentes da Companhia for alterado como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra, ou, ainda, conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração, conforme aplicável, avaliar a necessidade de ajustes, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e aos participantes (conforme definidos no Plano de Outorga de Ações proposto).

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

200.000 (duzentos mil) opções para o Plano de Opções em vigor, das quais 88.000 (oitenta e oito mil) já outorgadas.

Não serão outorgadas opções no âmbito do Plano de Outorga de Ações Proposto.

(h) condições de aquisição de ações

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Os beneficiários outorgados do Plano de Opções poderão exercer seu direito de aquisição das ações, total ou parcialmente, a qualquer momento entre o período de carência e o prazo de exercício, enviando uma notificação para a Companhia. A notificação só pode ser enviada para a Companhia, e o Conselho só pode autorizar a emissão ou entrega das ações, no período de 15 (quinze) dias após a divulgação dos resultados anuais ou trimestrais.

Para fazerem jus ao recebimento ou à aquisição das Ações de Matching, os Participantes deverão investir recursos próprios na aquisição ou subscrição de ações ordinárias, nominativas, escriturais, com direito a voto, e sem valor nominal da Companhia (Ações Próprias), bem como (i) permanecer continuamente vinculados como administradores, com vínculo estatutário, ou executivos ou colaboradores sob regime CLT, com quaisquer das entidades da Companhia, pelo prazo de 3 (três) anos contados da data da aquisição ou subscrição das Ações Próprias, mantendo, neste período, sob sua plena e legítima titularidade e propriedade, as Ações Próprias (Prazo de Carência do Matching), e (ii) observar todos os demais termos e condições do Plano de Outorga de Ações Proposto.

As hipóteses de desligamento do Participante de quaisquer das entidades da Companhia, por qualquer motivo, antes de transcorrido o prazo de carência do matching, são tratados expressamente no Plano de Outorga de Ações Proposto.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho tem liberdade para definir os critérios para fixação do preço de exercício para cada programa do Plano de Opções. Nas opções atualmente outorgadas, o critério utilizado no primeiro programa foi o preço médio da ação da Companhia no período de 12 (doze) meses após a entrada do beneficiário na Companhia. Já no segundo programa foi utilizado o preço da emissão privada de ações realizada em 2019 (R\$70,00).

Para o Plano de Outorga de Ações Proposto, as Ações Próprias serão adquiridas pelos Participantes pelo valor de aquisição / subscrição a ser definido anualmente pelo Conselho de Administração, com base em um dos seguintes critérios: (i) valor patrimonial; ou (ii) valor de mercado com base na média de um número pré-determinado de últimos pregões; (iii) valor apurado em laudo de avaliação nos termos do Art. 8º, § 1º da LSA; ou (iv) valor do último aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, neste último caso, observado o limite do capital autorizado. Já as Ações de Matching poderão ser dadas a título gratuito ou a valor a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Respeitado o período mínimo de carência de 6 meses, o Conselho terá liberdade para deliberar sobre os prazos de carência do Plano de Opções. O prazo de exercício após o período de carência é de 30 dias corridos nas opções já outorgadas.

Não haverá prazo de exercício para o Plano de Outorga de Ações Proposto, uma vez que não serão outorgadas opções.

(k) forma de liquidação

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

O Conselho poderá deliberar sobre a forma de liquidação de cada programa do Plano de Opções em vigor. Nas opções atualmente outorgadas, o beneficiário, caso exerça o direito de aquisição, deverá pagar a Companhia em até 6 (seis) meses após o prazo de exercício.

Não serão outorgadas opções no âmbito do Plano de Outorga de Ações Proposto. Assim, cumpridas as condições previstas, a Companhia transferirá as Ações de Matching por meio de operação privada, para o nome dos participantes, dentro do prazo de até 60 dias contados do término do prazo de carência do matching, observado que a Companhia arcará com eventuais custos operacionais junto ao agente escriturador para a transferência de tais Ações de Matching.

(l) restrições à transferência das ações

O Conselho tem liberdade para deliberar sobre restrições a transferência de ações de cada programa do Plano de Opções. Nas opções atualmente outorgadas, não há qualquer restrição após o exercício.

Para o Plano de Outorga de Ações Proposto, os participantes terão as Ações Próprias bloqueadas para transferência durante o Prazo de Carência do Matching, como condição para o matching.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão total ou parcial do Plano de Opções sem que isso sujeite a Companhia a qualquer indenização a quem quer que seja.

O Plano de Outorga de Ações Proposto entrará em vigor na data de sua aprovação e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. Na hipótese de a Companhia se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão, caberá ao Conselho de Administração avaliar (a) a manutenção das Ações de Matching que ainda estiverem sujeitas ao prazo de carência do matching; (b) a substituição das Ações de Matching da Companhia por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da companhia; ou (c) a antecipação do prazo de carência do matching, de forma a assegurar a inclusão das Ações de Matching na operação em questão.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso do beneficiário do Plano de Opções se desligar voluntariamente da Companhia ou for demitido por justa causa a qualquer tempo, as opções não exercíveis na data do seu desligamento restarão extintas.

No caso do beneficiário se desligar por motivos de aposentadoria, falecimento ou invalidez, o período de exercício será acelerado com prazo de 60 (sessenta) dias para o exercício após a notificação.

No caso de demissão sem justa causa do beneficiário, o Conselho tem autonomia para decidir sobre as regras de cada programa. Nas opções em aberto atualmente, no primeiro programa os

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

beneficiários poderão exercer os direitos proporcionalmente entre 05 de maio de 2017 e o final do período de carência de cada lote. Já no segundo programa os beneficiários poderão exercer os direitos proporcionalmente entre a data de outorga e o final do período de carência de cada lote.

O Plano de Outorga de Ações Proposto irá observar regras similares para as Ações de Matching. Já as Ações Próprias serão de propriedade do participante em qualquer situação após sua saída da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**13.5. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Os instrumentos de Plano de Opções são classificados como instrumento de patrimônio, sendo o resultado lançado em contrapartida de uma reserva de capital específica para esse fim. Em 2019, o valor total foi de R\$ 2.613.991,83 para três membros da diretoria estatutária. Em 2020 o valor total reconhecido para três membros da diretoria estatutária foi de R\$2.565.496,48. Já em 2021, o valor total reconhecimentos para três membros da diretoria estatutária foi de R\$1.125.270,88.

Outorgas realizadas em 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Data da Outorga		31/10/2019
Quantidade outorgada		70.000
Prazo para que se tornem exercíveis		115.500 em 06/05/2020 115.500 em 06/05/2021 119.000 em 06/05/2022
Prazo máximo para exercício		115.500 em 05/06/2020 - exercidas 115.500 em 05/06/2021 - exercidas 119.000 em 05/06/2022
Prazo de restrição para transferência		Não há
Valor justo na data da outorga		R\$6.566.228,20

As quantidades mencionadas no quadro acima foram ajustas de acordo com desdobramento de 1 para 5 ações aprovado em AGE de agosto de 2021. Como pode ser observado e detalhado no item 13.8 b) abaixo, ainda existem 119.000 opções em aberto com um preço de exercício médio de R\$6,75. A diluição potencial com base nas 16.352.035 ações já emitidas, além das 4.584.795 ações sendo emitidas em 31/03/2022 com base na conversão automática de debêntures (totalizando uma base acionária prevista de 20.936.830) atualmente é de 0,57%.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária
--

Não havia opções exercíveis em aberto em 31 de dezembro de 2021. Em relação às opções ainda não exercíveis, estão todas especificadas no item 13.5 acima.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues**13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Exercício Social 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8	4
Nº de membros remunerados	0	3
Opções Exercidas		
Número de ações		115.500
Preço médio ponderado		R\$6,75
Dif. p/ valor de mercado¹		R\$935.550,00

¹ Valor considerando o fechamento de R\$14,85 em 30/12/2021.

Exercício Social 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	3,67
Nº de membros remunerados	0	3
Opções Exercidas		
Número de ações		23.100
Preço médio ponderado		R\$33,75
Dif. p/ valor de mercado²		R\$1.217.799,00

² Valor considerando o fechamento de R\$86,47 em 30/12/2020.

Em 2019 não houve exercício de opções ou entrega de ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções**13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções****(a) Modelo de precificação**

As opções outorgadas foram precificadas com base no modelo "Black & Scholes".

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

	1º programa A			1º programa B		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Preço de exercício ¹	32,20	32,20	32,20	35,82	35,82	35,82
Preço da ação na outorga ¹	121,17	121,17	121,17	121,17	121,17	121,17
Volatilidade esperada	52,74%	52,74%	53,30%	52,74%	52,74%	53,30%
Rendimento de dividendos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Prazo de vida da opção	13 meses	25 meses	37 meses	13 meses	25 meses	37 meses
Taxa de juros anual livre de risco	7,42%	7,42%	7,93%	7,42%	7,42%	7,93%

¹ preços com base na data de outorga. Desde então ocorreu um desdobramento de 1 para 5 ações, logo os preços devem ser divididos por 5 para serem comparáveis com os preços atuais de mercado.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, as opções não podem ser exercidas antecipadamente.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para os lotes 1 e 2 de ambos os programas, a volatilidade esperada se baseou no desvio padrão dos retornos da ação da Companhia entre maio de 2017 e maio de 2019. Para o lote 3 de ambos os programas, o período buscado foi de maio de 2016 a maio de 2019.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão**13.9. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

Órgão	Ações/cotas detidas	Debêntures Conversíveis
Conselho de Administração	126.185	0
Diretoria	760.136	19.961
Conselho Fiscal	Não instalado	Não instalado

Posições em 31 de dezembro de 2021.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários
--

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	4,00	3,67	3,00	8,00	7,25	7,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,67	3,00	0,00	0,00	1,00
Valor da maior remuneraçãoReal	954.654,58	1.560.919,66	1.677.003,46	0,00	0,00	18.219,74
Valor da menor remuneraçãoReal	600.000,00	400.000,00	991.731,63	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	709.502,02	1.115.065,88	1.220.155,54	0,00	0,00	18.219,74

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização**13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

A Companhia não adota uma política específica que contemple remuneração para a rescisão ou aposentadoria de administradores em caso de demissão ou aposentadoria. Vale observar que a apólice de seguros de responsabilidade civil para seus administradores, contratada pela Companhia, não oferece cobertura relacionada à demissão. Em vez disso, apenas oferece proteção financeira e tranquilidade para executar suas tarefas diárias.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores****2021**

Órgão	Valor
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria Estatutária	R\$360.591,97
Total	R\$360.591,97

Em 2021 foram realizados pagamentos mensais como remuneração por avais dados em dívidas da Companhia que totalizaram R\$360.591,97 (trezentos e sessenta mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e sete centavos). Os valores foram pagos a dois diretores estatutários que são devedores solidários em diversos contratos de mútuos da Companhia, e a remuneração é equivalente a 0,50% ao ano sobre o valor garantido para cada avalista.

2020

Órgão	Valor
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria Estatutária	R\$221.294,76
Total	R\$221.294,76

Em 2020 foram realizados pagamentos mensais como remuneração por avais dados em dívidas da Companhia que totalizaram R\$221.294,76 (duzentos e vinte e um mil, duzentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos). Os valores foram pagos a dois diretores estatutários que são devedores solidários em diversos contratos de mútuos da Companhia, e a remuneração é equivalente a 0,50% ao ano sobre o valor garantido para cada avalista.

2019 - não houve.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções**13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam****2021**

Órgão	Valor
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria Estatutária	R\$360.591,97
Total	R\$360.591,97

Em 2021 foram realizados pagamentos mensais como remuneração por avais dados em dívidas da Companhia que totalizaram R\$360.591,97 (trezentos e sessenta mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e sete centavos). Os valores foram pagos a dois diretores estatutários que são devedores solidários em diversos contratos de mútuos da Companhia, e a remuneração é equivalente a 0,50% ao ano sobre o valor garantido para cada avalista.

2020

Órgão	Valor
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria Estatutária	R\$221.294,76
Total	R\$221.294,76

Em 2020 foram realizados pagamentos mensais como remuneração por avais dados em dívidas da Companhia que totalizaram R\$221.294,76 (duzentos e vinte e um mil, duzentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos). Os valores foram pagos a dois diretores estatutários que são devedores solidários em diversos contratos de mútuos da Companhia, e a remuneração é equivalente a 0,50% ao ano sobre o valor garantido para cada avalista.

2019 - não houve.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não houve nos últimos três exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**14. Recursos humanos****14.1. Descrições dos recursos humanos****(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Dada a natureza de sua atividade (holding de investimentos), a Companhia possui poucos empregados, divididos entre diretores e colaboradores da área administrativa. O quadro abaixo apresenta o número de colaboradores da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021:

Empregados	31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Administrativo	6	6	5
Total	6	6	5

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não teve funcionários terceirizados.

(c) índice de rotatividade

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não teve rotatividade.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2. Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve alteração relevante nos 3 últimos exercícios.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3. Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) Política de salários e remuneração variável

Embora não haja uma política de salários formalmente aprovada, a Companhia mantém prática de remuneração baseada nas condições médias praticadas nos mercados locais e adequadas à legislação vigente de cada local em que atua, não havendo remuneração variável atrelada a desempenho ou participação nos lucros. Ademais, a Companhia desenvolve, periodicamente, pesquisas salariais com o objetivo de avaliar as tendências de mercado e práticas salariais visando manter a atratividade e a retenção dos profissionais necessários para sua estrutura.

Todos os colaboradores são remunerados com vencimentos mensais a título de salário não havendo, portanto, pagamento de gratificações mensais. A remuneração direta paga aos colaboradores é definida por meio de sistemas de faixas salariais definidas por nível de cargo, visando proporcionar uma remuneração equitativa com a capacitação, habilidade e esforço de cada colaborador da Companhia.

Os reajustes salariais são realizados sempre que necessário, em conformidade com a legislação vigente de cada local em que a Companhia atua e com os dissídios coletivos inerente às categorias dos colaboradores envolvidos.

Por fim, a Companhia está avaliando a possibilidade de implementar uma política de remuneração variável para colaboradores que ocupam cargos considerados estratégicos, com o objetivo de criar um senso de envolvimento e comprometimento com o negócio, praticar o valor da meritocracia e reconhecer o desempenho diferenciado dos elegíveis de maneira mais objetiva e justa.

Para mais informações acerca da política de salários e remuneração variável dos empregados e administradores da Companhia, vide item 13 deste Formulário de Referência.

(b) Política de benefícios

Em razão do crescimento da Companhia, possuímos, atualmente, uma composição de benefícios oferecidos de forma diversificada, respeitando as regras, políticas e particularidades de cada local em que a Companhia atua. Em vista disso, de acordo com a prática de benefícios e acordos sindicais regionais, podemos oferecer os seguintes benefícios aos nossos colaboradores (administrativos e professores):

- Assistência médica
- Alimentação
- Vale transporte
- Bolsa de estudos
- Seguro de Vida

Observamos fielmente o cumprimento das Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos de Trabalho de cada local em que a Companhia atua no que tange à concessão de benefícios. Os benefícios atualmente concedidos aos nossos colaboradores são oferecidos de acordo com a prática de benefícios e acordos sindicais regionais, podendo ser integral ou parcialmente subsidiados por nossas empresas, conforme os Acordos Coletivos de Trabalho de cada local em que a Companhia atua.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

- (c) **Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:**

Vide informações constantes do item 13.4 deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos últimos 3 anos

A Companhia acredita ter um relacionamento cordial com os sindicatos de nossos colaboradores, reconhecendo-os como importantes atores na dinâmica das relações trabalhistas e prezando pelo relacionamento profissional com todas essas entidades sindicais, sempre em conformidade com as legislações aplicáveis.

Os nossos colaboradores são representados, em sua grande maioria, pelo Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo.

A Companhia mantém um relacionamento de respeito com as entidades sindicais representativas de seus colaboradores e preza pelo fiel cumprimento das Convenções Coletivas de Trabalho firmadas entre os sindicatos representativos de nossos colaboradores e os sindicatos da categoria econômica que integramos. Na maioria dos casos, as negociações são conduzidas por meio dos sindicatos patronais, de modo a manter um histórico de harmonia com tais entidades.

Por fim, a Companhia informa que não tem conhecimento sobre a realização de greves nos últimos 3 exercícios sociais.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5. Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes neste item.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:

0	0,000	0	0,000	0	0,000
---	-------	---	-------	---	-------

Bruno Bertolucci Belliboni

369.514.748-26	Brasileira-SP	Não	Não	30/06/2022	
135.102	0,568	0	0,000	135.102	0,568

Classe Ação

TOTAL	0	0,000			
-------	---	-------	--	--	--

Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.

10.793.428/0001-92	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/06/2022	
5.062.815	21,291	0	0,000	5.062.815	21,291

Classe Ação

TOTAL	0	0,000			
-------	---	-------	--	--	--

Frederico Marques Affonso Ferreira

149.073.468-67	Brasileira	Não	Não	30/06/2022	
31.774	0,134	0	0,000	31.774	0,134

Classe Ação

TOTAL	0	0,000			
-------	---	-------	--	--	--

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Guilherme Affonso Ferreira Filho					
353.147.828-12	Brasileira	Sim	Não	30/06/2022	
	Brasileira				
738.873	3,107	0	0,000	738.873	3,107
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
JV EDUCACAO FI EM PART MULTISTRATEGIA					
39.262.195/0001-83	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/06/2022	
7.466.297	31,399	0	0,000	7.466.297	31,399
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Mint Educação Fundo de Investimento em Ações					
27.928.149/0001-91	brasileiro	Sim	Sim	30/06/2022	
3.263.263	13,723	0	0,000	3.263.263	13,723
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
7.080.600	29,778	0	0,000	7.080.600	29,778
TOTAL					
23.778.724	100,000	0	0,000	23.778.724	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.				10.793.428/0001-92		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
5.062.815	100,000	0	0,000	5.062.815	100,000	
TOTAL						
5.062.815	100,000	0	0,000	5.062.815	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JV EDUCACAO FI EM PART MULTISTRATEGIA				39.262.195/0001-83		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
7.466.297	100,000	0	0,000	7.466.297	100,000	
TOTAL						
7.466.297	100,000	0	0,000	7.466.297	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mint Educação Fundo de Investimento em Ações				27.928.149/0001-91	
OUTROS					
3.263.263	100,000	0	0,000	3.263.263	100,000
TOTAL					
3.263.263	100,000	0	0,000	3.263.263	100,000

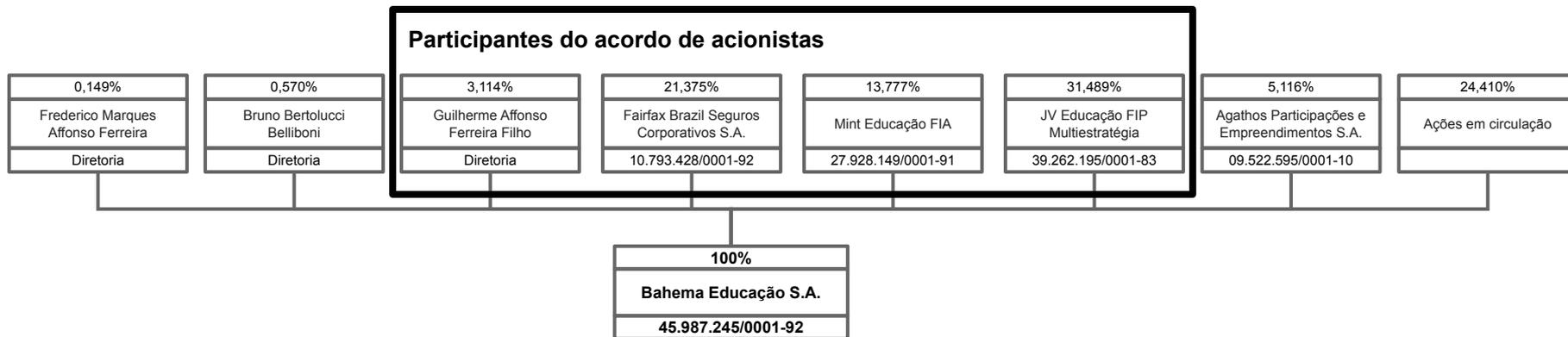
15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

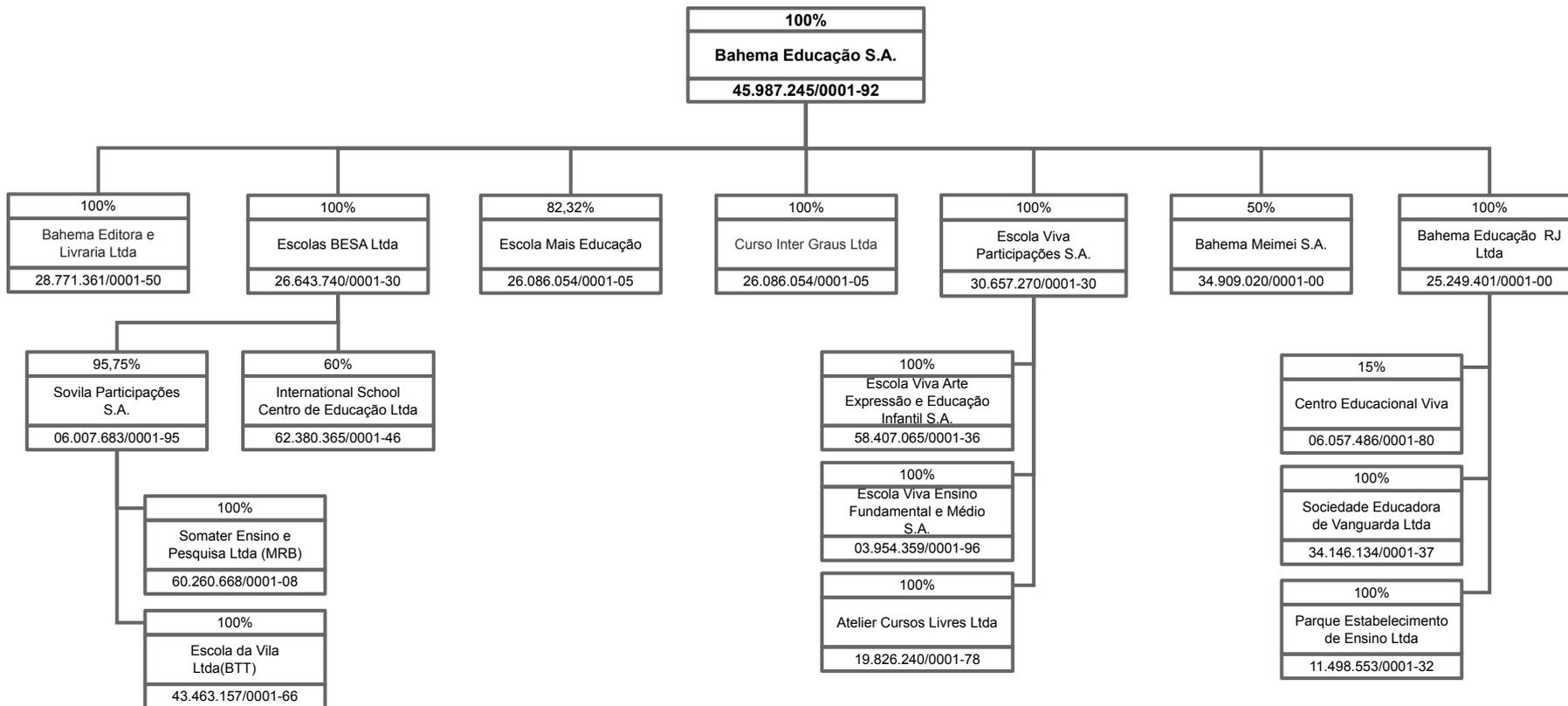
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/06/2022
Quantidade acionistas pessoa física Unidade	1.089
Quantidade acionistas pessoa jurídica Unidade	50
Quantidade investidores institucionais Unidade	35

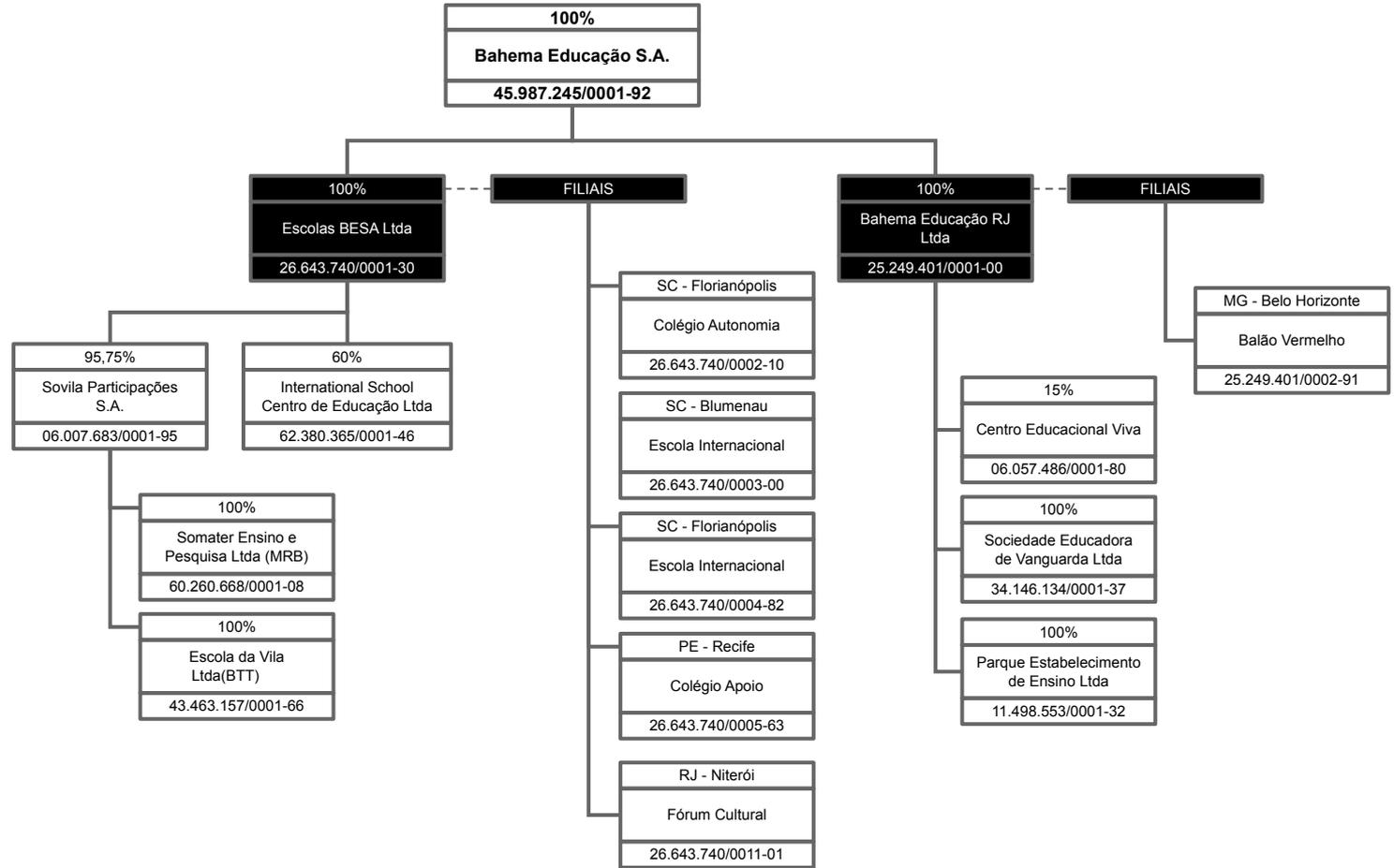
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias Unidade	6.795.505	28,578%
Quantidade preferenciais Unidade	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	6.795.505	28,578%







15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas**15.5. Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

ACORDO DE ACIONISTAS E ENTRE INVESTIDORES DA BAHEMA EDUCAÇÃO S.A. ("ACORDO DE ACIONISTAS")	
Partes	São partes do Acordo de Acionistas: (i) JV Fundo de Investimento em Participações (" <u>Fundo JV</u> "); (ii) Mint Educação Master Fundo de Investimento em Ações (" <u>Fundo Mint Educação</u> "); (iii) Guilherme Affonso Ferreira Filho (" <u>Guilherme Filho</u> "); e (iv) Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. (" <u>Fairfax</u> ").
Data de celebração	15 de dezembro de 2020
Prazo de vigência	O Acordo de Acionistas permanecerá válido e eficaz até o dia 31 de março de 2029.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	<p>Conforme o Acordo de Acionistas, os acionistas se obrigam a votar para aprovar as seguintes matérias, indicadas nas Cláusulas 3.2 e 3.3 do Acordo de Acionistas, que sejam submetidas à assembleia geral da Companhia ("<u>Assembleia Geral</u>"): </p> <p>(i) Eleição dos Membros do Conselho de Administração, conforme discriminado no item abaixo; e</p> <p>(ii) Salvo no que tange a conversão das Debêntures e Bônus de Subscrição da Emissão, novos aumentos do capital social da Companhia, inclusive mediante a emissão de novas ações, ou emissão de qualquer valor mobiliário conversível em ações, ou ainda dentro do capital autorizado, que tenha preço de emissão inferior a R\$ 74,75 (setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). Referidas deliberações somente poderão ser aprovadas pela totalidade dos acionistas signatários do acordo de acionistas.</p> <p>Adicionalmente, antes de qualquer conclave da Companhia que trate (i) da eleição dos membros do Conselho de Administração; e (ii) da deliberação de aumento de capital da Companhia, os acionistas deverão reunir-se previamente em uma reunião ("<u>Reunião Prévia</u>"), com o objetivo de discutir as respectivas matérias sujeitas à Reunião Prévia. As deliberações havidas em Reunião Prévia vincularão todos os acionistas e deverão ser transcritas na ata preparada pelo presidente da respectiva reunião, para que sejam manifestadas fielmente pelos acionistas, de forma válida e vinculante, perante a Companhia e demais acionistas, nos conclaves que vierem a deliberar sobre as matérias objeto do acordo de acionistas.</p>
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	<p>A Cláusula 3.2 do Acordo de Acionistas dispõe que, durante o prazo do acordo, os acionistas obrigam-se a votar na respectiva Assembleia Geral para eleição dos membros do Conselho de Administração da seguinte maneira:</p> <p>(i) Guilherme Filho poderá optar por adotar o processo de voto múltiplo ou, alternativamente, por indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração, caso venha a deter participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia;</p>

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

	<p>(ii) a Fairfax poderá optar por adotar o processo de voto múltiplo ou, alternativamente, por indicar membros do Conselho de Administração, de acordo com a tabela abaixo:</p> <table border="1" data-bbox="571 340 1342 1016"> <thead> <tr> <th data-bbox="571 340 1066 495">Quantidade de Ações, Debêntures e Bônus de Subscrição</th> <th data-bbox="1066 340 1342 495">Números de Membros do Conselho Eleitos pela Fairfax</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="571 495 1066 645">Caso a Fairfax venha a deter participação igual ou superior a 5% mas inferior a 15% do capital social da Companhia em Bases Totalmente Diluídas</td> <td data-bbox="1066 495 1342 645">A Fairfax terá direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="571 645 1066 831">Caso a Fairfax venha a deter participação igual ou superior a 15% mas igual ou inferior a 30% do capital social da Companhia em Bases Totalmente Diluídas</td> <td data-bbox="1066 645 1342 831">A Fairfax terá direito de indicar 2 (dois) membros do Conselho de Administração.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="571 831 1066 1016">Caso a Fairfax venha a deter participação superior a 30% do capital social da Companhia em Bases Totalmente Diluídas</td> <td data-bbox="1066 831 1342 1016">A Fairfax terá direito de indicar 3 (três) membros do Conselho de Administração.</td> </tr> </tbody> </table> <p>(iii) o Fundo Mint Educação e o Fundo JV poderão indicar, em conjunto, os demais membros do Conselho de Administração até o limite previsto no estatuto social da Companhia, na proporção que vierem a estabelecer no Acordo de Investidores Bloco de Controle.</p> <p>Adicionalmente, o Acordo de Acionistas dispõe que nenhuma indicação, eleição, destituição ou substituição de qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia deverá ser realizada sem que tal questão tenha sido previamente aprovada em Reunião Prévia, conforme discriminado no item acima.</p>	Quantidade de Ações, Debêntures e Bônus de Subscrição	Números de Membros do Conselho Eleitos pela Fairfax	Caso a Fairfax venha a deter participação igual ou superior a 5% mas inferior a 15% do capital social da Companhia em Bases Totalmente Diluídas	A Fairfax terá direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração.	Caso a Fairfax venha a deter participação igual ou superior a 15% mas igual ou inferior a 30% do capital social da Companhia em Bases Totalmente Diluídas	A Fairfax terá direito de indicar 2 (dois) membros do Conselho de Administração.	Caso a Fairfax venha a deter participação superior a 30% do capital social da Companhia em Bases Totalmente Diluídas	A Fairfax terá direito de indicar 3 (três) membros do Conselho de Administração.
Quantidade de Ações, Debêntures e Bônus de Subscrição	Números de Membros do Conselho Eleitos pela Fairfax								
Caso a Fairfax venha a deter participação igual ou superior a 5% mas inferior a 15% do capital social da Companhia em Bases Totalmente Diluídas	A Fairfax terá direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração.								
Caso a Fairfax venha a deter participação igual ou superior a 15% mas igual ou inferior a 30% do capital social da Companhia em Bases Totalmente Diluídas	A Fairfax terá direito de indicar 2 (dois) membros do Conselho de Administração.								
Caso a Fairfax venha a deter participação superior a 30% do capital social da Companhia em Bases Totalmente Diluídas	A Fairfax terá direito de indicar 3 (três) membros do Conselho de Administração.								
<p>Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</p>	<p>Nos termos do Acordo de Acionistas, os seus signatários obrigaram-se a não ceder, transferir e/ou a vender seu respectivo direito de subscrição de ações em aumentos de capital da Companhia, ou de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia, para outra pessoa, física ou jurídica, bem como qualquer outra forma, direta ou indireta, de alienação ou compromisso de alienação dos Valores Mobiliários Vinculados (conforme definido no acordo de acionistas), exceto conforme especificamente contemplado no Acordo de Acionistas.</p> <p>A alienação de Valores Mobiliários Vinculados sem observância das disposições do Acordo de Acionistas será considerada nula e ineficaz.</p> <p><u>Venda em Bolsa</u></p> <p>Nos termos da cláusula 2.1.3 do Acordo de Acionistas, caso um acionista deseje vender ações de emissão da Companhia em operações de bolsas de</p>								

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

valores sem um comprador definido (“Venda em Bolsa”), tal venda somente poderá ser realizada se tal acionista notificar os demais acionistas signatários do acordo, informando a quantidade de ações de emissão da Companhia que seriam objeto da Venda em Bolsa em questão.

Caso qualquer dos demais acionistas deseje adquirir as ações da Venda em Bolsa, tal acionista deverá, em até 5 (cinco) dias do recebimento da notificação da Venda em Bolsa, informar o acionista interessado sobre sua intenção de adquirir as ações, de forma pro rata às suas respectivas participações acionárias no capital social da Companhia. Caso não haja manifestação no prazo indicado ou os demais acionistas informem que não tem interesse em adquirir as ações da Venda em Bolsa, a Venda em Bolsa deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 5 (cinco) dias. As ações não vendidas no prazo estabelecido deverão ser imediatamente vinculadas novamente ao acordo de acionistas.

Direito de Preferência

Observado o direito de preferência previsto no Acordo de Investidores Bloco de Controle, na hipótese de qualquer acionista signatário do acordo desejar Transferir seus Valores Mobiliários Vinculados, os demais acionistas terão o direito de preferência para adquirir a totalidade dos Valores Mobiliários Vinculados que sejam objeto da pretendida Transferência, na mesma proporção das participações que detiverem em relação ao total de Valores Mobiliários Vinculados detidos exclusivamente pelos acionistas interessados.

Caso qualquer dos demais acionistas deseje exercer seu Direito de Preferência, tal acionista deverá enviar notificação indicando sua intenção em até 30 (trinta) dias úteis após ao recebimento da notificação do acionista ofertante. Caso consista em direitos de subscrição de Valor Mobiliário Vinculado, o acionista que deseje exercer seu Direito de Preferência deverá enviar notificação indicando sua intenção em até 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação do acionista ofertante. Caso não haja exercício do Direito de Preferência, os Valores Mobiliários Vinculados poderão ser alienados para terceiro.

Direito de Venda Conjunta (Tag- Along)

Em caso de (a) alienação direta de Valores Mobiliários Vinculados para terceiros, por qualquer dos acionistas, individualmente ou em conjunto, em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total do capital social da Companhia em Bases Totalmente Diluídas e que não seja objeto de Direito de Preferência; e/ou (b) alienação indireta de Valores Mobiliários Vinculados pelos cotistas do Fundo JV ou Fundo Mint Educação para terceiros, em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total do capital social da Companhia em Bases Totalmente Diluídas, a Fairfax terá o direito de transferir ao respectivo terceiro, pelo mesmo preço dos Valores Mobiliários Vinculados alienados direta ou indiretamente e sob os mesmos termos e condições aplicáveis ao Fundo JV, Fundo Mint Master e aos cotistas do Fundo JV, uma parcela pro rata de seus Valores Mobiliários Vinculados.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	N/A
---	-----

ACORDO DE ACIONISTAS E ENTRE INVESTIDORES DA BAHEMA EDUCAÇÃO S.A. ("ACORDO DE INVESTIDORES BLOCO DE CONTROLE")	
Partes	São partes do Acordo de Investidores Bloco de Controle: (i) JV Fundo de Investimento em Participações (" <u>Fundo JV</u> "); e (ii) Mint Educação Master Fundo de Investimento em Ações (" <u>Fundo Mint Educação</u> ").
Data de celebração	15 de dezembro de 2020
Prazo de vigência	O Acordo de Investidores Bloco de Controle permanecerá válido e eficaz até o dia 31 de março de 2029.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	<p>Conforme o Acordo de Investidores Bloco de Controle, os acionistas somente poderão votar, na respectiva assembleia geral da Companhia ("<u>Assembleia Geral</u>") que tenha sido convocada para deliberar sobre qualquer uma das seguintes matérias, caso tal questão tenha sido previamente aprovada em Reunião Prévia (conforme abaixo definido) com o voto afirmativo do Fundo JV e do Fundo Mint Educação:</p> <p>(i) qualquer autorização aos administradores para solicitar ou formalizar pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência dissolução ou liquidação, nomear ou destituir liquidantes, dissolver a Companhia e/ou suas Controladas, na hipótese de liquidação, bem como interromper o estado de falência ou liquidação da Companhia e/ou de suas Controladas ou praticar quaisquer atos de natureza similar, conforme aplicável;</p> <p>(ii) qualquer operação de cisão (total ou parcial), fusão, incorporação, transformação do tipo societário, drop-down, consolidação ou outra estrutura de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou suas Controladas;</p> <p>(iii) cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia e/ou aprovação da saída da Companhia do segmento "Bovespa Mais" da B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO3;</p> <p>(iv) aumento do capital social da Companhia e/ou de suas controladas, inclusive mediante a emissão de novas ações, ou emissão de qualquer valor mobiliário conversível em ações, emissão de opções ou bônus de subscrição, incluindo a aprovação do preço de emissão, os termos de pagamento e a forma de colocação; pública ou privada;</p> <p>(v) aumento do limite do capital autorizado da Companhia;</p> <p>(vi) qualquer redução de capital, desdobramento, bonificação, resgate, capitalização de lucros ou reservas ou amortização de ações;</p>

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

	<p>(vii) quaisquer alterações às disposições do estatuto social da Companhia e/ou de suas Controladas referentes: (a) às normas aplicáveis ao volume, composição, quórum, atribuições, reuniões e matérias sujeitas à aprovação da Assembleia de acionistas, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal ou da Diretoria; (b) ao objeto social; (c) ao dividendo mínimo obrigatório; (d) à criação de classes ou séries de ações distintas em relação às ações ordinárias existentes ou qualquer alteração nos direitos e privilégios a elas atribuídos;</p> <p>(viii) contratação de dívidas ou financiamentos que importem em um endividamento da Companhia superior a 2,5 vezes o EBTIDA consolidado do exercício anterior; e</p> <p>(ix) distribuição de lucros da Companhia e/ou de suas Controladas (incluindo juros sobre capital próprio) em desacordo as diretrizes previstas no estatuto social ou contrato social, conforme o caso, para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Antes de qualquer conclave da Companhia que trate (i) da eleição dos membros do Conselho de Administração (conforme discriminado no item abaixo); e (ii) das demais deliberações societárias acima listadas, os acionistas deverão reunir-se previamente em uma reunião (“<u>Reunião Prévia</u>”), com o objetivo de discutir as respectivas matérias sujeitas à Reunião Prévia. As deliberações havidas em Reunião Prévia vincularão todos os acionistas e deverão ser transcritas na ata preparada pelo presidente da respectiva reunião, para que sejam manifestadas fielmente pelos acionistas, de forma válida e vinculante, perante a Companhia e demais acionistas, nos conclaves que vierem a deliberar sobre as matérias objeto do acordo de acionistas. Caso (i) o Fundo JV e o Fundo Mint Educação não concordem com a aprovação de qualquer uma das matérias; ou (ii) o Fundo JV e/ou o Fundo Mint Educação não compareçam à uma Reunião Prévia em que uma matéria sujeita à Reunião Prévia seja objeto de discussão, tal matéria deverá ser considerada como não aprovada pelos acionistas, os quais deverão votar de forma contrária à aprovação da referida matéria na respectiva Assembleia Geral.</p>						
<p>Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais</p>	<p>A Cláusula 3.2 do Acordo de Investidores Bloco de Controle dispõe que caberá ao Fundo Mint Educação e ao Fundo JV a eleição dos membros do Conselho de Administração, de acordo com a tabela abaixo:</p> <table border="1" data-bbox="571 1570 1385 2018"> <thead> <tr> <th data-bbox="571 1570 986 1682">Quantidade de Debêntures</th> <th data-bbox="986 1570 1385 1682">Números de Membros do Conselho Eleitos pelo Fundo Mint Educação e pelo Fundo JV</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="571 1682 986 1872">A partir da subscrição de Debêntures que lhe garantam a conversão em ações em montante equivalente a 14% do capital social da Companhia</td> <td data-bbox="986 1682 1385 1872">O Fundo JV terá direito de indicar 1 (um) membro do conselho e o Mint Educação terá o direito de indicar o restante</td> </tr> <tr> <td data-bbox="571 1872 986 2018">A partir da subscrição de Debêntures que lhe garantam a conversão em ações em montante</td> <td data-bbox="986 1872 1385 2018">O Fundo JV terá direito de indicar 2 (dois) membros do conselho e o Mint Educação terá o direito de indicar o restante</td> </tr> </tbody> </table>	Quantidade de Debêntures	Números de Membros do Conselho Eleitos pelo Fundo Mint Educação e pelo Fundo JV	A partir da subscrição de Debêntures que lhe garantam a conversão em ações em montante equivalente a 14% do capital social da Companhia	O Fundo JV terá direito de indicar 1 (um) membro do conselho e o Mint Educação terá o direito de indicar o restante	A partir da subscrição de Debêntures que lhe garantam a conversão em ações em montante	O Fundo JV terá direito de indicar 2 (dois) membros do conselho e o Mint Educação terá o direito de indicar o restante
Quantidade de Debêntures	Números de Membros do Conselho Eleitos pelo Fundo Mint Educação e pelo Fundo JV						
A partir da subscrição de Debêntures que lhe garantam a conversão em ações em montante equivalente a 14% do capital social da Companhia	O Fundo JV terá direito de indicar 1 (um) membro do conselho e o Mint Educação terá o direito de indicar o restante						
A partir da subscrição de Debêntures que lhe garantam a conversão em ações em montante	O Fundo JV terá direito de indicar 2 (dois) membros do conselho e o Mint Educação terá o direito de indicar o restante						

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

	<table border="1" data-bbox="571 190 1385 459"> <tr> <td data-bbox="571 190 986 268">equivalente a 28% do capital social da Companhia</td> <td data-bbox="986 190 1385 268"></td> </tr> <tr> <td data-bbox="571 268 986 459">A partir da subscrição de Debêntures que lhe garantam a conversão em ações em montante equivalente a 42% do capital social da Companhia</td> <td data-bbox="986 268 1385 459">O Fundo JV terá direito de indicar 3 (três) membros do conselho e o Mint Educação terá o direito de indicar o restante</td> </tr> </table> <p data-bbox="523 504 1401 907">Adicionalmente, o Acordo de Investidores Bloco de Controle determina, na Cláusula 3.3.1, que a escolha da presidência do Conselho de Administração da Companhia deverá seguir uma alternância entre o representante escolhido pela Mintpar e o representante escolhido em conjunto pelos Investidores Compostella, sendo que: (a) até 2022 o presidente do conselho de administração da Companhia será escolhido pela Mintpar; (b) em 2022, quando da eleição da nova chapa do conselho de administração, caberá aos Investidores Compostella a definição do presidente do conselho de administração até o término do referido mandato; e (c) nos mandatos subsequentes haverá alternância na escolha em relação a cada mandato iniciando-se pela escolha do representante escolhido pela Mintpar.</p> <p data-bbox="523 952 1401 1126">Por fim, o Acordo de Investidores Bloco de Controle dispõe que nenhuma indicação, eleição, destituição ou substituição de qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia deverá ser realizada sem que tal questão tenha sido previamente aprovada em Reunião Prévia, conforme discriminado no item acima.</p>	equivalente a 28% do capital social da Companhia		A partir da subscrição de Debêntures que lhe garantam a conversão em ações em montante equivalente a 42% do capital social da Companhia	O Fundo JV terá direito de indicar 3 (três) membros do conselho e o Mint Educação terá o direito de indicar o restante
equivalente a 28% do capital social da Companhia					
A partir da subscrição de Debêntures que lhe garantam a conversão em ações em montante equivalente a 42% do capital social da Companhia	O Fundo JV terá direito de indicar 3 (três) membros do conselho e o Mint Educação terá o direito de indicar o restante				
<p data-bbox="204 1512 497 1646">Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</p>	<p data-bbox="523 1137 1401 1276">Nos termos do Acordo de Investidores Bloco de Controle, os seus signatários obrigaram-se a não alienar seus Valores Mobiliários Vinculados (conforme definido no Acordo de Investidores Bloco de Controle), exceto conforme especificamente contemplado no Acordo de Investidores Bloco de Controle.</p> <p data-bbox="523 1321 1401 1422">A alienação de Valores Mobiliários Vinculados sem observância das disposições do Acordo de Investidores Bloco de Controle será considerada nula e ineficaz.</p> <p data-bbox="523 1467 710 1500"><u>Venda em Bolsa</u></p> <p data-bbox="523 1512 1401 1758">Nos termos da cláusula 2.1.2 do Acordo de Investidores Bloco de Controle, caso um acionista deseje vender ações de emissão da Companhia em operações de bolsas de valores sem um comprador definido (“Venda em Bolsa”), tal venda somente poderá ser realizada se tal acionista notificar os demais acionistas signatários do acordo, informando a quantidade de ações de emissão da Companhia que seriam objeto da Venda em Bolsa em questão.</p> <p data-bbox="523 1803 1401 2018">Caso qualquer dos demais acionistas deseje adquirir as ações da Venda em Bolsa, tal acionista deverá, em até 5 (cinco) dias do recebimento da notificação da Venda em Bolsa, informar o acionista interessado sobre sua intenção de adquirir as ações, de forma pro rata às suas respectivas participações acionárias no capital social da Companhia. Caso não haja manifestação no prazo indicado ou os demais acionistas informem que não</p>				

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

	<p>tem interesse em adquirir as ações da Venda em Bolsa, a Venda em Bolsa deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias. As ações não vendidas no prazo estabelecido deverão ser imediatamente vinculadas novamente ao acordo de acionistas.</p> <p><u><i>Direito de Preferência</i></u></p> <p>Na hipótese de qualquer acionista signatário do acordo desejar alienar seus Valores Mobiliários Vinculados, os demais acionistas terão o direito de preferência para adquirir a totalidade de tais Valores Mobiliários Vinculados, na mesma proporção de suas respectivas participações nos Valores Mobiliários Vinculados de titularidade dos acionistas.</p> <p>Caso qualquer dos demais acionistas deseje exercer seu Direito de Preferência, tal acionista deverá enviar notificação, em até 30 (trinta) dias úteis após ao recebimento da notificação do acionista ofertante, indicando sua intenção de adquirir os Valores Mobiliários Ofertados, nos mesmos termos e condições negociais.</p>
<p>Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle</p>	<p>N/A</p>

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 22 de outubro de 2019, conforme divulgado em fato relevante, A Mint Capital Gestora de Recursos Ltda, CNPJ/ME 11.502.768/0001.80, credenciada como administradora de carteira de valores mobiliários pela CVM (“Mint”), gestora dos fundos investidores da Companhia Mint Educação Master FIA (CNPJ 27.928.149/0001-91), Mint Educação Master II FIA (CNPJ 34.545.964/0001- 37), Potenza FIA (CNPJ 11.461.603/0001-07) e Mint Batalha Value FIA (CNPJ 10.382.858/0001-11) informou que, findo o prazo para exercício de direito de preferência e subscrição de sobras no âmbito do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de agosto de 2019, os fundos geridos pela Mint, em conjunto, passaram a deter o equivalente a 54,78% das ações ordinárias emitidas pela Companhia”.

Em 26 de agosto de 2020, conforme divulgado em fato relevante, Mint, gestora do Mint Educação Master FIA (CNPJ 27.928.149/0001-91), e também a Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. (CNPJ 10.793.428/0001-92) (“Fairfax”), comunicaram à Companhia que houve um resgate de cotas do Mint Educação Master FIA pago em ações da Companhia. Assim, a Fairfax, anteriormente cotista do Mint Educação Master FIA, passou a ser titular direta de 11,82% do capital da Companhia e o Mint Educação Master FIA passou a deter 42,57% das ações de emissão da Companhia. Embora os fundos de investimento geridos pela Mint tenham deixado de serem titulares diretamente, em conjunto, de mais de 50% do total de ações de emissão da Companhia, a alteração não afetou a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia, já que a Mint mantém a intenção de exercer o controle da Companhia. Em 25 de novembro de 2020, a Fairfax anunciou que passou a deter 23,40% do capital da Companhia. Já o Mint Educação Master FIA passou a deter aproximadamente 30% do capital da Companhia. Na mesma carta, a Mint anunciou a constituição do Fundo JV FIP (“Fundo JV”), com o objetivo de investir na Companhia e criar um bloco de controle entre Fundo JV e Mint Educação Master FIA.

Em 15 de dezembro de 2020, foi arquivado na sede social da Companhia um Acordo de Acionistas entre Fundo JV, Mint Educação Master FIA, Fairfax Brasil Seguros Corporativos e Guilherme Affonso Ferreira Filho, além de um acordo entre investidores firmado entre Fundo JV e Mint Educação Master FIA. O Acordo de Acionistas, que conta com representatividade acima de 50% do capital da Companhia, estabelece, dentre outras disposições, regras acerca do exercício do direito de voto para eleição do Conselho de Administração e aprovação de eventuais aumentos de capital, bem como disposições aplicáveis a eventuais transferências de valores mobiliários de emissão da Companhia pelos signatários.

Em 03 de janeiro de 2022, conforme divulgado em comunicado ao mercado, a Mint, gestora do Fundo JV, informou que o respectivo fundo passou a deter 9,03% de participação da Companhia. Ato contínuo, em 06 de abril de 2022, conforme divulgado em comunicado ao mercado, a Mint, gestora do Fundo JV, informou que o respectivo fundo passou a deter 31,5% de participação na Companhia, em razão da conversão automática de debêntures em ações da Companhia e do exercício de bônus de subscrição. Assim, em conjunto com em conjunto com o Mint Educação Master FIA, também representado pela gestora Mint, passou a deter aproximadamente 45,3% das ações emitidas pela Companhia. As alterações comunicadas não alteraram a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia. O acordo de acionistas firmado em 15 de dezembro de 2020 permanece em vigor.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

15.7. Principais operações societárias

Conforme Fato Relevante divulgado em 14/02/2017, por meio de uma de suas subsidiárias, a companhia realizou o investimento em 80% do capital social das sociedades mantenedoras da Escola da Vila, em São Paulo. Em 12/08/2020 a Companhia adquiriu 15,75% adicionais, totalizando atualmente uma participação de 95,75% no capital das sociedades mantenedoras da Escola da Vila.

Conforme Fato Relevante divulgado em 02/03/2017, por meio de uma de suas subsidiárias, a Companhia realizou o investimento em 5% do capital social das sociedades mantenedoras da Escola Parque, no Rio de Janeiro/RJ. Adicionalmente, conforme Fato Relevante divulgado em 04/12/2019, a Companhia realizou a aquisição dos 95% restantes das ações da Escola Parque. A transação estava sujeita a condições precedentes que foram concluídas em 31/01/2020.

Conforme Fato Relevante divulgado em 04/05/2020, a Companhia exerceu a opção de compra para aquisição de 100% do capital social da Centro de Pesquisa e Formação de Educadores Balão Vermelho Ltda., sociedade mantenedora da escola Balão Vermelho em Belo Horizonte ("Balão Vermelho").

Em 29/10/2018, a Companhia realizou investimento adicional, mediante aporte de capital contra a transferência de participação societária, representativa de até 4,5% do capital social da Escola Mais Educação Ltda. Neste caso totalizando um investimento representativo de 15% do Capital Social da Escola Mais. Adicionalmente, conforme Fato Relevante divulgado em 24/10/2019, a Companhia adquiriu debêntures conversíveis emitidas pela Escola Mais. Conforme Fato Relevante de 13/11/2020, a Companhia assinou um amplo memorando de entendimentos com acionistas da Escola Mais, adquirindo ações em operações privadas, antecipando a conversão das debêntures detidas e assumindo um compromisso de aportes adicionais de até R\$47 milhões entre 2020 e 2022. Após a criação de um stock pool para os diretores da Escola Mais, a participação da Companhia deve ficar próxima de 80% do capital total.

Em 11/02/2019, a Companhia, por meio de uma de suas subsidiárias, adquiriu cotas representativas de 15% do capital social da Escola Centro Educacional Viva Ltda. ("Centro Viva"), no Rio de Janeiro/RJ. Em 04/05/2022, conforme comunicado ao mercado divulgado na mesma data, a Companhia adquiriu, por meio de uma de suas subsidiárias, os 85% restantes do capital social do Centro Viva, que passou a ser detido integralmente pela Companhia, por meio de sua subsidiária.

Conforme Fato Relevante divulgado em 13/05/2019, por meio de uma de suas subsidiárias, a Companhia realizou o investimento em 95% do capital social das sociedades mantenedoras da Escola Fórum Cultural, em Niterói (RJ). A transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em operações similares, que foram concluídas no dia 12 de agosto de 2019. A partir desta data a Companhia passou a exercer o controle da Escola Fórum Cultural. Os sócios vendedores permanecem com uma participação de 5% na adquirida. Em 23 de julho de 2021, a Companhia exerceu sua opção e adquiriu os 5% de participação remanescentes das sociedades mantenedoras da Escola Fórum Cultural, passando a deter 100% de participação nas referidas sociedades.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 09/09/2019, a Companhia celebrou acordo para realização de empreendimento comum, no Rio de Janeiro, com os sócios da Meimei – Escola Montessoriana Ltda ("Meimei"). Conforme pactuado, a Companhia realizou um investimento inicial de R\$ 2.000.00,00 (dois milhões de reais) para a abertura de uma nova unidade da Meimei na zona

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Sul do Rio de Janeiro, destinada ao ensino infantil e com capacidade para aproximadamente 200 alunos, que foi inaugurada em 2021.

Conforme Fato Relevante divulgado em 01/10/2019, por meio de uma de suas subsidiárias, a Companhia realizou a aquisição de 60% das quotas das sociedades detentoras da Escola Brazilian International School (“BIS”), localizada em São Paulo/SP. A Companhia tem a opção de compra e a sócia Alessandra Pellegrino Casquel Lopes, opção de venda, dos 40% da participação remanescente a partir de 2024. A transação estava sujeita a condições precedentes que foram concluídas em 15/01/2020.

Conforme Fato Relevante divulgado em 29/10/2019, por meio de uma de suas subsidiárias, a Companhia realizou a aquisição de 100% das quotas da sociedade detentora do Colégio Apoio (“Apoio”), localizada no Recife/PE. A transação estava sujeita a condições precedentes que foram concluídas em 17/01/2020.

Conforme Fato Relevante divulgado em 17/04/2020, a Companhia exerceu a opção de compra para aquisição de 100% das ações da Escola Viva Participações, sem quaisquer ônus, conforme previsto no Contrato de Opção de Compra celebrado em 21 de março de 2018, divulgado ao mercado por Fato Relevante na mesma data.

Conforme fato relevante divulgado em 02/07/2020, por meio de uma de suas subsidiárias, a Companhia realizou a aquisição de 100% das quotas da sociedade mantenedora da Escola Autonomia, localizada em Florianópolis/SC. A transação estava sujeita a condições precedentes que foram concluídas em 16/07/2020.

Conforme comunicados ao mercado divulgados em 08/07/2021 e 29/10/2021, por meio de uma de suas subsidiárias, a Companhia realizou a aquisição de 100% das quotas da sociedade mantenedora das Escolas Internacionais de Florianópolis e de Blumenau, bem como do Colégio Tupy em Joinville.

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 31/01/2021, a Companhia realizou a aquisição de 100% das quotas do Curso Inter Graus Ltda.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico**15.8. Outras informações relevantes**

Não existem outras informações relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Observado o disposto no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, a aprovação sobre a transação com partes relacionadas poderá ser de competência da Diretoria, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

É de competência da Assembleia Geral a aprovação de transação com partes relacionadas caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

Pelo Estatuto, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre, de um lado, a companhia e/ou suas controladas e, de outro lado, os acionistas que sejam parte relacionada da companhia e/ou sociedades controladas, coligadas ou controladoras dos acionistas que sejam parte relacionada da companhia.

Em 08 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou Política para Transações com Partes Relacionadas, que pode ser acessada no site da Companhia, abrangendo a Companhia e suas controladas.

A referida política estabelece como diretriz geral que, na realização de transações com partes relacionadas, os administradores e acionistas da Companhia e de suas controladas deverão privilegiar a busca por julgamentos isentos e transparentes e tendo em vista os interesses da Companhia, sempre de forma alinhada às políticas e valores da Companhia. Tais transações devem possuir fundamento econômico adequado, ser efetivamente negociadas e ser comutativas (com o pagamento compensatório adequado).

Toda transação com partes relacionadas deve ser celebrada por escrito, ter comprovação documental de que a operação foi efetivamente negociada e observou condições de mercado, além de a contraparte ser devidamente cadastrada no sistema de pagamentos da Companhia.

Em alguns casos, a serem avaliados pelo conselho de administração ou pela diretoria, a depender do valor envolvido ou potencial impacto para a Companhia, laudos de avaliação independente (nos termos do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas) deverão ser elaborados para embasar a transação.

Vale destacar que a política veda (a) o estabelecimento de remuneração de assessores, consultores ou intermediários contratados para atuar em transações com partes relacionadas que possa gerar conflito de interesses com a Companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas, consoante recomendação do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas; bem como (b) a concessão direta de empréstimos pela Companhia a acionistas que detenham participação igual ou superior a 10% (dez por cento) no capital social da Companhia ou a partes relacionadas de tal acionista.

Especificamente com relação a transações que possam gerar conflito de interesses por parte de administradores e acionistas, a política estabelece que:

(a) é vedado aos administradores da Companhia intervir em qualquer operação social em que possuam um conflito de interesses, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Em linha com recomendação do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, caso algum administrador que possa ter um conflito de interesses não o manifeste, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá manifestá-lo, que será declarado por maioria de votos do órgão; e

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

(b) no âmbito das Assembleias Gerais da Companhia, havendo indício de potencial conflito de interesses de qualquer acionista que possa gerar o impedimento de voto, o presidente da mesa da Assembleia Geral deverá indagar o acionista e preveni-lo das suas responsabilidades como acionista, a quem caberá avaliar a existência de conflito de interesses e indicar se entende que está impedido ou não de participar da deliberação, devendo todo este processo ser consignado em ata. Eventual impedimento de voto de acionista deverá ser tratado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Fundo de Investimento Imobiliário MINT Educacional	01/07/2020	31.818.181,82	Aluguel anual no valor de R\$ 3.500.000,00 por 10 anos prorrogáveis por mais 10 anos.		10 anos prorrogáveis por mais 10 anos.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Fundo de investimentos gerido pela Mint Capital que é acionista controladora da Companhia.						
Objeto contrato	instrumentos contratuais para venda e locação imediata de longo prazo de imóvel ("sale & leaseback")						
Garantia e seguros	A Companhia comparece como fiadora no contrato de locação.						
Rescisão ou extinção	No caso de rescisão contratual por iniciativa da Escola Parque anteriormente ao término de 10 anos, será devida ao FII Mint Educacional uma multa equivalente ao valor restante do contrato.						
Natureza e razão para a operação	A Companhia sempre buscou um "balanço leve", sem ativos imobiliários relevantes que impactassem negativamente o retorno do seu capital. Assim, desde a primeira negociação com a Escola Parque em 2017, o imóvel objeto da operação aqui descrita foi identificado como uma fonte de financiamento importante por meio de uma operação de venda e locação imediata de longo prazo ("sale & leaseback"). Veja comunicado ao mercado de 02/07/2020.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Anima Holding S.A	29/06/2021	36.500.000,00	R\$ 13.603.000,00 em 31/03/2022		Existe a previsão de earn outs a serem pagos em 2022, 2023 e 2024, a depender do resultado operacional das escolas. Pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, a Bahema sublocará os espaços nos campi da Anima onde estão estabelecidas as Els e o COT, em Florianópolis, Blumenau e Joinville, respectivamente, pelo valor anual total de R\$816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais), corrigidos anualmente de acordo com o IPCA.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia e a Anima possuem parte do controle indireto e parte dos administradores em comum.						
Objeto contrato	Contrato para aquisição das Escolas Internacionais de Florianópolis e de Blumenau ("Els") e do Colégio Tupy em Joinville ("COT"), além de um compromisso de sublocação de espaços nos campi da Anima para abertura de novas unidades de escolas da Bahema						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A Operação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em operações similares, notadamente à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), e foi concluída quando as condições foram atendidas.						
Natureza e razão para a operação	A transação foi apresentada à Companhia por assessor financeiro terceirizado contratado pela contraparte, Urca Capital, no âmbito de um processo competitivo. Os ativos, escolas de ensino básico, possuíam sinergias estratégicas para a Companhia, tanto em termos de projetos pedagógicos como em termos de localização – de fato, uma das unidades é vizinha de muro a uma das escolas da Bahema. Não havia ativos similares nas regiões apresentadas, sendo tais escolas reconhecidamente entre as mais fortes de suas cidades.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Fundo de Investimento Imobiliário MINT Educacional	08/10/2021	17.844.067,00			O Contrato terá duração de 15 anos como locação atípica (built-to-suit), sendo que, após esse prazo, será considerado um contrato de locação típica, podendo ser prorrogado automaticamente por um período de 5 anos e, posteriormente, por um período adicional de 15 anos, podendo, nas prorrogações, haver ajuste no valor do aluguel para refletir o valor de mercado do Imóvel.	NÃO	9,700000
Relação com o emissor	Fundo de investimentos gerido pela Mint Capital que é acionista controladora da Companhia.						
Objeto contrato	O Contrato tem por objeto imóvel que está passando por obras de adequação, de acordo com projeto arquitetônico contratado e definido pela Escola Mais, para acomodar futura unidade de Ensino Fundamental 1 no bairro Vila Mascote, São Paulo-SP ("Imóvel"), onde a Escola Mais já opera uma unidade de Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido sem penalidades caso a escritura de venda e compra do imóvel não seja lavrada para a Mint Educação em até 60 dias contados da assinatura do Contrato.						
Natureza e razão para a operação	A Companhia sempre buscou uma estratégia de crescimento orgânico com o mínimo de investimento em ativos imobiliários, aumento o retorno sobre os investimentos e a velocidade de expansão da Escola Mais. Assim, desde o primeiro plano de negócios da Escola Mais, de 2017, já era previsto desenvolver parte importante do plano de crescimento através da implantação de unidades com contrato atípico built-to-suit, como o objeto dessa transação.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3. Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) Medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse.

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação em vigor, incluindo aquelas previstas no Regulamento de Listagem Bovespa Mais.

Antes de sua celebração, a Companhia negocia individualmente os contratos celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições considerando a prática de mercado e as particularidades de cada operação, tais como prazos, valores, padrões de qualidade, capacitação técnica, sinergia etc.

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Estatuto Social da Companhia, da Lei das Sociedades por Ações e das instruções emitidas pela CVM.

Compete ao Comitê de Risco, Auditoria e Compliance analisar e fornecer aconselhamento e recomendação ao Conselho de Administração sobre a adequação das transações entre partes relacionadas.

b) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições ou do pagamento compensatório adequado.

Nossas transações com partes relacionadas são celebradas em condições comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas.

A comutatividade dos contratos celebrados entre a Companhia ou suas controladas e suas partes relacionadas será apurada por meio da verificação da compatibilidade das cláusulas econômicas e financeiras estabelecidas no respectivo contrato, considerando outros atos e negócios similares praticados no mercado, levando também em consideração critérios como melhor preço, prazo, capacitação técnica e padrão de qualidade.

Maiores detalhes sobre operações individuais podem ser obtidos no item 16.2 deste Formulário de Referência.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas**16.4. Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes neste item.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/06/2022	324.747.350,25		23.778.724	0	23.778.724
Tipo de capital	Capital Autorizado				
18/08/2021	0,00		48.000.000	0	48.000.000

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão Unidade	Tipo de aumento	Ordinárias Unidade	Preferenciais Unidade	Total ações Unidade	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
02/10/2020	Conselho de Administração	02/10/2020	567,138.00	Subscrição particular	16,500	0	16,500	0.44000000	0.00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização		À vista, em espécie.								
13/11/2020	Conselho de administração	13/11/2020	212,520.00	Subscrição particular	6,600	0	6,600	0.16243436	32.20	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
26/04/2021	Conselho de Administração	26/04/2021	13,201,672.25	Subscrição particular	176,611	0	176,611	10.07400560	74.75	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/06/2021	Conselho de Administração	30/06/2021	13,724,890.20	Subscrição particular	178,570	0	178,570	9.51474929	76.86	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/09/2021	Conselho de Administração	30/09/2021	33,255,677.00	Subscrição particular	2,224,460	0	2,224,460	17.12677661	14.95	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização		Conversão de debêntures								
30/09/2021	Conselho de Administração	30/09/2021	1,622,575.00	Subscrição particular	102,500	0	102,500	0.67378092	15.83	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização		Integralização de bônus de subscrição de debêntures								

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão Unidade	Tipo de aumento	Ordinárias Unidade	Preferenciais Unidade	Total ações Unidade	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
06/12/2021	Conselho de administração	06/12/2021	779,658.00	Subscrição particular	115,500	0	115,500	0.75415471	6.75	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/12/2021	Conselho de Administração	30/12/2021	14,999,985.00	Subscrição particular	921,375	0	921,375	5.97106669	16.28	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	-----------------------	---------	---	---------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

31/03/2022	Conselho de Administração	31/03/2022	68,542,685.25	Subscrição particular	4,584,795	0	4,584,795	28.03806988	14.95	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	-----------------------	-----------	---	-----------	-------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

Conversão de debêntures

31/03/2022	Conselho de Administração	31/03/2022	46,022,193.90	Subscrição particular	2,749,235	0	2,749,235	16.81280036	16.74	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	-----------------------	-----------	---	-----------	-------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

Integralização de bônus de subscrição de debêntures

30/06/2022	Conselho de Administração	30/06/2022	1,551,111.66	Subscrição particular	92,659	0	92,659	0.00391196	16.74	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	--------------	-----------------------	--------	---	--------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação Unidade			Quantidade de ações depois da aprovação Unidade		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
09/09/2016	6,038,183	0	6,038,183	603,818	0	603,818
Desdobramento						
18/08/2021	2,597,640	0	2,597,640	12,988,200	0	12,988,200

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 exercícios a Companhia não efetuou redução do capital social.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5. Outras informações relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ditas ações na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do art. 34 do estatuto social da Companhia, as ações da Bahema Educação S.A. darão direito a dividendos mínimos anuais, não cumulativos, equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela assembleia geral, ressalvado o direito ao levantamento de balanço especial. Nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, mencionado direito de retirada não se aplicará no caso de dissenso com relação a fusão da Companhia, sua incorporação em outra, ou ainda participação dessa em grupo de sociedades, tendo em vista que as suas ações possuem liquidez e dispersão. Nos termos do artigo 137, considera-se que há liquidez quando a ação daquela espécie ou classe.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Bahema Educação S.A. nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais, (ii) participar do acervo da Bahema Educação S.A., em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Bahema Educação S.A., nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Bahema Educação S.A. nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não há.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2. Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não aplicável, pois não há regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3. Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos no Estatuto Social.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**Exercício social 31/12/2021**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.973.957	17,30	13,41	R\$ por Unidade	15,50
30/06/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.507.153	16,60	13,90	R\$ por Unidade	15,15
30/09/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.439.169	16,99	13,50	R\$ por Unidade	15,47
31/12/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.368.595	16,30	13,01	R\$ por Unidade	14,47

Exercício social 31/12/2020

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.519.141	106,00	52,08	R\$ por Unidade	90,58
30/06/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.069.051	99,40	56,50	R\$ por Unidade	77,76
30/09/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.171.436	140,00	80,10	R\$ por Unidade	110,86
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.196.519	104,98	70,01	R\$ por Unidade	81,47

Exercício social 31/12/2019

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.374.878	151,00	125,00	R\$ por Unidade	136,49
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.454.541	138,00	112,01	R\$ por Lote de Mil	120,21
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.374.494	120,00	72,01	R\$ por Unidade	92,88
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.404.131	117,48	81,90	R\$ por Unidade	101,92

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários em circulação.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários em circulação.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6. Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Bahema Educação S/A são admitidas à negociação na B3 S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento de listagem “Bovespa Mais” sob os códigos “BAH13”.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Vide item 18.12 - Outras informações relevantes - valores mobiliários, deste Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Vide item 18.12 - Outras informações relevantes - valores mobiliários, deste Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11. Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Nos últimos três exercícios sociais não houve ofertas públicas de aquisição realizadas pela Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários**18.12. Outras informações relevantes**

Em 23 de outubro de 2020, a Companhia emitiu debêntures conversíveis, dentro do limite do capital autorizado, para colocação privada, exclusivamente direcionada aos acionistas da Companhia e/ou seus cessionários do direito de preferência, sem qualquer esforço de venda perante investidores, nos termos da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, com Bônus de Subscrição, Emitidas em Série Única da Companhia (as “Debêntures” e “Emissão”, respectivamente). Foram subscritas e integralizadas 1.538.462 Debêntures, equivalentes à totalidade das Debêntures da Emissão, perfazendo o montante total de R\$115.000.034,50, tendo sido atribuídos, como vantagem adicional, aos subscritores das Debêntures, 1.538.462 Bônus de Subscrição, na proporção de 1 Bônus de Subscrição para cada 1 Debênture integralizada no âmbito da Emissão (“Bônus de Subscrição”). Cada Bônus de Subscrição conferia ao seu titular o direito de subscrever e integralizar 1 ação ordinária de emissão da Companhia. Cada Debênture foi convertida automaticamente em ações de emissão da Companhia em 31 de março de 2022, com exceção das Debêntures que foram convertidas antecipadamente, nas janelas de 30 de abril de 2021 e nos 30 de setembro de 2021. Já os Bônus de Subscrição puderam ser exercidos em uma das seguintes datas elegíveis para o exercício: 30 de junho de 2021, 30 de setembro de 2021, 30 de dezembro de 2021 e 31 de março de 2022 pelo preço de R\$74,75 acrescido de 12% ao ano, calculado, de forma *pro rata temporis*, desde 01 de abril de 2021 até a data do respectivo exercício. Vale esclarecer, por fim, que em razão do desdobramento de ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2021 (“Desdobramento”), cada Debênture e cada Bônus de Subscrição passaram a dar o direito à conversão ou aquisição, conforme o caso, de 5 ações de Emissão da Companhia, a partir de 18 de agosto de 2021.

Desta forma, na data deste Formulário de Referência, 100% das Debêntures já foram convertidas em ações da Companhia e os Bônus de Subscrição que não foram exercidos foram extintos em 31 de março de 2022, não havendo outros valores de emissão da Companhia que não sejam ações. Ao todo, foram exercidos 60,7% do total dos Bônus de Subscrição no âmbito da Emissão. Abaixo, incluímos um quadro com as respectivas conversões das Debêntures e exercício dos Bônus de Subscrição:

Conversão de Debêntures

Data da Conversão	Qtde. Debêntures Convertidas	Qtde. de Ações Emitidas	Valor Total	Valor por Debênture	Valor por Ação
Abril de 2021	176.611	176.611	R\$ 13.201.672,25	R\$ 74,75	R\$ 74,75
Setembro de 2021	444.892	2.224.460	R\$ 33.255.677,00	R\$ 74,75	R\$ 14,95
Março de 2022	916.959	4.584.795	R\$ 68.542.685,25	R\$ 74,75	R\$ 14,95
Total	1.538.462	-	R\$ 115.000.034,50	-	-

Bônus de Subscrição

Data do Exercício	Qtde. Bônus Exercidos	Qtde. de Ações Emitidas	Valor Total	Valor por Bônus	Valor por Ação
Junho de 2021	178.570	178.570	R\$ 13.724.890,20	R\$ 76,86	R\$ 76,86
Setembro de 2021	20.500	102.500	R\$ 1.622.575,00	R\$ 79,15	R\$ 15,83
Dezembro de 2021	184.275	921.375	R\$ 14.999.985,00	R\$ 81,40	R\$ 16,28
Março de 2022	549.847	2.749.235	R\$ 46.022.193,90	R\$ 83,70	R\$ 16,74
Total	933.192	-	R\$ 76.369.644,10	-	-

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui planos de recompra de ações para tesouraria.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou movimentações de ações em tesouraria.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3. Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes neste item

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	08/06/2022
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	São consideradas Pessoas Vinculadas à Política os acionistas controladores, os diretores e membros do conselho de administração e do conselho fiscal (quando instalado) da Companhia, bem como os administradores de suas controladas, membros de órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia criados por disposição estatutária e/ou empregados que tenham conhecimento de determinada informação relevante relativa a fato relevante ainda não divulgado, para assegurar a rapidez, a simultaneidade e a divulgação global de informações ao mercado de capitais,

Principais características e locais de consulta

A Companhia possui Política de Divulgação de Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários (“Política”), aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de junho de 2022. A Política, no que diz respeito à divulgação e uso de informações, visa estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas Pessoas Vinculadas (abaixo definidas), para divulgação de atos e fatos relevantes e manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas.

A Companhia divulga fato relevante (i) no portal de notícias do Jornal O Dia com página na rede mundial de computadores; (ii) nas páginas da internet da CVM e da B3, bem como na página “Relações com Investidores” no site da Companhia; e (iii) envia, por correspondência eletrônica (e-mail), na língua portuguesa, a todos os acionistas cadastrados na lista de endereço (mailing) da Companhia. Frise-se que os eventos relacionados com fato relevante terão a sua materialidade analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas, e não em abstrato, de modo a evitar a banalização das divulgações de fatos relevantes em prejuízo da qualidade da análise, pelo mercado, das perspectivas da Companhia.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> • os acionistas controladores, diretores e membros do conselho de administração ou do conselho fiscal (quando instalado) da Companhia, assim como de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, são obrigados a comunicar qualquer fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores (DRI); • sempre que se constatar a veiculação de notícia na imprensa envolvendo informação ainda não divulgada pela Companhia, deverá ser analisado o potencial de impacto da notícia sobre as negociações e, se for o caso, a Companhia deverá se manifestar de forma imediata sobre as referidas notícias; • as Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo das informações relativas a fato relevante até sua divulgação ao mercado, bem como devem zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam; • é vedado às Pessoas Vinculadas fornecer ou comentar, sem a prévia anuência do DRI da Companhia, por qualquer meio de comunicação, inclusive pela internet e redes sociais, qualquer informação privilegiada a qual tenham tido acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao público, bem como realizar qualquer manifestação pública a respeito de notícias publicadas pela imprensa sobre questões relacionadas à Companhia; • sempre que houver dúvida a respeito da relevância de determinada informação, deve-se entrar em contato com o DRI da Companhia a fim de se esclarecer a dúvida; • cumpre ao DRI enviar à CVM e à B3 qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, sendo que a divulgação de fato relevante deverá ser efetuada, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento do pregão da B3; • as reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, relativas a matéria que possa consubstanciar fato relevante, deverão contar com a presença do DRI ou do diretor presidente ou de outra pessoa indicada pelo DRI para este fim. Caso contrário, deverão ter o seu conteúdo previamente reportado ao DRI, naquilo que possa consubstanciar fato relevante, visando a sua divulgação simultânea ao mercado.
--	---

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram prestadas no item 20.1 deste Formulário de Referência.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21. Política de divulgação

21.1. Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui Política de Divulgação de Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários (“Política”), aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de junho de 2022. A Política, no que diz respeito à divulgação e uso de informações, visa estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas Pessoas Vinculadas (abaixo definidas), para divulgação de atos e fatos relevantes e manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas.

São consideradas Pessoas Vinculadas à Política os acionistas controladores, os diretores e membros do conselho de administração e do conselho fiscal (quando instalado) da Companhia, bem como os administradores de suas controladas, membros de órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia criados por disposição estatutária e/ou empregados que tenham conhecimento de determinada informação relevante relativa a fato relevante ainda não divulgado.

No que diz respeito aos procedimentos internos adotados pela Bahema Educação S.A. para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva, devem ser citados os seguintes previstos na Política:

- os acionistas controladores, diretores e membros do conselho de administração ou do conselho fiscal (quando instalado) da Companhia, assim como de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, são obrigados a comunicar qualquer fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores (DRI);
- sempre que se constatar a veiculação de notícia na imprensa envolvendo informação ainda não divulgada pela Companhia, deverá ser analisado o potencial de impacto da notícia sobre as negociações e, se for o caso, a Companhia deverá se manifestar de forma imediata sobre as referidas notícias;
- as Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo das informações relativas a fato relevante até sua divulgação ao mercado, bem como devem zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam;
- é vedado às Pessoas Vinculadas fornecer ou comentar, sem a prévia anuência do DRI da Companhia, por qualquer meio de comunicação, inclusive pela internet e redes sociais, qualquer informação privilegiada a qual tenham tido acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao público, bem como realizar qualquer manifestação pública a respeito de notícias publicadas pela imprensa sobre questões relacionadas à Companhia;
- sempre que houver dúvida a respeito da relevância de determinada informação, deve-se entrar em contato com o DRI da Companhia a fim de se esclarecer a dúvida;
- cumpre ao DRI enviar à CVM e à B3 qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, sendo que a divulgação de fato relevante deverá ser efetuada, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento do pregão da B3;

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

- as reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, relativas a matéria que possa consubstanciar fato relevante, deverão contar com a presença do DRI ou do diretor presidente ou de outra pessoa indicada pelo DRI para este fim. Caso contrário, deverão ter o seu conteúdo previamente reportado ao DRI, naquilo que possa consubstanciar fato relevante, visando a sua divulgação simultânea ao mercado; e
- para assegurar a rapidez, a simultaneidade e a divulgação global de informações ao mercado de capitais, a Companhia divulga fato relevante (i) no portal de notícias do Jornal O Dia com página na rede mundial de computadores; (ii) nas páginas da internet da CVM e da B3, bem como na página “Relações com Investidores” no site da Companhia; e (iii) envia, por correspondência eletrônica (e-mail), na língua portuguesa, a todos os acionistas cadastrados na lista de endereço (mailing) da Companhia.

Frise-se que os eventos relacionados com fato relevante terão a sua materialidade analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas, e não em abstrato, de modo a evitar a banalização das divulgações de fatos relevantes em prejuízo da qualidade da análise, pelo mercado, das perspectivas da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2. Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários (“Política”) da Bahema Educação S.A., aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de junho de 2022, pode ser consultada no site da Companhia.

Nos termos da Política, os canais de comunicação utilizados pela Companhia para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes são: (i) portal de notícias do Jornal O Dia com página na rede mundial de computadores; (ii) páginas da internet da CVM e da B3, bem como a página “Relações com Investidores” no site da Companhia; e (iii) correspondência eletrônica (e-mail), na língua portuguesa, a todos os acionistas cadastrados na lista de endereço (mailing) da Companhia.

Os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas previstos na Política são os seguintes, em resumo:

- as Pessoas Vinculadas à Política (conforme descritas no item 21.1 deste Formulário de Referência) devem guardar sigilo das informações relativas a fato relevante até sua divulgação ao mercado, bem como devem zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam;
- é vedado às Pessoas Vinculadas fornecer ou comentar, sem a prévia anuência do DRI da Companhia, por qualquer meio de comunicação, inclusive pela internet e redes sociais, qualquer informação privilegiada a qual tenham tido acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao público, bem como realizar qualquer manifestação pública a respeito de notícias publicadas pela imprensa sobre questões relacionadas à Companhia;
- os fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia. Nessa hipótese, caso o fato relevante esteja relacionado diretamente a operações envolvendo os acionistas controladores, eventual decisão de não divulgação deste fato relevante deverá ser informada ao DRI; e
- caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, o DRI enviará e-mail às pessoas com acesso a fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores (DRI) da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Não obstante, os acionistas controladores, diretores e membros do conselho de administração ou do conselho fiscal (quando instalado) da Companhia, assim como de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, são obrigados, nos termos da Política de Divulgação de Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia e da regulamentação vigente, a comunicar qualquer fato relevante de que tenham conhecimento ao DRI, a fim de que este tome as providências necessárias, de acordo com a referida política e com a Resolução CVM nº 44.

O DRI da Companhia é responsável pela execução e acompanhamento da política citada acima. As Pessoas Vinculadas (conforme indicadas no item 21.1 deste Formulário de Referência) ficam obrigadas a comunicar o DRI sobre qualquer violação da política.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram indicadas nos itens 21.1 a 21.3 deste Formulário de Referência.